

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 14 DE ABRIL DE 2009

NÚMERO 6.020

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa  
MESA

Jorginho Mello  
PRESIDENTE

Gelson Merísio  
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima  
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa  
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro  
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin  
3º SECRETÁRIO

Ada de Luca  
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO  
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS  
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA  
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO  
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS  
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES  
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA  
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO  
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO  
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA  
Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Júnior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Herneus de Nadal  
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES  
E DESENVOLVIMENTO  
URBANO  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL  
Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA  
Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Herneus de Nadal  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE  
Décio Góes - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Edison Andrino  
Cesar Souza Júnior  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE  
Genésio Goulart - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice-  
Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Genésio Goulart  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça  
Professora Odete de Jesus  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO  
Pedro Uczai - Presidente  
Elizeu Mattos - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE  
RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Herneus de Nadal  
Genésio Goulart  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 2020**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 026ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 08/04/2009.....2

**Atos da Mesa**

Atos da Mesa .....21

**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....23  
Ata da Procuradoria.....38  
Atas das Comissões  
Permanentes.....39  
Ofícios.....40  
Portarias.....41  
Projetos de Lei .....43  
Projeto de Resolução .....44

**PLENÁRIO**

# ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Vitor Meireles, Ivanor Boing, do PT.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores José Hilário Melato e Kleber Edson Wan-Dall, de Gaspar.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** - Menciona projeto de lei que proíbe o fumo em ambientes fechados públicos e provados; aborda projeto de lei que trata da inadimplência nos condomínios; defende

projeto de lei de sua autoria que regula a venda, em Santa Catarina, de produtos e serviços através de *telemarketing*.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Registra a presença de várias personalidades.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Registra a presença de delegação de Bom Jardim da Serra.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Registra a presença do ex-jogador de futebol Caio.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Analisa a crise mundial e critica as frases do presidente Lula a respeito do assunto.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Cumprimenta o presidente do PSDB Gladimir Luiz Trentini, de Taió, e o vereador Aristides Eloi Valentini.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Rebate as críticas do deputado Marcos Vieira ao presidente Lula.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Elogia o presidente Lula e ataca o PSDB.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Enumera alguns bons números do governo Lula.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Lamenta o terremoto ocorrido na Itália; fala da necessidade de proteger o meio ambiente como forma de garantir o futuro.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador Adailton Hack, presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Defende a atuação do presidente no combate à crise mundial.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Analisa as políticas de enfrentamento à crise do governo federal.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Critica o comando da Polícia Militar pela exclusão do soldado Quint.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Critica a atitude do governador José Serra de retaliar o Pró-Emprego; critica a isenção, pelo governo federal, do IPI sobre fogões e geladeiras.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (aparte) - Afirma que o problema com a empresa que faz a dragagem do porto de Itajaí já foi resolvido.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Informa acerca de sonegação fiscal de empresas paulistas que comerciam em Santa Catarina.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (aparte) - Afirma que o vice-governador Leonel Pavan abordará a questão do Pró-Emprego com o governador José Serra.

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Aborda a questão do piso nacional do Magistério; diz que os pais têm que assumir a educação dos filhos.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Refere-se à criação de CPI para tratar da demarcação das terras indígenas na região de Araquari, São Francisco do Sul e Barra do Sul.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Parabeniza duas instituições de Blumenau que aniversariam.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Comenta a atitude dos que criticam o Código Ambiental, mas não o conhecem ou não votaram nem a favor nem contra.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Tece comentários sobre a questão da propriedade dos terrenos da baía de sul, na capital.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Manifesta sua opinião acerca da utilização do aterro da baía sul, na capital.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Massaranduba e de sua esposa.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Coloca as razões pelas quais aprovou o Código Ambiental; homenageia o pastor Woldemar Kinas e o Lar Betânia, de Blumenau.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (aparte) - Solidariza-se com a homenagem ao pastor Woldemar Kinas e ao Lar Betânia.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Comunica a visita do major Márcio, da Defesa Civil, que forneceu informações sobre a reconstrução de Blumenau e região.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Registra a presença de Carlos Augusto Hargel, que foi líder estudantil na capital.

Ordem do Dia

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Informa a prorrogação do prazo da comissão especial que trata da escolha do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Aborda indicação, de sua autoria, sobre consultas *on-line* ao *Diário Oficial* do estado.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (pela ordem) - Refere-se à indicação, de autoria do deputado Reno Caramori, acerca de consultas *on-line* ao *Diário Oficial* do estado.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Reporta-se à indicação de autoria do deputado Reno Caramori, acerca de consultas *on-line* ao *Diário Oficial* do estado.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Aborda indicação, de autoria do deputado Reno Caramori, sobre consultas *on-line* ao *Diário Oficial* do estado.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0212/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (pela ordem) - Solicita retificação em indicações de sua autoria.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0222/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Aborda a Indicação n. 0224/2009, de sua autoria.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Solicita subscrever as Indicações n.s 0226 e 0227, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Giancarlo Tomelin, que cumprimenta o bispo dom José Negri, de Blumenau.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Giancarlo Tomelin.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Giancarlo Tomelin.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discute moções de sua autoria que solicitam mudanças nas regras das deduções do Imposto de Renda, pessoa física.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Concorda com a solicitação do deputado Joares Ponticelli expressa em duas moções.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Manifesta concordância com a posição dos colegas a respeito do Imposto de Renda.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Discute pedidos de informação de sua autoria solicitando informações sobre a atual estrutura da Epagri e da Fatma.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Adiciona alguns esclarecimentos com relação aos pedidos de informação do deputado Dirceu Dresch.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Aborda pedidos de informação do deputado Dirceu Dresch, que solicitam informações sobre a estrutura da Fatma e da Epagri.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Refere-se a pedidos de informação do deputado Dirceu Dresch.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Reporta-se à duplicação da BR-101 sul.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Comenta a duplicação da BR-101 sul.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Aborda a duplicação da BR-101 sul.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Refere-se à pavimentação asfáltica da estrada Jaguaruna/Camacho; critica o governo do estado acerca de obras prometidas no sul do estado.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Aborda obras do governo do estado em Caçador.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Refere-se a obras do governo do estado em Braço do Norte e Pinheiral.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Deseja feliz Páscoa a todos.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Refere-se a projeto que prevê que os eventos com a presença de mais de 1.500 pessoas tenham que contar com desfibrilador externo automático; fala dos acessos asfálticos aos municípios catarinenses; comenta o embargo das obras de recuperação da ponte Hercílio Luz.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra sua insatisfação com a prisão do dirigente sindical Charles e com a expulsão do soldado Marcelo Quint da Silva.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Agradece ao governo do estado a conclusão de parte do anel viário de Criciúma; aborda a autorização para abertura de crédito especial para a SC-100; comenta a ampliação de programas para a agricultura familiar.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Refere-se ao Pronaf Mais Alimentos.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta Presidência registra a presença dos alunos do 2º ano do ensino médio da Escola Marechal Básica Marechal Luz, do município de Jaguaruna, sendo responsável a professora Jaiane Izidorio.

Gostaria de cumprimentar todos e dizer que é uma honra recebê-los na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Sintam-se bem nesta Casa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de registrar a presença do prefeito de Vitor Meireles, sr. Ivanor Boing, do Partido dos Trabalhadores, acompanhado de secretários municipais. Agradeço a sua presença nesta Casa. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência os acolhe com muita satisfação.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, sr. José Hilário Melato, que está acompanhado do vereador Kleber Edson Wan-Dall e da sua assessoria, que vêm à Casa pleitear as questões de sua cidade e do vale do Itajaí.

É com muita alegria que este Parlamento recebe os dois vereadores.

Quero também cumprimentar os alunos de Jaguaruna que me encontraram hoje na Via Expressa. Eles estavam chegando de ônibus.

Sejam todos bem-vindos à Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sejam bem-vindos ao Poder Legislativo. Tive o privilégio de morar em Gaspar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores, deputado Serafim Venzon, nosso líder, o que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é mais um projeto que vimos apresentar ao Parlamento catarinense e a nossa sociedade.

Antes de dizer qual será a idéia que venho defender neste momento e colocá-la à apreciação de v.exas., quero dizer que, na noite de ontem, o Parlamento paulista aprovou uma lei proibindo o uso de cigarros, cigarrilhas e derivados em ambientes fechados, públicos e privados.

Então, vejam que São Paulo já fez o dever de casa. São Paulo, deputado Marcos Vieira, já aprovou uma lei contra o cigarro e

aprovou-a por esmagadora maioria. Eu tenho certeza de que essa nossa lei deverá tramitar nas comissões e virá ao plenário para que cada parlamentar, deputado Kennedy Nunes, possa expressar a sua opinião e dizer o que pensa para a sociedade catarinense, ou seja, se quer uma sociedade com cigarro ou sem cigarro.

Outro projeto de lei de autoria deste deputado é o que trata dos condomínios, principalmente da inadimplência. Também está na comissão de Constituição e Justiça, para que possamos de uma vez por todas, neste Parlamento, que é a expressão mais livre da sociedade catarinense, dizer se nós queremos ou não proteger os adimplentes; se terão ou não - se os inadimplentes continuarem com a postura de não pagar o condomínio - o seu nome, deputado Elizeu Mattos, inscrito no SPC ou no Serasa.

Dessa forma, poderemos garantir uma redução no valor do condomínio, que hoje é majorado de 10% a 15% em virtude da inadimplência, valor rateado entre os adimplentes. Esse projeto de lei dos condomínios também está na comissão de Constituição e Justiça e eu tenho absoluta convicção de que este Parlamento vai dar uma resposta, trará essa matéria para debater em plenário para dizer se a aprova ou não.

Mas o que me traz, hoje, à tribuna é uma nova lei, uma lei pensada pelo nosso gabinete, mas, principalmente, pensada em cima do clamor da sociedade catarinense, em cima daquilo que temos escutado nas ruas, nas empresas, nas igrejas, nas lojas, nos *shoppings*, enfim, em toda a sociedade catarinense. Trata-se do Projeto de Lei n. 0101/2009, protocolado por este deputado na tarde de ontem e que regula a venda de produtos e serviços através do *telemarketing* no estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Quem de nós que está aqui neste Parlamento ou que nos escuta pela Rádio AleSC Digital não foi importunado, não teve sua privacidade invadida com telefonemas de uma central de *telemarketing* lá de São Paulo, do Rio de Janeiro ou de Porto Alegre, com ofertas de produtos, de serviços que não queremos comprar, nem naquele momento e nem depois? Quem de nós não foi?

Eu, como professor de *marketing* da universidade e como ex-presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, entendo por que estudei e conheço a matéria, posso dizer a v.exa., deputado Kennedy Nunes, que quando isso acontece é anti *marketing*. Ele não colabora com a venda, ao contrário, faz com que a empresa que está ofertando o serviço tenha um *marketing* negativo.

Por isso estamos criando um cadastro estadual de cada pessoa, de cada catarinense que não queira mais receber ligações em diversos horários do dia, seja de um telefone fixo ou de um telefone privado. A pessoa será cadastrada no Procon ou em um órgão que o governo do estado vai deliberar para fazer a matéria e assim terá bloqueado o telefone da sua casa e o seu celular para que não tenha mais esse tipo de invasão. Essa lei também já passou em São Paulo e lá o cadastro já começou.

Poderíamos ouvir as empresas ou as entidades - eu, que fiz parte do sistema de *marketing* de Santa Catarina - dizerem: "Não, mas isso vai desempregar; isto é contra o desenvolvimento e o aprimoramento ferramental de *marketing*." Não, pelo contrário, se eu que tenho o ato de vontade de dizer e colocar em um cadastro que eu não quero mais receber as ligações, eu estarei economizando para aqueles que compram os serviços das operadoras de *telemarketing* e para aqueles que operam o *telemarketing*. Porque quando se faz uma ligação há um custo: o custo do material humano, da pessoa que trabalha no *telemarketing*, às vezes seis, sete horas por dia, e o custo da própria ligação.

Então, com essa lei regulando definitivamente a questão do *telemarketing* estaremos economizando para os prestadores de serviços e para as empresas. E estaremos também levando um pouco mais de sossego.

Dizia o secretário de Justiça de São Paulo, dr. Luiz Antônio Marrey, que essa não é uma lei contra o *marketing*, é uma lei de direito ao sossego para os paulistas e catarinenses, às vezes invadidos na sua privacidade por diversas operadoras que nem sabem com quem estão falando. Às vezes, aquela senhora de idade, aquela criança que nem está apta a fazer uma compra, não está apta para absorver o produto, acaba fazendo-o pela insistência, pela capacidade de insistir, de falar e de pedir; às vezes, por não querer desligar o telefone deseducadamente, acaba adquirindo um produto ou um serviço, deputado Elizeu Mattos, que não queria adquirir.

Essas empresas, deputados, telefonam diversas vezes para as pessoas. Eu já recebi, inclusive, ligação do meu próprio banco oferecendo-me serviços que eu já possuía. Veja, deputado Serafim Venzon, que desperdício de tempo, energia e dinheiro: ligando-me para oferecer um pacote de serviço que eu já possuía!

Por isso, tenho absoluta, total e irrestrita convicção de que esta Casa vai deliberar sobre essa lei, tenho absoluta certeza de que os srs. parlamentares haverão de dizer se querem continuar a deixar as empresas de *telemarketing* invadirem o sossego dos catarinenses com produtos e serviços que às vezes eles não querem ou se vão deliberar pela racionalidade, pela inteligência, pelo cadastro positivo de *telemarketing* que a nossa lei está propondo. Os srs. deputados, que são também homens de família e de mercado, haverão de entender e posicionar-se a favor do nosso projeto, porque chegou em Santa Catarina o tempo da lei contra o *telemarketing* abusivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu queria registrar a presença dos vereadores do município de Campo Belo do Sul, Edemar Alberto Pletsch e Ademir Martins; do vice-prefeito Adair Darlei

Tessaro; do conselheiro fiscal da Coopercampos, Antônio Zanette Neto, e ainda dos agricultores e produtores rurais Moisés Córdova Pereira, Irineu Reinoldo Deuner e Mário Desdewalle, que são da Associação dos Agricultores Amigos da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar. Eles hoje se dirigiram à capital para uma audiência com o superintendente do Banco do Brasil, para tratar de ações dos produtores rurais de Campo Belo do Sul.

Faço o registro da presença dos companheiros e dos amigos de Campo Belo do Sul e também registro o bom atendimento dispensado pelo Banco do Brasil, na pessoa do seu superintendente, na audiência de hoje pela manhã.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, Bom Jardim da Serra é uma das cidades que têm o relevo mais bonito de Santa Catarina. O prefeito Rivaldo Macari e toda a administração municipal estão empenhados em melhorar a infra-estrutura no atendimento seja na saúde, seja na educação, seja no turismo.

Está, hoje, nas galerias desta Casa, uma delegação formada pelo sr. Edelman Stopanotti, pela sra. Helena Oliveira de Medeiros e pelo sr. Elton Luiz dos Santos, buscando caminhos, buscando alternativas para melhorar a qualidade de vida do povo daquele município.

Queria registrar a sua presença e agradecer por estarem aqui. Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só queria fazer o registro de quem está-nos visitando hoje. Refiro-me ao esportista, jogador de futebol de vários times, entre eles o Palmeiras e a Seleção Brasileira, o Caio. Para nós é um prazer ter uma pessoa tão ilustre como o Caio em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, na antevéspera da comemoração da semana da Páscoa, que é uma semana de reflexão, eu ocupo a tribuna para que também possamos fazer uma reflexão acerca da crise que assola o país. E para iniciar a minha fala, sr. presidente, faço questão de lembrar e rememorar algumas das célebres frases que o presidente Lula disse ao longo dos últimos 12 meses, deputado Jailson Lima, que vai da marolinha até a gente branca de olhos azuis.

Disse o presidente Lula, no dia 30 de março de 2008, quando a crise se aproximava do país, brandindo em voz alta, referindo-se ao ex-presidente norte-americano: "Bush! Bush, meu filho, vê se resolve esta crise aí, Busch."



Passados alguns meses, insistia o presidente Lula com mais algumas frases, dentre as quais, no dia 22 de setembro do ano passado: "Até agora, graças a Deus, a crise não atravessou o Atlântico". Ou seja, ele queria dizer que a crise se concentrava na Europa e nos países asiáticos e não teria vindo para o Brasil.

Acho que o presidente esqueceu, pois dias depois, mais precisamente em 4 de outubro de 2008, proferiu uma nova frase. Disse o presidente: "Lá nos Estados Unidos e na Europa a crise é um tsunami, mas aqui, se chegar, vai ser uma marolinha que não dá nem para esqui." Palavras do presidente Lula, deputado Jailson Lima, seu presidente!

Passado alguns meses, no dia 27 de março de 2009, outra vez veio o presidente Lula e disse o seguinte, tendo já esquecido da marolinha: "A crise foi causada por comportamentos irracionais de gente branca de olhos azuis, que antes parecia saber de tudo e que agora demonstra que não sabe de nada."

Será que eles é que não sabiam de tudo? Ou será que era o presidente Lula quem, realmente, não sabia de nada?!

Quero crer que essa segunda afirmativa, deputado Jailson Lima, é a mais verdadeira. Por quê? Porque a sua última frase - que credits a crise à gente branca de olhos azuis - percorreu o mundo inteiro, o mundo inteiro! O presidente cometeu, no mínimo, um ato desleal com todos aqueles que desejam ver a crise resolvida.

E ao longo desse tempo ele foi-se descuidando da nossa economia; vieram os problemas que estão afligindo o dia-a-dia de cada cidadão; a indústria cresceu menos que o previsto no país nos últimos 12 meses; a produção cresceu somente 1,8% em fevereiro, mas houve uma queda de 17% em comparação a fevereiro de 2008. Essa é a realidade da indústria.

Se nós deixamos de produzir, deixamos de arrecadar, e a queda da receita veio em razão da baixa da produção e também devido à alta dos gastos do governo. O governo gasta demais e gasta mal, e não sou eu que estou dizendo, é o próprio governo federal: o Banco Central diz que o governo gasta muito. Então, o presidente Lula, para enfrentar essa crise, tem que resolver primeiro a ganância do dinheiro público.

Mas não bastasse a queda da produção da indústria, não bastasse a ganância do governo federal, agora temos uma questão social muito grave! E quero crer que os srs. deputados não se aperceberam da gravidade do que está acontecendo no país.

Manchete do jornal *O Estado de S. Paulo*, domingo, dia 5 de abril: "Crise devolve 563 mil brasileiros às classes D e E". Isso significa dizer, deputado Serafim Venzon, que 563 mil brasileiros que pertenciam às classes B e C deixaram de comer, estão deixando de receber dinheiro.

Não bastasse isto, ou seja, que 563 mil brasileiros passaram para as classes D e E, está acontecendo o pior, a inadimplência. A inadimplência de todos aqueles brasileiros que, suadamente, ao final do seu mês, pagavam em dia as suas prestações do crédito que haviam obtido,

aumentou consideravelmente. E a inadimplência passou a ser em março maior do que há oito anos. A inadimplência que hoje está acontecendo no país é fruto, evidentemente, de uma má gestão da economia, porque se arrecada muito, gasta-se muito e não se controlam as finanças públicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal cabe para o presidente da Câmara Federal, cabe para o presidente da Assembléia, cabe para o presidente do Congresso Nacional, cabe para o prefeito, cabe para o vereador, mas não cabe para o presidente da República. Ele está imune, está livre.

E surpreendeu-nos, sra. deputada e srs. deputados, no dia de ontem, a manchete do *Diário Catarinense*, que na folha 18, na parte da Economia, afirma que: Cheque frio cresce 25,5% em Santa Catarina e no país.

Isso significa dizer, deputado Giancarlo Tomelin, que todos aqueles que dão cheque pré-datado não estão conseguindo cumprir com os seus compromissos no final do mês. Isso significa dizer que eles têm menos dinheiro e por isso não estão pagando mais os seus compromissos. É a prestação do carro, é o condomínio, é a mensalidade da escola do filho, é a água, é a luz, é a prestação de um sapato, é o supermercado, é a gasolina, enfim, é menos dinheiro no bolso do trabalhador.

Mas, deputado Valmir Comin, não bastasse a ganância do governo federal, não bastasse que 563 mil brasileiros passaram da classe C para a classe D e E, agora vem o pior: as prefeituras do Brasil inteiro estão prestes a fechar, porque há uma concentração excessiva do que se arrecada no país, no governo federal, lá em Brasília, e muito pouco vem para os municípios, muito pouco vem para os governos estaduais. E o que acontece? O governo só funciona sob pressão.

A *Folha de S. Paulo* de ontem traz o seguinte: "Marcha a Brasília vai hoje pedir mais dinheiro". Cerca de 700 prefeitos do Brasil inteiro foram a Brasília dizer que estão à mingua, que o FPM diminuiu consideravelmente, enquanto a receita do governo federal praticamente se manteve nos mesmos níveis. Os governos municipais estão tendo menos dinheiro, mas ao longo desses anos o governo federal transferiu responsabilidade para as prefeituras e elas estão prestes a fechar.

E vai o governo Lula sob pressão e diz que deve aliviar a dívida de prefeitos. Não é sob pressão, presidente Lula! Tem que haver uma política séria e continuada de gestão dos recursos públicos. As nossas prefeituras estão à mingua. Cerca de 700 prefeitos se reuniram, ontem, no Senado Federal lutando contra a redução dos repasses do FPM.

Aqui em Santa Catarina, o prefeito Ronério Heiderscheidt está preocupado com a receita dos municípios. Vai reunir todos os prefeitos de Santa Catarina e vai tomar uma medida extremamente urgente e necessária.

A mobilização acontecida em Brasília é fruto de uma conscientização da Confederação Nacional dos Municípios. A principal reivindicação é a suspensão do pagamento das dívidas municipais com o

INSS por seis meses e a compensação pela queda da receita do Fundo de Participação dos municípios.

Ocupei esta tribuna, deputado Serafim Venzon, para fazer um alerta ao país inteiro de que essa situação é muito mais grave do que se imagina. Não é marolinha, não! Não há um tsunami na Europa. O tsunami está acontecendo no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar o presidente do PSDB Gladimir Luiz Trentini, do município de Taió, e o vereador Aristides Eloi Valentini. Aliás, eu pude ver neles a alegria que o povo catarinense teve com a aprovação do Código Ambiental por esta Casa.

Nós só soubemos do grande benefício que fizemos aos catarinenses, particularmente aos agricultores, agora que eles estão manifestando livremente o seu contentamento pelo nosso voto. E esta Casa pode, sim, orgulhar-se porque nenhum deputado votou contra, sendo que 31 votaram a favor e sete se abstiveram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Nossos cumprimentos ao nosso amigo Gladimir Luiz Trentini, do município de Taió. Seja bem-vindo a esta Casa.

Sr. presidente e srs. deputados, logicamente que temos que fazer aqui, deputada Ana Paula Lima e deputado Dirceu Dresch, um bate-volta com o deputado Marcos Vieira, principalmente porque, deputado, se nós tivéssemos um presidente que vendesse a catástrofe e o pessimismo, este Brasil não seria o que é. Temos que lembrar que, ao assumir o Brasil, havia uma dívida com o FMI de US\$ 236 bilhões, que representava 48,5% da dívida externa brasileira; temos que lembrar que em 2005 o presidente Lula mandou o FMI embora e hoje estamos prestes a emprestar dinheiro para o FMI.

Mas quando v.ex.a. vem aqui falar da marolinha, vamos ver o filminho, vamos ver o que o presidente Barack Obama fala do nosso presidente Lula. Vamos só observar, deputado Marcos Vieira, o que o mundo fala.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

"É o político mais popular da terra!" É por que ele é bonito? Não! "É o cara!" Ele está ali sentado ao lado da rainha da Inglaterra. E está bonito ainda, de barba bem feita. Então, deputado Marcos Vieira, imagine um metalúrgico, um torneiro mecânico assumir a Presidência do Brasil e pagar a dívida externa do país.

Esse mesmo metalúrgico reconhecido internacionalmente está intervindo nos países onde até então apenas cinco ou seis mandavam. E o presidente Barack Obama diz: "Esse é o cara!" O presidente Barack Obama só faltou pedir a ministra Dilma Rousseff emprestada para ir lá fazer um PAC, visando ao desenvolvimento econômico dos Estados Unidos.

Quando o presidente Lula fez a observação de que a crise foi gerada por brancos de olhos azuis, deputado Marcos Vieira - e eu sou branco de olhos verdes -, ele dizia que a crise seria gerada por negros se o Barack Obama fosse branco, e não é. No entanto, isso mostra claramente que a economia do mundo está passando, hoje, por processos em decorrência de uma crise gerada no meio bancário americano. Além disso, a falta de controle do estado permitiu que chegasse a esse ponto.

Então, não vamos dizer que aqui não estão sendo adotadas medidas que nos permitem enfrentar esse processo, porque todas as instituições financeiras do mundo atualmente colocam que no BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China -, os três países em melhores condições de enfrentar essa crise são exatamente o Brasil, a China e a Índia.

Com a redução do IPI dos veículos, no mês passado houve um incremento nas vendas, deputado Gelson Merisio. Agora houve uma série de reduções de IPI de materiais de construção civil. Houve isenção também em geladeiras e fogões para potencializar a indústria branca.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Jailson Lima - Passo agora a palavra ao líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Dirceu Dresch, que está querendo dar a sua contribuição a este debate.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Eu estava dando uma olhada na *Folha de S.Paulo* na sexta-feira, e o deputado Marcos Vieira não trouxe os dados, e vi que o Brasil está tendo a maior média de recuperação das bolsas de valores do mundo. Enquanto outros países, vários deles, inclusive os Estados Unidos, estão com um déficit na bolsa comercial, nós temos um saldo positivo de 11%, 12%. Esse é um bom sinal de que o nosso país não está sofrendo como os outros. Depois, inclusive, na minha fala, vou recuperar alguns dados sobre isso.

Quero dizer que nós geramos 12 milhões de novos empregos no país durante esses seis anos de governo do presidente Lula. É claro que em alguns setores nós estamos sofrendo, mas outros estão crescendo. Por exemplo, o setor automobilístico está avançando na geração de empregos no Brasil.

Então, são dados importantes que precisam ser ditos e deixados claro para o povo brasileiro, para não criar pânico neste momento, porque há interesse político-eleitoral, é claro, já para o ano que vem, com certeza.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Há de se salientar o setor naval, o crescimento que está tendo no Brasil. Vejam, só em Pernambuco está sendo inaugurado um estaleiro para plataformas da Petrobras, deputado Giancarlo Tomelin, gerando mais de três mil empregos. Antigamente as plataformas eram todas feitas no exterior, deputado Reno Caramori, e hoje temos tecnologia, pois serão feitas no Brasil através de uma indústria que foi sucateada em governos anteriores.

Então, dizer que o nosso presidente está sendo incompetente, se em cinco anos pagou a dívida do FMI! mandou o

FMI embora, é um absurdo! Barack Obama, presidente da maior potência econômica internacional, diz que o presidente Lula é o cara, deputado José Natal, e v.exa. vem negar! O presidente Lula é o cara, não é, deputada Ana Paula Lima?

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Jailson Lima, o Brasil nunca foi tão respeitado no mundo como está sendo agora, depois que o presidente Lula assumiu a liderança do nosso país. Realmente o presidente Lula é o cara! Isso não está sendo dito somente pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, como também por todos os brasileiros. As pesquisas mostram a ascensão do presidente Lula.

E outra, deputado Jailson Lima, o PSDB quebrou o Brasil diversas vezes, privatizou a telefonia, as nossas estatais e agora vêm aqui dizer que o Brasil está em crise! A crise não chegou aqui ainda. Já chegou ao mundo inteiro, mas não chegou aqui ainda por causa da liderança do presidente Lula.

E mais ainda, deputado Jailson Lima. Sabe por que o presidente Lula está tão bem? Porque deu condições de vida às pessoas. Pessoas que eram da classe D e E avançaram, tiveram direito de, pelo menos, viver melhor. Por isso o presidente Lula é o cara, sim.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Só para se ter uma noção do quanto ele tem sido o cara para Santa Catarina, esta semana o governador Luiz Henrique estará fazendo uma distribuição de recursos da Saúde no estado, repassando, ao todo, R\$ 42 milhões aos hospitais e às instituições. Ele estará amanhã em Rio do Sul e em Timbó repassando recursos do governo federal, recursos esses que vieram durante o período das catástrofes. Nós sabemos que em Rio do Sul não tivemos isso. No entanto, esses recursos estão sendo, deputado Edison Andrino, contabilizados e distribuídos para o estado, como também será feito para Laguna.

O presidente Lula podia, neste momento, entregar isso lá em Brasília para os prefeitos, mas não entregou, repassou ao estado. E vimos esta semana o vereador de Blumenau dizer que não sabia onde estava o dinheiro. O dinheiro está aqui, o dinheiro está depositado e vai ser distribuído agora! O governador estará nos hospitais. Em Rio do Sul, será no auditório do Hospital Regional.

Hoje, pela manhã, estive com o secretário Mauro Mariani, que me dizia que ainda bem que temos um presidente como Lula, que com todas as catástrofes veio aqui duas vezes, em menos de 20 dias, com 12 ministros. E se não fossem os recursos federais, que em decorrência da burocracia poderiam ter sido liberados mais tarde, o estado estaria enterrado por falta de condições para enfrentar essa catástrofe que tivemos em Santa Catarina.

Por isso é com muita tranquilidade que vimos aqui, neste momento em que o governo Lula vai emprestar dinheiro ao FMI,

pois ele quer criar um fundo de US\$ 1,100 trilhão. E desse fundo, US\$ 250 bilhões vão ser para fomentar a exportação no mundo. Como haverá compras de produtos brasileiros, trata-se de uma visão estratégica!

Por isso, deputado Marcos Vieira, não adianta querer negar que o presidente Lula é o cara porque ele é, e é 13!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Eu queria dizer ao deputado Jailson Lima que o comentário de que não iria funcionar o filme, era apenas uma brincadeira. Foi falha técnica mesmo.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero cumprimentar os colegas deputados, o público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, quem também nos dá o prazer da visita ao Parlamento catarinense, a esta Casa, que é a Casa de Leis, a Casa para servir ao povo de Santa Catarina.

Quero falar, sr. presidente e srs. parlamentares, sobre um assunto que vem sendo discutido há muito tempo, no mundo inteiro, por diversas pessoas, diversas autoridades que, infelizmente, têm ouvidos que não querem escutar.

Eu também queria mencionar que o mundo e nós, catarinenses, acompanhamos, com muita tristeza e apreensão, o terremoto que abalou o centro da Itália. As notícias divulgadas dão conta de que já há mais de 260 mortos e milhares de feridos.

Eu quero aqui expressar a nossa solidariedade, a solidariedade do povo brasileiro, do povo catarinense aos nossos irmãos e irmãs que sofrem neste momento com aquela tragédia na Itália. Também unimos os nossos sentimentos às famílias de descendentes de italianos que vivem no estado de Santa Catarina. Todos nós sabemos da importância da colonização italiana, que contribuiu para a construção do nosso país e também do nosso estado.

Os meios de comunicação informaram, na tarde de ontem, que semanas antes do terremoto ocorrido na Itália um cientista italiano, o sismólogo Gicchino Giuliani, previu esse grande acontecimento. Ele previu que iriam acontecer esses tremores na Itália e que ocorreriam nos arredores de Áquila, baseado na concentração do gás radônio, em áreas passíveis de terremoto. E Áquila foi justamente a região da Itália mais afetada.

Esse sismólogo, esse cientista, foi notificado pela polícia por espalhar temor à população e foi forçado, srs. parlamentares, a retirar das páginas da internet as preocupações que tinha, no sentido de que iria ocorrer aquele terremoto naquela região. Ele foi induzido a isto, a retirar essas preocupações e a não falar mais sobre o possível terremoto.

A Agência de Defesa Civil da Itália reafirmou aos moradores dos municípios daquela região, no fim de março, que aqueles tremores que as pessoas sentiam, na Itália, eram normais, aconteciam, eram comuns naquelas regiões sísmicamente muito ativas.

Faço esse relato do acontecido para que possamos refletir e estar atentos aos recados que a natureza tem-nos apresentado a todo o momento e em todos os lugares do mundo. Agora foi na Itália, mas até quero lembrar o furacão Katrina, nos Estados Unidos, que devastou a cidade de New Orleans; o *tsunami*, que atingiu uma região da Ásia e a costa leste da África, no final do ano de 2004, destruindo cidades inteiras e matando milhares de pessoas em diversos países.

São recados que nós, em Santa Catarina, também recebemos e estamos recebendo a todo o momento. Pela primeira vez, na história recente, o nosso estado sofreu a ação de um furacão, que atingiu toda a região sul, principalmente as cidades de Criciúma, Laguna e Araranguá.

No final do ano passado, srs. deputados, sofremos com as enchentes, com as enxurradas, com os deslizamentos, na região do vale do Itajaí e no norte do estado de Santa Catarina, quando 130 pessoas morreram. As pessoas perderam suas casas, perderam suas safras; os agricultores perderam os seus terrenos, as pequenas empresas foram destruídas. E as pessoas ainda estão sofrendo! Inclusive, na região do vale do Itajaí existem muitas em abrigos provisórios ainda.

No mês de março ocorreu um tornado no planalto, na região de Lages, na região de Ponte Alta; foi algo devastador. E agora, srs. parlamentares, deputado Elizeu Mattos, mais uma vez nos preocupa a seca na região oeste do estado.

Esses são os recados da natureza que não queremos ouvir. Não estamos atentos para essas lembranças. A região oeste está sofrendo, está sendo castigada; o nosso trabalhador do campo, o nosso agricultor, as pessoas que moram nas cidades estão sofrendo com a seca na região oeste de Santa Catarina. E eu já mencionei isso na semana passada.

Precisamos, senhoras e senhores, pensar no mundo que queremos e precisamos, sim, pensar no futuro que queremos. Algumas coisas me causam estranheza e somam-se a um conjunto de contradições que não tem explicação. Por exemplo, deputado Décio Góes, a senadora Ideli Salvatti levou ao nosso secretário nacional da Defesa Civil, sr. Roberto Guimarães, uma solicitação que recebeu do prefeito em exercício de Chapecó, sr. José Caramori, do Democratas. Vejam bem! Pediu apoio do governo federal para o Programa de Proteção da Mata Ciliar. O prefeito de Chapecó, do Democratas, está pedindo dinheiro ao governo federal para fazer a proteção da mata ciliar. O que é mais grave ainda, deputado Décio Góes: pediu dinheiro também para comprar caminhão-pipa, para abastecer as casas da cidade.

E a resposta que temos vem em forma de pergunta. Como aprovaram nesta Casa, depois dessa desgraça toda no estado de Santa Catarina e no mundo, em função do aquecimento global, um Código Ambiental que diminui a mata ciliar? E o prefeito de Chapecó, do Democratas, e seus pares nesta Casa votaram a favor do Código Ambiental. Querem destruir a natureza e depois querem o dinheiro do governo federal

para fazer a proteção da mata ciliar! Que contradição! E buscam recursos para isso! E chegamos ao absurdo da necessidade de buscar caminhões-pipa para levar água para a cidade.

Srs. deputados, o Código Ambiental de Santa Catarina foi aprovado nesta Casa mais como um ato de insubordinação à legislação federal do que como uma política de resolução dos problemas dos nossos agricultores. São antagonismos que precisam ser resolvidos: somos responsáveis pelo aquecimento global que coloca risco a vida da humanidade e, ao mesmo tempo, achamos que podemos continuar a destruir o que ainda resta da natureza.

A natureza, em todos os momentos, srs. parlamentares e povo catarinense, apresenta-nos recados. Mas, infelizmente, nesta Casa esses recados são ignorados. Precisamos fazer a nossa lição de casa e dizer aos que desrespeitam e que nos credenciam também a cometer erros de que outras tragédias virão.

Quero aqui ler um provérbio que diz o seguinte: "Somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe e poluído o último rio é que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro."

Está dado o recado!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queria anunciar a presença neste Poder Legislativo do vereador Adailton Hack, presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, que veio convidar-nos para a sessão solene da Câmara de Vereadores, junto com a prefeitura municipal, em comemoração ao 15º aniversário de emancipação político-administrativa daquela cidade e aos 180 anos de imigração alemã no estado de Santa Catarina. Será no dia 16 de abril, na semana que vem, às 19h30, na Igreja Matriz da cidade de São Pedro de Alcântara.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, ainda há pouco estava escutando o deputado Marcos Vieira falar bravamente, torcendo para que a crise se instale definitivamente no Brasil, porque infelizmente 2010 já começou. Infelizmente se está pensando mais nas eleições de 2010 do que no próprio Brasil.

Aqueles que colocaram o Brasil em situação de dificuldade precisam entender, deputada Ana Paula Lima, que quando o presidente Lula, em janeiro de 2003, assumiu este país, ele provou que é

possível fazer o Brasil crescer e distribuir renda, eis que com um conjunto de políticas criou oportunidade para milhões e milhões de brasileiros. Mas agora, numa época de crise internacional, eles estão contentes, felizes da vida, porque querem que o Brasil entre em crise novamente, como estava antes.

O que se esperar de um presidente da República? Espera-se que ele diga que há crise? Ou espera-se um presidente que anime, que faça políticas de enfrentamento da crise, que mostre caminhos alternativos, que vá à reunião do G-20, com os maiores países do mundo, e também indique políticas para as grandes potências?

Então, o que se espera de um presidente? Que faça isso ou que fique choramingando a crise? O nosso presidente não é de choramingar, o nosso presidente é de agir, é de estabelecer políticas que façam o Brasil crescer. E todos os jornais do país, hoje, mostram que o país está reagindo, que a nossa crise já está passando e que vários setores deste país aproveitaram a crise para crescer, para descobrir novos nichos de desenvolvimento.

Então, é assim que se faz um Brasil grande, com essa coragem, com essa energia que os brasileiros têm.

Deputado Dirceu Dresch, eu gostaria de ceder a v. exa. os próximos cinco minutos para que complemente a sua reflexão, a reflexão do Partido dos Trabalhadores.

Sr. presidente, dessa forma cedo o restante do tempo do nosso partido para o deputado Dirceu Dresch, nosso líder.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, pelo restante do tempo do PT.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Décio Góes, nosso vice-líder da bancada.

Com certeza, esse raciocínio que o deputado Décio Góes trouxe para a tribuna, neste dia de hoje, e que o deputado Jailson Lima já afirmou minutos atrás, é de um grande momento que vivemos no Brasil. Com certeza, como afirma o nosso grande teólogo, Leonardo Boff, num dos seus 70 livros sobre os mais diversos temas, nós chegamos ao final de um grande ciclo, em que se dizia e falava-se do deus mercado que resolveria tudo. E, estranhamente, a cada momento se levanta essa questão do gasto.

Temos o pensamento enraizado no Brasil de que investir na população pobre, no Bolsa Família, na educação, na criação de novas universidades e escolas técnicas federais, na saúde do povo, na agricultura familiar, é fazer gasto público. Para nós isso é investimento, porque investir no ser humano, no combate à fome e na educação é investimento no futuro, para o Brasil chegar à condição em que hoje o nosso presidente o está colocando, deputado Décio Góes.

Toda a imprensa no mundo, os grandes comentaristas do mundo todo estão falando que a principal personalidade, hoje, no mundo, que o presidente mais popular é o nosso presidente Lula. Cria-se a condição de

o Brasil intervir em grandes negociações internacionais e não só no G-20, que trouxe um tema importantíssimo na questão de regular os mercados. Aonde levarão esse mundo? Os mesmos que provocaram essa crise mundial levarão o mundo ao limite da exploração, da ganância.

O Brasil enfrenta dificuldades? Enfrenta, mas não foi o povo brasileiro nem o atual governo brasileiro que construíram essa crise. Então, como dizia o nosso grande pensador, o nosso grande escritor Leonardo Boff: "O capitalismo está sendo salvo pelo socialismo". Por quê? Porque o povo, os trabalhadores do mundo, com o dinheiro público dos estados nacionais, estão salvando as economias no mundo com trilhões e trilhões de dólares, de euros, de reais.

Precisa ficar muito claro que o Brasil, com certeza, está num outro momento, num momento de impactos financeiros negativos em muitos setores; principalmente na economia de exportação grandes impactos ocorreram. Mas pior seria se, de fato, elegêssemos no Brasil um governo como o de Fernando Henrique Cardoso, que estava num processo de privatização da nossa previdência pública. Se tivesse dado certo com a empresa dos Estados Unidos, a IG, que estava prestes a assumir a previdência pública no Brasil e que hoje está falindo, o que seria da previdência brasileira? O que seria da previdência do nosso país? Esse, sim, seria um impacto negativo. Mas estamos fortalecendo as nossas empresas públicas, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, a nossa Previdência Social e tantas outras empresas brasileiras que hoje estão fazendo a diferença para o Brasil enfrentar este momento de crise.

Temos problemas, sim, e concordamos com isso. Os municípios estão perdendo, mas também nunca os municípios no Brasil tiveram tantos recursos como em 2008. O impacto parece ser grande, e é grande, com certeza, se compararmos com o ano passado. Mas estamos construindo políticas públicas com o PAC, com investimentos, na geração de empregos, na educação, na saúde, e o nosso país vai dar a volta por cima neste momento de dificuldade internacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TAVL, pessoas que nos acompanham nesta sessão, falamos ontem sobre o que está noticiado nos meios de comunicação hoje, que é a exclusão do soldado Marcelo Quint da Silva, por decisão do comandante do 4º Batalhão, tenente-coronel Newton Ramlow, que acompanhou, portanto, o parecer do capitão responsável pelo processo administrativo disciplinar.

Curiosamente, deputado Dirceu Dresch, não existe prova documental nem testemunhal nos autos do processo, no PAD,

que confirme a acusação. Então, a decisão é baseada apenas no relatório que acusa. Nenhum outro documento e nenhuma pessoa que foi ouvida no processo administrativo confirmam que o soldado Quint cometeu os atos dos quais foi acusado.

Isso expressa um pouco o *modus operandi* interno na corporação militar estadual. E a nossa preocupação aqui, tantas vezes anunciada desta tribuna, é com o andamento dos processos investigatórios dentro da instituição. Evidentemente que muitos oficiais fazem da forma correta e tomam decisões baseadas na legislação, embora muitas vezes não concordemos com elas. Mas no caso do soldado Quint simplesmente houve uma acusação. Houve precedentes de perseguição por parte de outro oficial, pois o soldado Quint foi ouvido, no começo da tarde, pelo promotor da Justiça Militar, como uma das testemunhas daquele episódio no qual o comandante Newton Ramlow estava pedindo voto para um candidato a prefeito, na eleição do ano passado, e agora foi excluído porque não tem ainda dez anos de serviço.

Foram sete anos de serviços prestados à sociedade catarinense, nenhuma punição, um soldado exemplar que pode ser elogiado por todos aqueles com os quais já trabalhou, sejam eles outros soldados, cabos, sargentos, inclusive oficiais. Trabalhou no GRT, no PPT da Palhoça, nunca deu alteração. O problema dele com alguns oficiais da Polícia começou quando se envolveu num acidente de trânsito com a viatura, pelo qual não foi responsável, mas que o comandante da época queria que ele e outros colegas pagassem a viatura e eles se recusaram, e desde então começou essa saga que termina aqui.

A assessoria jurídica da Aprasc está fazendo a reconsideração de ato e depois, se necessário, fará a queixa. Mas como nós já imaginamos, a coisa vai nessa mesma balada, está-se providenciando também já um mandado de segurança para buscar anular esse ato que não tem como não caracterizarmos como arbitrário, uma vez que não há nenhuma prova nem documental nem testemunhal que comprove as acusações contra o soldado Quint.

Por isso, é preciso que se fale desse assunto aqui, porque a sociedade catarinense precisa saber que policiais ótimos, de excepcional comportamento, que sempre trabalharam com dignidade, exercendo a sua profissão com lisura, com determinação, com responsabilidade ética e moral, com compromisso profissional, de repente, talvez por vaidade de alguns, por orgulho de alguns, acabam sendo perseguidos dessa forma como está ocorrendo com o soldado Quint. Nós iremos falar sobre esse assunto conforme o andamento desse processo daqui para frente.

Então, nós gostaríamos deixar registrada a nossa indignação com relação a esse assunto, porque a sociedade catarinense não pode perder um, dez, 20 ou três bons servidores da Segurança Pública porque se manifestaram em defesa dos seus direitos salariais, em virtude de o governo ter assumido um compromisso com a categoria e não o ter cumprido.

Estamos há mais de três anos com os salários congelados, tentamos de várias formas e como, em dezembro, a categoria tomou aquela atitude, resolveram que agora é preciso caçar as bruxas para que ninguém consiga mais falar e dizer mais nada a respeito...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, colegas de imprensa, público que nos acompanha aqui na Assembléia Legislativa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Aleisc Digital, eu vou falar rapidamente, pois vou dividir o meu tempo com deputado Valmir Comin, um deputado que representa o sul do estado.

Eu só quero trazer aqui duas preocupações, deputado Nilson Gonçalves, que me deixaram bastante perplexo. E vou levar esse assunto à comissão de Finanças e Tributação, da qual eu faço parte representando o nosso partido, juntamente com o deputado Sílvio Dreveck. A informação saiu no jornal *Notícias do Dia*, lá de Joinville.

(Passa a ler.)

"O governador José Serra (PSDB) baixou medidas de retaliação contra Santa Catarina por causa do programa de benefícios fiscais Pró-Emprego. Com isso as empresas instaladas no estado e enquadradas no Pró-Emprego (catarinense) estão perdendo clientes paulistas porque estes ficam sujeitos a pagar o ICMS duas vezes.

Uma empresa paulista instalada na região de Joinville, aqui em Santa Catarina, que importa zinco via Argentina pelos portos catarinenses, é uma das vítimas. Esse material vai para São Paulo onde vira zamac (liga de zinco, magnésio, cobre e alumínio) usado para fabricação de fechaduras, peças da linha automotiva e indústria moveleira. Essa empresa investiu um milhão no Pró-Emprego e agora corre risco de perder clientes em São Paulo.

O benefício concedido pelo governo catarinense, para importações, é a redução de até 9% sobre o ICMS a ser pago na operação. Isso significa que o importador pagará apenas 3% de ICMS. Numa operação normal, a operação permitiria o aproveitamento de um crédito de 12%. São Paulo tenta neutralizar os benefícios fiscais de outros estados, Santa Catarina e Espírito Santo são os principais alvos, emitindo comunicados CAT. A CAT-14, de 24 de março, esclarece o aproveitamento de créditos em operações amparadas pelo Pró-Emprego."[sic]

O nobre deputado Serafim Venzon, líder da bancada do PSDB, hoje vinha pedir o meu apoio para assinar a concessão do título de Cidadão Catarinense ao governador de São Paulo, José Serra. A primeira pergunta que eu fiz ao nobre deputado foi a seguinte: o que ele fez por Santa Catarina? Porque para dar um título de Cidadão Catarinense a pessoa tem que ter feito algo muito importante para Santa Catarina. E pelo que eu vejo, como governador de São Paulo está ferrando Santa Catarina. Muitas empresas, hoje, que estão usando o Pró-Emprego, deputada Ana Paula Lima, vão-se estrepando de preto, branco e vermelho, que são as cores de São Paulo, porque o governo paulista agora se investe de uma roupagem para ferrar Santa Catarina e o Espírito Santo.



Eu disse para o deputado Serafim Venzon o seguinte: "Acho que hoje não é um bom dia para v.exa. vir pedir a minha assinatura, porque hoje não tenho interesse algum de assinar esse título ao governador do estado de São Paulo, José Serra. Não! Como é que eu vou, deputado Nilson Gonçalves, assinar um título de Cidadão Catarinense para um cidadão que, no exercício das suas funções como governador, está prejudicando Santa Catarina, o meu estado?!"

Já não basta a crise que estamos passando aqui, a crise meteorológica de enchentes, de desbarrancamentos, de mortes de pessoas, a crise por que está passando Itajaí, que no próximo dia 28 até a BR-101 vai ser fechada e Itajaí inteira vai parar! E sabem por quê? Porque lá na dragagem do rio Itajaí-Açu, deputado Nilson Gonçalves, o governo federal contratou uma empresa chinesa, deputado Décio Góes, para fazer a dragagem e depois de três meses a empresa que estava trabalhando não recebeu, parou, e agora o governo foi descobrir que ela não tem CNPJ no Brasil. Isto é uma barbaridade: contratar uma empresa para fazer a limpeza no rio e depois de três meses não pagar e ainda dizer que não pagou porque agora é que descobriu que ela não tem CNPJ! Será que não viram isso antes? Pelo menos essa foi a informação que o diretor do porto deu, através da rádio que eu estava ouvindo no carro ao vir para cá. A informação que passaram é que a empresa que estava prestando serviço não tinha CNPJ.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Não tinha CNPJ, não! Ela estava em débito, mas já está resolvido o problema e a empresa já está operando no porto de Itajaí. Para o seu conhecimento, já foi resolvido o problema na sexta-feira.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - É só para dizer, rapidamente, que em São Paulo um grande serviço que o governo de José Serra presta é fechar os olhos para as suas indústrias. A sonegação fiscal, as notas fiscais, por exemplo, de cerâmicas vêm para Santa Catarina com preço menor do que o custo da produção. Isso é concorrência ilegal com as nossas empresas e cria o problema sério no Brasil que é a questão fiscal.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós vamos resolver isso com a reforma tributária, a fim de acabar com essa guerra fiscal entre os estados.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - É apenas para dizer que o vice-governador Leonel Pavan vai procurar o governador José Serra para debater esse assunto e entender quais foram os fundamentos que o governador José Serra teve, se é que foi ele e não o secretário da Fazenda, para tomar

tal atitude. O vice-governador estará esta semana com o governador Serra e iremos trazer esclarecimentos sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado. V.Exas., que são tucanos, que se entendam. Só assinarei a concessão de título de Cidadão Catarinense ao governador Serra se ele retirar esse tipo de retaliação contra Santa Catarina.

Outro assunto que quero trazer aqui, deputado Valmir Comin, é a isenção do IPI dos carros, motos e agora de fogões e geladeiras. Por que o governo federal não dá isenção para produtos usados no transporte coletivo: pneu, óleo diesel, lubrificantes, chassis? Por que para fogão e geladeira? Vou comprar mais um fogão para deixar lá em casa! Vou aproveitar o preço baixo! Está virando bobagem esse negócio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, demais integrantes da mesa, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, amigos que nos acompanham, hoje li no *Correio do Povo* uma matéria a respeito do piso nacional do Magistério e da manifestação do Supremo Tribunal Federal.

A matéria diz que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação decide hoje quando terá início a greve nacional dos professores, pela aplicação da lei do piso do Magistério, com representantes dos sindicatos da categoria de todo país e parlamentares da comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal. Inclusive, estarão realizando um manifesto em frente ao Supremo Tribunal Federal. Eles ainda defendem que a Suprema Corte faça valer a Lei n. 11.738/2008, que criou o piso da categoria.

A lei está sendo muito contestada por cinco estados, inclusive o Rio Grande do Sul, que impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - Adin -, em que questiona a validade legislativa.

Esse assunto, srs. deputados e sras. deputadas, já foi bem discutido no passado e nós já havíamos salientado o nome dos governadores que estão trabalhando contra a aplicação dessa lei.

Quero dizer a v.exas. que o que é de direito da categoria, hoje ou amanhã virá. Não tem jeito! Porque um país, um estado ou um município que valorize a educação terá menos problemas. Quanto mais investir na área da educação e nos profissionais da educação menos problemas terá.

Eu tenho uma notinha aqui bem minúscula de um jornal que trata de um aluno, uma criança, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Arma em aula é investigada

A origem de um revólver calibre 32, sem munição e com a numeração raspada, apreendido com um aluno de 11 anos, na quarta-feira passada, será investigada pela Polícia Civil de São Leopoldo. O flagrante

ocorreu após a Brigada Militar ser acionada para comparecer à Escola Municipal de Ensino Fundamental João Belchior Goulart, na Vila Braz, onde uma criança tinha uma arma na mochila.[...]"[sic]

Vejam os perigos que estamos enfrentando. É um tema bastante polêmico!

O meu tempo é curto e provavelmente virei novamente abordar esse tema, porque os pais precisam assumir a educação dos filhos. Os pais não podem ficar ausentes...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, quero cumprimentar um grande amigo, bem como sua esposa, que tenho a honra de receber nesta Casa de Leis pela primeira vez como prefeito eleito pela esmagadora maioria do município de Massaranduba, o meu querido prefeito Mário Fernando Reinke e a sua esposa Suzane Elisa Froehlich Reinke. Lá fizeram barba, cabelo e bigode, porque o Fernando se elegeu prefeito e sua esposa vereadora de Massaranduba. É uma família unida, agora cuidando dos destinos daquele simpático município.

É uma honra tê-los nesta Casa visitando, pela primeira vez como prefeito e vereadora, a Assembléia Legislativa.

Sr. presidente, nós estamos num trabalho muito sério. Estamos dando início a uma empreitada, eu diria, até bastante difícil, mas acredito que vamos obter êxito e alcançar o objetivo ao qual nos propomos. Este deputado, o deputado Kennedy Nunes e o deputado Darci de Matos somos os três representantes do norte de Santa Catarina e estamos colhendo assinaturas. Após uma rápida passada hoje, já temos 12 assinaturas, mas são necessárias 14 assinaturas para abrimos uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa para tratar das questões da demarcação das terras indígenas na região de Araquari, São Francisco do Sul e também Barra do Sul. Essa é uma questão séria!

Em 1996, quando as obras da duplicação da BR-101, no trecho norte do estado, estavam para começar, a Funai encomendou um relatório que identificasse possíveis aldeias e comunidades indígenas no litoral catarinense, gerando um relatório coordenado pela sra. Iane Andrade Neves, funcionária do grupo técnico da Funai. E foi escrito peremptoriamente que não existia ocupação indígena na nossa região.

Em maio de 2003, a Funai constituiu um novo grupo técnico sob a coordenação da sra. Mécia Janete Albuquerque, para que fosse reavaliada a situação. A conclusão dessa nova análise foi que existia ocupação tradicional indígena naquela localidade. E o mais incrível é que descrevia como ocupação indígena guarani, e todos nós, que somos daquela região, sabemos que os índios que tivemos em alguma época naquela região foram os índios carijós, que já desapareceram há pelo menos 200 anos.

Uma série de considerações foi feita durante esse tempo. Existem fortes indícios de manipulação de dados nos relatórios apresentados, com a possível "importação", entre outras, de indígenas de outros países, o que deve ser esclarecido de forma correta e inequívoca através dessa CPI.

Deve ser considerado também o extenso relatório de defesa apresentado pelo estado de Santa Catarina, através da Procuradoria-Geral do Estado, em relação à demarcação dessas terras indígenas, em que aponta diversas irregularidades e finaliza requerendo:

"Diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, guardião máximo da Constituição da República, das razões fáticas e doutrinárias acima apontadas, a pretensão de declaração de terra indígena há que ser julgada improcedente, em vista de estar demonstrado nos autos não se tratar de terra tradicionalmente ocupada pelos silvícolas e da garantia do direito de propriedade assegurado pela Magna Carta." [sic]

A demarcação proposta atinge cerca de 9.500ha, gerando conflitos e conseqüências imprevisíveis ao desenvolvimento sustentável naquela região, especialmente nos segmentos econômicos da indústria, da mineração, da siderurgia, da agricultura, prestação de serviços e comércio em geral, com impacto nas zonas de amortecimento no entorno das reservas, num raio de dez a 15km, nos municípios de Joinville, Guaramirim e Barra Velha, além de Araquari, Balneário Barra do Sul e São Francisco do Sul.

Cabe ainda ressaltar, sr. presidente, o impacto negativo dessas demarcações nas obras estruturais da nossa região, como a futura duplicação da BR-280, do contorno ferroviário de Joinville a São Francisco do Sul, da ampliação da capacidade do porto de São Francisco do Sul e outros terminais marítimos em fase de projeto.

Simplificando tudo isso, sr. presidente, há muita história que precisa ser esclarecida, há muita coisa dúbia, muita coisa estranha nisso, e nada melhor do que uma CPI para esclarecer esses fatos todos. Essa CPI que queremos instalar será de iniciativa deste deputado, do deputado Kennedy Nunes e do deputado Darci de Matos e visará, única e exclusivamente, preservar a ordem constitucional e institucional da nossa região, pois se forem demarcadas aquelas terras, como se está pretendendo, nós teremos certamente problemas seriíssimos na nossa região.

Faltam apenas duas assinaturas e eu tenho convicção absoluta de que vão sobrar assinaturas para darmos início a essa CPI. E o primeiro passo será uma visita ao ministro da Justiça para que adie a sua decisão em relação àquelas terras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero apenas registrar, sr. presidente, que hoje, dia 8 de abril, o Lar

Betânia, organização não-governamental da cidade de Blumenau, completa 30 anos, pois foi fundado em 8 de abril de 1979. Quero dar parabéns àquela organização, que faz um belíssimo trabalho na cidade de Blumenau.

Quero também parabenizar o 23º Batalhão de Infantaria, da cidade de Blumenau, que completa 70 anos no próximo dia 11 de abril, pelos serviços prestados a nossa comunidade, representado aqui, hoje, pelo tenente-coronel José Henrique Cássio Ruffo.

Então, parabenizo essas duas entidades do nosso município.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, vou dividir o meu horário com o deputado Edison Andriano.

Quero, desta tribuna, tratar de um tema que tenho acompanhado desde a sua votação, deputado Ismael dos Santos, que é o Código Ambiental, sobre o qual não tenho mais me manifestado, mas tenho acompanhado alguns pronunciamentos nesta Casa sobre o assunto, deputado Nilson Gonçalves, e o que se vê é que tentam, às vezes, justificar o injustificável, dizendo que o Código que aprovamos aqui é um terremoto como o que ocorreu na Itália e que os culpados são os parlamentares desta Casa! Não é por aí!

Deputada Ana Paula Lima, como disse, tenho acompanhado os pronunciamentos e v.exa., hoje, referiu-se ao secretário Nacional da Defesa Civil. Quero dizer que muito me assustam as opiniões daqueles que não conhecem o conteúdo do Código Ambiental e que vêm dar opinião em nível nacional, aparecendo nos jornais, falando sobre o que não conhecem. E preocupa-me ainda mais o que diz o secretário da Defesa Civil, que representa o nosso Brasil, sobre o Código Ambiental, no sentido de que não vai ajudar em nada e que nós estamos destruindo o meio ambiente com a aprovação dessa lei.

Em primeiro lugar, não podemos aqui dizer que a causa da seca no oeste seja o Código Ambiental. A lei nem foi sancionada ainda! Daqui a pouco o Código Ambiental será responsável pela seca na Argentina, que já está acontecendo há três anos, e pela seca no interior do Rio Grande do Sul. Mas a lei sequer foi sancionada! Nós a aprovamos há apenas alguns dias!

Mas preocupam-me muito, deputado Ismael dos Santos, essas manifestações errôneas de pessoas que não conhecem a matéria votada nesta Casa. E parece que alguns deputados também não sabem o que votaram, porque não votaram contra o que foi definido, decidido, neste plenário, deputado Giancarlo Tomelin.

Dias atrás a ex-ministra Marina Silva, referindo-se ao Código Ambiental, quase o responsabilizou pelo desastre que aconteceu em Blumenau. Mas naquela época ele nem existia! Agora vem o secretário Nacional da Defesa Civil dar um

depoimento no sentido de que não vai ajudar Chapecó porque o Código Ambiental, deputado Narcizo Parisotto, que aprovamos aqui, vai reduzir a mata ciliar dos nossos rios. Pelo amor de Deus, não foi isso que votamos, que definimos aqui! Em momento algum! É só fazer uma leitura! Não foi dito que vai haver a redução da mata ciliar para cinco metros. Não existe isso! Foi dito, sim, que aquilo que está consolidado, ficará consolidado. Mas não existe redução e só o que existe está consolidado. As pessoas têm que parar de fazer confusão, porque daqui a pouco vamos confundir ainda mais as pessoas que nos acompanham e assistem-nos em casa. Afinal, quem está certo? Que confusão é essa?

Agora, nós não podemos começar a justificar o injustificável e dizer coisas que não existem no Código Ambiental! O Código Ambiental fala em cinco metros escalonados, mas não diz em momento algum que há necessidade, dentro da lei, deputado Ismael dos Santos, de reduzir a mata ciliar. Isso não existe! Isso não foi votado aqui, não está no Código Ambiental!

Temos que deixar isso claro para os catarinenses, porque se está criando uma confusão muito grande! Daqui a pouco o cidadão vai-me encontrar lá no interior e vai-me acusar de ter aprovado o Código - e eu aprovei, sim, não me absteve na hora da votação - achando que eu quero destruir a natureza. É o contrário! Debatesmos, discutimos e aprovamos para permitir o desenvolvimento sustentável. Agora, não podemos confundir as pessoas. Senão, ao invés de orientar, vamos desorientar as pessoas que estão no interior, passando informações que não são verdadeiras, que não existem.

Eu só peço um pouco de cautela para quem não votou e quer justificar-se, porque quem não vota, não é a favor nem contra, então tem que usar outros meios que não confundam a cabeça das pessoas. Eu votei de forma consciente no Código Ambiental! E se tivesse que votar amanhã, semana que vem ou mês que vem, votaria novamente como votei! Mas vamos parar de querer justificar o que não existe, ou seja, o injustificável.

Acho que a melhor coisa que aqueles que não votaram deveriam fazer é assumir sua posição: não votei, fiquei em cima do muro, não fui a favor nem contra! Porque se não votou nem para lá e nem para cá, ficou em cima do muro. Então, deve assumir que não votou porque não concordava e não ficar agora criticando e achando defeito no Código Ambiental. Então, deveria ter votado contra o que foi apresentado e não ficar criticando aquilo que nem votou, que nem se manifestou, porque a melhor manifestação é o voto. Não votou e fica criticando! Então, se achar que está errado vote contra, se concorda, vote a favor, mas só não podemos justificar o injustificável com um monte de coisas que não existem no Código Ambiental, deputado Serafim Venzon, líder do PSDB!

Nós tentamos fazer da melhor maneira possível! Está na hora das autoridades nacionais do Brasil, antes de se manifestarem, primeiro lerem e estudarem o assunto, para depois se expressarem. Eu tenho muito cuidado quando uso a palavra

para não falar abobrinha! E isso nos deixa muito triste, porque há muita gente do governo federal manifestando-se sobre coisas de que não tem conhecimento e plantando idéias completamente desconhecidas porque não leram ou não estudaram a matéria.

Eu deixo esse alerta, deputado Edison Andrino, para todos que queiram justificar por que não votaram: que digam que não votaram porque tinham dúvidas! Mas se eram contra, deveriam ter votado contra; se eram a favor, deveriam votar a favor. Agora, o que não devem é confundir a cabeça dos outros dizendo coisas que não existem no Código Ambiental para justificar o injustificável, quando o que fizeram foi não tomar uma posição na hora de votar.

O tempo restante do nosso partido será ocupado pelo deputado Edison Andrino, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o sr. deputado Edison Andrino pelo tempo remanescente.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres sras. deputadas e srs. deputados, trago a esta Casa um assunto que considero de suma importância para Florianópolis, que diz respeito a uma manchete que saiu, hoje, nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Juiz Hildo Nicolau Peron, da Justiça Federal, vistoriou ontem áreas do aterro da Baía Sul, no Centro da Capital, alvo de disputa judicial entre a União, Estado e Município, para avaliar a ocupação".[sic]

Eu até fico curioso para saber qual é o interesse da União nessas áreas.

Srs. deputados, aprovamos a Emenda Constitucional n. 46 e retiramos da União as ilhas que são sedes de município, sr. presidente, o que era um pleito antigo desta cidade, uma questão de cidadania de quem mora em Florianópolis, pois 80% das propriedades do interior da Ilha de Santa Catarina não podiam fazer as suas escrituras públicas, não podiam ter registro em cartório de imóveis porque a Ilha de Santa Catarina, por um erro dos constituintes, pertencia à União. O proprietário não podia lotear, não podia dar o seu terreno como garantia para construir a sua casa própria, deputado Narcizo Parisotto, porque a terra pertencia à União.

A Ilha de Santa Catarina sofreu um processo histórico de colonização. A ilha não foi invadida, foi colonizada pelos nossos antepassados, pelos espanhóis, pelos portugueses. A nossa cidade tem um plano diretor, tem a sede do governo do estado, tem as universidades e não há sentido, meu presidente, que esta ilha pertença à União.

Depois de oito anos conseguimos aprovar uma emenda constitucional na qual retiramos a Ilha de Santa Catarina da União. E a quem pertence a Ilha de Santa Catarina? Agora ela pertence aos seus moradores. Só que a redação dada a essa emenda constitucional foi diferente da redação inicial, na qual propusemos a retirada dos terrenos interiores, dos terrenos

alodiais, da União. Mas em função da dificuldade que tivemos em aprovar essa emenda constitucional, porque a União não abria mão da ilha, dava a impressão que a União era proprietária da Ilha de Santa Catarina e dos seus terrenos, depois de muito mexer na redação, acabou sendo aprovada uma redação em que toda a ilha deixou de ser propriedade da União.

Deputado Joares Ponticelli, a Ilha de Santa Catarina é composta dos terrenos alodiais e dos terrenos de marinha. Um procurador da República, em São Luiz do Maranhão, entrou com uma ação judicial dizendo que a União não poderia mais cobrar nem foro, nem taxa de ocupação dos terrenos de marinha porque os terrenos de marinha das ilhas que são sede de município não pertenciam mais à União. E quem entrou com essa ação, quem demandou judicialmente, deputado Professor Grandó, foi o próprio Ministério Público Federal, que teve um resultado positivo. E já faz dois anos que a delegacia do Patrimônio da União de Florianópolis não cobra mais taxa de ocupação, porque foi proibido judicialmente, pois a ilha não pertence mais à União.

Então, srs. deputados, se a ilha não pertence mais à União, os terrenos da baía sul também não pertencem à União. É bem verdade que os terrenos da baía sul foram acrescidos à Ilha de Santa Catarina. Mas a quem interessa esses terrenos? Eles não interessam à União. Esses terrenos interessam ao município, à prefeitura de Florianópolis.

Esta Casa, deputado Professor Grandó - e v.exa. que é representante deste município e que já foi prefeito desta cidade vai concordar comigo -, terá que fazer uma audiência pública, juntamente com o Ministério Público Federal, com um juiz federal, com a prefeitura, com o governo do estado e, quem sabe, até com o ministério do Planejamento, para discutir a quem pertencem os aterros da baía sul.

Srs. deputados, o que interessa para a União o terminal, que é patrimônio público? O camelódromo tem que ser discutido, porque é de iniciativa privada, mas o que for patrimônio?! Não temos sequer dúvida de que tem que pertencer ao município de Florianópolis.

A Lei n. 9.636, originária de uma medida provisória do governo Fernando Henrique Cardoso, autorizava a União a alienar todos os terrenos de sua propriedade, inclusive os de marinha, no Brasil. Essa medida provisória, que era um absurdo, lamentavelmente foi aprovada no Congresso Nacional, de madrugada, com dois votos contra, um deste deputado e outro da deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro, apesar do absurdo contido nos seus artigos, pois é uma lei que prioriza os municípios no que diz respeito à aquisição de terrenos de marinha no Brasil.

Então, mesmo que haja a interpretação de que os terrenos de marinha ainda pertençam à União aqui na ilha de Santa Catarina, apesar de a União não estar cobrando taxa de ocupação em função dessa decisão judicial de São Luiz do Maranhão, mesmo que se mude esse conceito, pela Lei n. 9.636 o município tem prioridade nessa questão porque quem ocupará essas áreas não será a União, será o município que está com o seu sistema urbano, com o seu sistema viário cheio de problemas.

Toda vez que o governo federal, deputado Professor Grandó, baixa o IPI para a venda de automóveis no país, complica ainda mais o trânsito nas cidades. O governo federal tem é que incentivar o uso do transporte coletivo. Cada vez que se baixa o IPI e incentiva-se a compra de automóveis, mais se complica os problemas das nossas cidades, além de tirar recursos dos municípios. O governo federal está dando esmola com o chapéu dos outros, porque ele não dá o desconto em recursos exclusivos da União, que é o caso do PIS, do Pasep. Ele dá recursos do Imposto de Renda e do IPI, que também são recursos das prefeituras e dos governos dos estados.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Esse é um assunto que requer um debate muito grande. Eu era prefeito e consegui aumentar o tamanho do município através de um projeto de lei do então governador Antônio Carlos Konder Reis, enviado a esta Casa e aprovado por este Parlamento, que pedia que o aterro da baía sul fosse do município de Florianópolis. Porque até então estava na mão do estado devido a um decreto da Presidência da República.

Agora alegam - e foi dada escritura pelo então governador Paulo Afonso Vieira para o aterro da baía sul que pertence ao município - que o presidente da República da época não poderia ter feito o decreto passando isso para o estado. Por quê? Porque nós sabemos que o Ministério Público, com razão, precisa de um espaço para construir um prédio público. Mas eu acho que isso seria possível através de uma negociação entre a prefeitura e o Ministério Público e isso vai gerar um precedente. Está lá na 4ª Vara, em Porto Alegre, na Justiça.

Entendo que é um grande debate. E nós lembramos bem que travamos toda uma discussão na questão da ilha oceânica ou não com relação à ilha costeira. V.Exa., inclusive, é autor de um projeto de lei nesse sentido, o laudêmio era pago, como v.exa. coloca, e agora foi lançado com valores exorbitantes. Então, trata-se de uma questão de profundo conhecimento jurídico. E v.exa., que iniciou a construção da primeira passarela do samba nessa área do aterro, sabe que o município tem interesse, que o estado passou para o município, e agora surge essa polêmica.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a v.exa.

Mas esse é um assunto que diz respeito à nossa cidade. Eu até faço um apelo aos deputados de Florianópolis para que façamos uma audiência pública com o governo federal, com a prefeitura, com o governo do estado e com o Ministério Público, para resolvermos definitivamente essa questão do aterro da baía sul. Não é possível que tenha que haver uma demanda judicial para saber a quem pertence o aterro da baía sul, se o maior interessado é a prefeitura de Florianópolis, que daria um fim social a esse acréscimo de marinha. Em função da Emenda Constitucional n. 46 há um debate judicial para se saber se pertence à União ou não, apesar de ser terreno de marinha.

Então, eu acho que a melhor solução é um acordo entre o governo federal, o governo do estado e a prefeitura municipal, mesmo porque a prefeitura tem prioridade na aquisição das terras da União.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do prefeito de Massaranduba, Fernando Reinke, que está acompanhado de sua esposa, a vereadora Suzane Reinke, que estão visitando o Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência também registra e agradece a presença dessas autoridades nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar a intervenção do deputado Elizeu Mattos, que falou das razões pelas quais defendeu abertamente a aprovação do Código Ambiental. Nós temos recebido, deputado Giancarlo Tomelin, vários e-mails, críticas, inclusive, e questionamentos na imprensa para saber por que votamos a favor do Código Ambiental.

A primeira coisa que eu me pergunto, e aí devolvo a indagação ao jornalista, é se ele leu o Código Ambiental. Eu li as 84 páginas do Código Ambiental e as oito páginas do relatório do deputado Romildo Titon. Li e reli. E de fato convenceram-me por várias razões. Em primeiro lugar porque o Código Ambiental é uma síntese de muitas leis que estavam por aí, mais de 26 leis estaduais sobre a questão ambiental. Em segundo lugar, porque o Código Ambiental foi debatido em dez audiências públicas, durante seis meses, num debate acirrado em todos os cantos do estado de Santa Catarina. Votei favoravelmente no projeto Código Ambiental porque entendo que ele está em harmonia, está sintonizado com o art. 225 da Constituição Federal, que trata de um ordenamento jurídico ambiental brasileiro. Votei a favor do Código Ambiental com muita serenidade, com muita convicção, porque entendo que ele buscou o desenvolvimento sustentável à biodiversidade.

É verdade, e concordo com a bancada do PT, que poderia ter havido outros avanços, mas votei favorável ao Código Ambiental, sobretudo, porque regularizou a situação dos pequenos agricultores.

Como já foi dito aqui várias vezes, 90% das propriedades rurais em Santa Catarina são formadas por estabelecimentos de pequenos agricultores, estabelecimentos familiares com menos de 50ha. São mais de 150 mil pequenos agricultores que têm agora a sua situação regularizada.

Eu votei a favor também do Código Ambiental porque entendo que veio favorecer

todo o sistema de defesa do meio ambiente, a partir da própria secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Fatma, da Polícia Ambiental e, sobretudo, pela perspectiva da criação do Fundo de Compensação Ambiental. Por tudo isso eu tenho respondido à imprensa e à comunidade da convicção do meu voto no que diz respeito ao Código Ambiental.

Sr. presidente e srs. deputados, eu também gostaria de fazer uma homenagem, nesta tarde, a um cidadão chamado pastor Woldemar Kinas, pois hoje, 8 de abril, faz 30 anos que ele fundou uma magnífica entidade chamada Lar Betânia.

Há alguns anos eu tive a oportunidade de escrever, deputado Kennedy Nunes, o livro *Um Apóstolo de Crianças*, narrando a história, a biografia do reverendo Woldemar Kinas, hoje com 87 anos. Esse lar surgiu na década de 70, deputado Narcizo Parisotto, depois de acontecer em Blumenau uma tragédia - a deputada Ana Paula Lima já fez referência a esse assunto, a essa tragédia -, em que duas crianças de quatro e seis anos morreram carbonizadas em uma casa. Morreram sozinhas brincando com fogo. Daí surgiu a necessidade, para sensibilizar a comunidade, em especial a comunidade da Assembléia de Deus, da criação do Lar Betânia, que começou com apenas 30 crianças sendo atendidas. Ao longo dos anos, a entidade foi-se aprimorando e hoje atende, na cidade de Blumenau, cerca de 400 crianças até seis anos, e depois, na complementação escolar, até 14 anos.

O Lar Betânia representa a fibra, a determinação e a seriedade do reverendo Woldemar Kinas. Esse lar, hoje, está dando assistência médico-odontológica, nutricional e orientação profissional. Oferece ainda o primeiro curso semi-oficial de padeiros do estado de Santa Catarina, que funciona muito bem, além de cursos de informática, numa parceria com a Furb e com o Unicef, e de costura industrial. Por tudo isso, o Lar Betânia merece os nossos aplausos.

Surgiu, posteriormente, o Lar Betel, numa outra região da cidade, mas sempre vinculado ao Lar Betânia.

O Lar Betânia conquistou, recentemente, o troféu Amigo da Comunidade, da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho; e conquistou o troféu Amigo de Santa Catarina, do governo do estado. Enfim, são 30 anos de caminhada que merecem os nossos aplausos e os nossos elogios.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Sr. deputado Ismael dos Santos, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento e somar-me ao seu pronunciamento a respeito do Lar Betânia, que realmente realiza um trabalho com profundidade, um trabalho que faz toda a nossa região mais forte, porque está ao lado da comunidade.

Quero parabenizar v.exa. e o Lar Betânia pelos 30 anos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado.

Hoje, pela manhã, tivemos uma belíssima festa de celebração desses 30 anos, contando com a presença do senador Raimundo Colombo, de várias autoridades civis, militares e religiosas. Foi uma grande festa.

Nossos parabéns aos funcionários, à diretoria e aos colaboradores do Lar Betânia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Hoje, pela manhã, nós tivemos a grata visita do major Márcio, responsável pela Defesa Civil do estado de Santa Catarina, que veio dar alguns esclarecimentos sobre o dinheiro do auxílio-reação para a reconstrução das cidades atingidas.

Foi-nos garantido que esse dinheiro, para o qual o governador assinou convênio há mais ou menos 60 dias, não estava sendo depositado ainda na conta das prefeituras por uma questão burocrática. Mas o major Márcio esteve hoje aqui, na Assembléia Legislativa, garantindo que o dinheiro seria repassado aos municípios que assinaram convênio, para que eles possam comprar os terrenos que serão destinados às pessoas que perderam as suas casas, a fim de poderem construir outra.

Era isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, apenas quero registrar, com muita alegria, a presença, neste Parlamento, do sr. Carlos Augusto Hargel, que foi líder estudantil no movimento Fora Collor em Santa Catarina, um dos mais importantes líderes estudantis, senão o mais importante, da cidade de Florianópolis, agora suplente de vereador na cidade de Joinville. Ele é mestrando na Universidade Federal de Santa Catarina e por certo logo será professor doutor pela sua capacidade e inteligência.

Então, é com muita alegria que quero registrar a presença, neste plenário, de Carlos Augusto Hargel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0010/2009; 0018/2009; 0019/2009; 0020/2009; 0021/2009; 0022/2009; 0026/2009; 0032/2009; 0035/2009; 0204/2008; 0264/2008; 0311/2008; 0326/2008; 0376/2008; 0377/2008 e 0409/2008, que encaminham relatório de atividades de entidades sociais.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita a prorrogação do prazo de dez dias para análise e aprovação da nominata dos candidatos a conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, nós fizemos, ontem, duas reuniões da nossa comissão especial, que tem como função analisar as 18 inscrições para a disputa do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas. Uma delas já está desclassificada, e hoje fizemos a comunicação à candidata, por conta de não preencher o requisito da idade mínima, exigência constitucional. Para as outras 17, a grande maioria delas, o relator propôs ontem e a comissão aprovou por unanimidade que além da comprovação de alguns documentos, especialmente as certidões da Justiça Federal e Estadual, faz-se necessária também, no nosso entendimento, a oitiva, a oferta de espaço para que os candidatos possam manifestar-se. A oitiva não será excludente, será uma oportunidade a mais a todos os candidatos que terão de, no mínimo, conhecer a comissão especial e de colocar àquela comissão as suas pretensões.

Por isso e diante dos feriados todos que teremos, uma vez que o prazo já vencerá no próximo domingo, nós aprovamos lá e entendemos ser necessária a manifestação também do Plenário para prorrogar, por mais dez dias, esse prazo, a fim de que no dia 22 de abril a comissão possa concluir os seus trabalhos e encaminhar o parecer final à Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado nos termos do requerimento, prorrogando o prazo final para o dia 22 de abril do corrente mês.

Há um encaminhamento, por parte dos srs. líderes, para que as votações de matérias constantes da pauta da Ordem do Dia sejam postergadas para a próxima terça-feira, tendo em vista o baixo quórum da sessão de hoje.

A Presidência pergunta se todos concordam com esse encaminhamento.

(Os deputados aquiescem.)

Estando todos de acordo, ficam, então, transferidas para a próxima terça-feira as referidas matérias.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Os requerimentos e as moções v. exa. vai encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Perfeito. Requerimentos, moções e pedidos de informação serão encaminhados normalmente. Apenas as votações dos projetos serão transferidas.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0212/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0213/2009, de autoria do deputado Reno Caramori...

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, essa nossa indicação vem atender a uma reivindicação que trouxemos do interior, deputado Herneus de Nadal, e tenho certeza de que v. exa. também deve ter recebido, assim como os demais deputados.

Trata-se da solicitação para que o governo disponibilize, por meio do *Diário Oficial, on-line*, as informações que possam interessar às comunidades catarinenses, porque o que hoje recebemos lá no interior, *on-line*, de conteúdo do *Diário Oficial*, é apenas parte dele, não é nem um resumo.

Então, o que queremos é que o governo determine aos órgãos competentes que disponibilizem, através do sistema eletrônico, as consultas *on-line* ao *Diário Oficial* do estado.

Isso resolveria um problema muito sério que temos em São Miguel d'Oeste, em Passo de Torres, em Garuva, enfim, em todos os quadrantes do nosso estado, pois agilizaria, muitas vezes, as atividades daqueles que necessitam de informações. É importante lembrar que existem municípios onde ninguém tem acesso ao *Diário Oficial*, deputado Professor Grandó.

Então, acho importante que possamos oferecer também esse trabalho do governo para aqueles que necessitam lá no interior do estado.

Disponibilizo a nossa indicação para que todos os deputados assinem, para que possamos mostrar o quanto é importante levarmos ao interior do estado, deputado Décio Góes, as informações de que o pessoal precisa tanto e que muitas vezes gasta tempo e dinheiro para conseguir. Todas as bancadas que entenderem correta e justa a nossa reivindicação, faremos questão de apanhar as assinaturas de todos os srs. deputados e deputadas.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Deputado Reno Caramori, v. exa. não imagina como é importante, no mundo moderno do governo eletrônico, essa reivindicação. Fui presidente da Associação dos Licenciados de Santa Catarina, e como entidade recebíamos diariamente o *Diário Oficial* e fazíamos esse trabalho, pois o professor precisava saber se sua licença-prêmio havia sido publicada, se a sua aposentadoria havia sido publicada e assim por diante.

Então, se for *on-line*, hoje, em qualquer lugar, em qualquer residência, há um computador e pode-se fazer a pesquisa, evitando a burocracia, o transtorno. É para isso que a informática serve. É bom para a população a democratização dos dados e dos meios disponíveis.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Deputado Reno Caramori, queria somar-me a v. exa. e ao deputado Professor Grandó.

Nós temos uma dificuldade muito grande de acessar as informações do governo do estado. É importantíssimo que se democratizem as informações. E o *Diário Oficial on-line* acessível a todos é um instrumento de democratização e, mais do que isso, reflete a transparência do governo.

Então, a bancada do PT gostaria de assinar junto com v. exas. essa indicação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Reno Caramori, queria parabenizar v. exa. por essa indicação. O governo Luiz Henrique da Silveira já tem esse sentimento de democratizar, de levar ao estado inteiro todos os meios de informação. E vejo que essa sua sugestão será acatada, sinto que será acatada pelo governo, até porque é uma forma barata e muito mais prática do que pegar aquele catatau todo e tentar descobrir onde está o nome dessa ou daquela pessoa.

Então, a bancada do PSDB gostaria de assinar com v. exa. essa proposição.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a Indicação n. 0212/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart, com a permissão do autor, gostaria de assinar também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Está registrado, sr. deputado.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas as Indicações n.s.: 0214, 0215, 0216, 0217, 0218, 0219, 0220, 0221/2009, de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, demais deputados, gostaria de solicitar a retificação de algumas indicações.

Primeiramente, com referência às Indicações n.s. 0214 e 0215, onde se lê secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí, passa a ser secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, onde estão situados esses municípios;

Na Indicação n. 0217, onde se lê secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí, passa a ser secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville;

Também na Indicação n. 0219, onde se lê secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí, passa a ser secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Essas indicações são importantíssimas, até porque a frota de ônibus que esses municípios têm hoje disponível está irreversível, principalmente depois da enchente.

Esses são pedidos que os municípios estão fazendo para o governo do estado, para o secretário de Educação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência comunica ainda que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0222/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.



O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Com a aquiescência do deputado Dagomar Carneiro, queria assinar essa indicação junto com s.exa. Aliás, a minha assessoria elaborou também uma indicação, que deve estar tramitando e que chegará ao plenário em alguns dias.

Então, subscrevo a indicação do deputado Dagomar Carneiro. Aliás, em Brusque, a saúde está ligada com Itajaí. E esperamos que num futuro breve a Regional de Brusque fique consolidada nas questões todas em Brusque e não com uma parte em cada cidade grande que existe em seu entorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Nós precisamos das regiões metropolitanas, sr. deputado.

Serão encaminhadas ainda as Indicações n.s 0223/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, e 0224/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só para chamar a atenção.

Eu faço poucas indicações. E faço quando é extremamente urgente, porque o governo não dá o respeito a esta Casa de responder, quanto mais atender.

Agora, quando faço uma indicação, encaminho para o governador, para ele saber que o governo dele não está tão eficiente quanto contam para ele. Eu mando também sempre uma cópia para o secretário regional, porque no discurso da tal descentralização dizem que quem decide tudo, quem faz acontecer, é o secretário regional.

E aí eu acho estranho, deputada Ana Paula Lima, quando, dia após dia, vejo que a maioria esmagadora dos requerimentos de deputados da base do governo em vez de serem para os secretários regionais são para o governador.

Então, parece-me que falta um pouco mais de preocupação da base ou, então, se continuar assim, a própria base vai acabar fazendo coro ao nosso discurso de que as SDRs não passam de grandes cabides de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas as Indicações n.s: 0225/2009, 0226/2009 e 0227/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0229/2009, de autoria do deputado Gelson Merisio e 0228/2009, de autoria do deputado Décio Góes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu queria solicitar ao deputado Dagomar Carneiro permissão para também assinar, juntamente com ele, as duas indicações, já que as temos feito em conjunto, a respeito da Celesc, em Brusque.

A gerência-geral da Celesc está em Blumenau, Brusque, Botuverá e Guabiruba. E a metade da Regional, que compreende os municípios de Tijucas, Canelinha, Major Gercino e Nova Trento, está vinculada à Regional de Florianópolis.

Nós queremos que se transforme a Regional de Brusque e os outros oito municípios numa gerência da Celesc. Aquilo que hoje acontece em Blumenau, passaria a acontecer em Brusque, e aí estaríamos consolidando aquele grande projeto do governador de decidir nas SDRs o apoio aos investimentos locais.

Por isso, quero assinar, juntamente com o deputado Dagomar Carneiro, as Indicações n.s 0226 e 0227/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência defere os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria do deputado Décio Góes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, ao secretário de estado de Infra-Estrutura e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Criciúma, cumprimentando-os pela liberação do trânsito no trecho do anel de contorno viário de Criciúma, no município de Içara;

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de Manoel da Silva Alexandre, manifestando pesar pelo seu falecimento;

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao dr. Cláudio Valdyr Helfenstein, cumprimentando-o pela posse como desembargador do Tribunal de Justiça do estado;

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Matos Costa, Vargeão, Ouro, Ipumirim, Galvão e Seara, pelo aniversário dos respectivos municípios;

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Valmor Nicoluzzi, de Irineópolis, cumprimentando-o pela posse no cargo de vereador daquele município;

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Papanduva, cumprimentando-os pelo aniversário do município;

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sistema Fecomércio, cumprimentando-o pela posse no cargo;

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ex-presidente da associação empresarial do município de Corupá, cumprimentando-o pelos relevantes serviços prestados em prol daquela entidade;

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da associação empresarial do município de Corupá, cumprimentando-o pela posse no cargo;

Requerimento de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao bispo dom José Negri, cumprimentando-o pela posse como 2º bispo diocesano do município de Blumenau.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de subscrever esse requerimento de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, cumprimentando o bispo dom José Negri.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Da mesma forma, sr. presidente, gostaria da aquiescência para subscrever esse requerimento. Inclusive, estivemos presente nesta belíssima festa em que o bispo dom José Negri assumiu a diocese de Blumenau.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Gostaria também de subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência continua deferindo requerimentos.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, cumprimentando-os pela realização da 18ª Expofeira Nacional da Cebola;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein, cumprimentando-o pela posse no cargo;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Joaquim, cumprimentando-os pela realização da 17ª Festa Nacional da Maçã;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no município de Xaxim, cumprimentando-o pela ampliação da sede e inauguração da unidade de equoterapia;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao patrão do Centro de Tradições Gaúchas de Morro da Fumaça, cumprimentando-o pela realização do 21º Rodeio Nacional;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, cumprimentando-o pela posse no cargo;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao patrão do Centro de Tradições Gaúchas Praianos, no município de São José, cumprimentando-o pela realização do 37º Rodeio Nacional;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, cumprimentando-o pela realização do Fórum SC: Um Estado Transparente;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reverendo Narcizo Parisotto, cumprimentando-o pela realização da 34ª convenção estadual;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Instituto Lions, do Distrito LD-9, no município de São José, cumprimentando-o pelo lançamento da pedra fundamental do Hospital de Olhos do Lions de Santa Catarina;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, do estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse do procurador-geral de Justiça;

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Ipuáçu, Rio do Sul, Timbé Grande, Serra Alta, Papanduva, Santiago do Sul, São Francisco do Sul, Bela Vista do Toldo, São Pedro de Alcântara e Joinville, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios;

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Treze de Maio, enaltecendo-o pela iniciativa de convênios com a Unisul e a faculdade de Capivari, para concessão de bolsas de estudos aos alunos residentes no município de Treze de Maio.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, solicitando a prorrogação do prazo de dez dias para análise e aprovação da nominata dos candidatos a conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Sobre a mesa as seguintes moções:

Moção de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao ministro da Fazenda e à secretaria da Receita Federal, solicitando medidas que permitam ao contribuinte, pessoa física, incluir nas deduções do Imposto de Renda as despesas com aquisição de medicamentos para tratamento de doenças diagnosticadas, e a extinção do limite da dedução das despesas com educação, com a possibilidade da inclusão dos gastos com aquisição de material didático/pedagógico.

Moção de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando que atue junto ao ministério da Fazenda e à secretaria da Receita Federal quanto à adoção de medidas que permitam ao contribuinte, pessoa física, incluir nas deduções do Imposto de Renda, as despesas com aquisição de medicamentos para tratamento de doenças diagnosticadas, e a extinção do limite de dedução das despesas com educação, com a possibilidade de inclusão dos gastos com aquisição de material didático/pedagógico.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, apresentei essas duas moções e vou aproveitar para fazer o encaminhamento delas. Uma é dirigida ao ministro da Fazenda e à secretaria da Receita Federal, e a outra é dirigida à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense.

Com essas moções o que pretendemos, deputado Serafim Venzon, é chamar a atenção do ministério da Fazenda, da secretaria da Receita Federal e da nossa representação em Brasília para que ações sejam empreendidas no sentido de discutir, porque esse assunto vem à tona somente na época de prestar contas à Receita Federal e depois não se fala mais.

O fato é, deputado Valmir Comin, que o não reajuste da tabela é um velho clamor. E quando se começa a ajustar as contas, chega a certeza de que quem paga integralmente Imposto de Renda neste país é só o assalariado, como determina a lei, porque este não tem como escapar, já é tributado na fonte. E é na hora que vamos fazer o ajuste que percebemos o quanto o nosso salário, o salário do assalariado, foi sangrado pelo Leão, e aquilo que pode ser deduzido de despesas, deputado Décio Góes, é muito pouco.

Na questão da saúde, por exemplo, não há um limite para dedução de despesas com médico e dentista; para despesas médico-hospitalares não há limite para a dedução, mas não é permitida a dedução de despesas com medicamentos, e isso é uma incoerência, deputados Ismael dos Santos e Jean Kuhlmann.

O cidadão, que tem uma doença crônica ou até eventual, que tem despesas com medicamentos que consomem R\$ 200,00, R\$ 300,00, R\$ 500,00 ou até R\$ 1 mil por mês, e que pode comprovar essa despesa com a nota fiscal da farmácia onde ele adquiriu o medicamento, não pode deduzir essa despesa. Ou seja, eu posso deduzir a consulta médica, eu posso deduzir o pagamento do exame, mas eu não posso deduzir os gastos que tive para curar a doença. Não é possível que isso ainda não tenha chamado a atenção da Receita Federal. Então, as despesas com medicamentos também tem que ser deduzidas!

Isso vale também para as despesas com material escolar! Na questão da educação, deputado Nilson Gonçalves, é um absurdo o que ocorre. A dedução com as despesas, que não são despesas - em educação não há despesa, em educação faz-se investimento -, portanto, a dedução com os investimentos em educação, na declaração de Imposto de Renda, está limitada a R\$ 2.600,00 por contribuinte.

Deputado Dirceu Dresch, para uma família que tenha um filho só na universidade, por mais barato que seja o curso, hoje o custo médio de uma universidade está na ordem de R\$ 400,00. E R\$ 400,00 vezes 13 prestações, que são 12

mensalidades, mais a matrícula, dá mais de R\$ 5 mil só para manter um filho na faculdade por ano. Essa família só poderá deduzir R\$ 2.600,00, ou seja, ele tendo um filho só, não pode deduzir nem a metade do que investiu somente do pagamento da mensalidade desse filho.

E o material didático? Por que a despesa do material didático também não pode ser deduzida? Não pode haver limite para a dedução de investimentos com a educação, tem que ser liberado também, como é na saúde. E também tem que ser permitida a dedução de despesas com material didático-pedagógico.

Então, essa preocupação nós levantamos, ou seja, a de permitir a dedução de medicamentos, a de retirar o limite de dedução em educação. Eu duvido que haja uma família que tenha que prestar contas ao Leão, ao Imposto de Renda, que gaste menos que R\$ 2.600,00 por ano em educação. Isso é uma piada! Isso demonstra que não há um incentivo para o investimento familiar em educação.

Outra aberração: aquela pensonista, que é viúva e aposentada, que recebe um, dois, três salários mínimos de pensão e de aposentadoria, durante o ano não tem desconto porque não atinge o limite. Quando vai fazer a prestação de contas ao Imposto de Renda, ao Leão, junta as duas fontes, vem uma pilha de dinheiro que tem que devolver, pagar para a Receita, tem que fazer um carnê para o ano seguinte e vai praticamente ficar no ano seguinte pagando toda aquela segunda renda que teve.

Então, é com relação a essas aberrações que o nosso Congresso Nacional precisa agir rapidamente. Eu espero que a bancada federal de Santa Catarina levante esse tema, abrace esse tema, brigue por isso, porque na hora de o assalariado ajustar as contas com o Leão, ele chega a ficar revoltado com as injustiças que vê o erário, no caso a Receita Federal, praticando contra ele.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Joares Ponticelli, eu quero cumprimentá-lo porque realmente esse tipo de problema vem assolando Santa Catarina e o Brasil.

O problema do aproveitamento do recibo do médico, do dentista é direto. Como o medicamento é indireto, então o governo acha que não tem direito à dedução do Imposto de Renda devido de cada contribuinte. Isso aí é o que v.exa. tem dito: uma incoerência!

Dá mesma forma acontece com a mensalidade de uma universidade. Quantos alunos a mais nós teríamos frequentando uma universidade, se a família, o pai, o responsável ou ele próprio tivessem condições de deduzir isso no acerto de contas com o Leão!

Então, eu acho que v.exa. tem razão. Espero que o Congresso Nacional realmente entenda corretamente o objetivo da sua moção, da sua proposição, porque é importante para Santa Catarina e o Brasil.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. destaca bem a grande injustiça tributária que nós temos no país. Além de cobrar mais de quem ganha pouco, dos assalariados, ainda cobramos duplamente. Do remédio que v.exa. relata, que não é permitido abater nem do Imposto de Renda, ainda são cobrados os impostos que incidem sobre ele.

De forma que neste momento em que o Brasil discute a questão das vagas na universidade, por exemplo, e que essas vagas - e eu também concordo - devem ser destinadas, principalmente, àqueles que têm menos recursos, também devemos dizer que gasto com a universidade, com o remédio, com a saúde, com a educação, o cidadão não ganhou. Só passou pelo bolso dele por algum dia, se é que ficou um dia no bolso dele, e já repassou para o médico, para a farmácia e para a universidade. Então, se é que alguém tem que pagar, é lá e não aqui, que é meramente o intermediário.

Na reforma tributária temos que enfatizar isso. Eu acredito que o Fórum Parlamentar Catarinense não vai conseguir colocar isso. Fui deputado durante dez anos e esse tema sempre foi muito debatido. Mas no conjunto de toda a reforma tributária, tem que ser considerado esse ponto de vista que v.exa. levanta.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado deputado Serafim Venzon.

É uma questão de coerência, de lógica. Ninguém gasta com médico, com dentista e com remédios se não precisa. É como bem disse v.exa.: é um dinheiro de que a pessoa não pode dispor. A pessoa vai dispor daquele dinheiro para curar a sua doença. Por isso que o dinheiro do remédio, devidamente comprovado, tem que ser dedutível. E o da educação... Repito, com educação não se gasta, com educação investe-se! Essa é a maior herança que um pai pode dar para um filho, porque ninguém tasca. Portanto, tem que ser totalmente dedutível!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Continuam em discussão as moções.

(Pausa)

Não havendo mais quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as duas moções do deputado Joares Ponticelli.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao superintendente regional do DNIT, solicitando a reinstalação da lombada eletrônica do KM-142, no bairro Canta Galo, em Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Professor Grando, a ser enviada ao superintendente do DNIT, solicitando a instalação de uma sinaleira na BR-282, no cruzamento anterior à REX, em frente da farmácia Coral, no município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao presidente da Fatma, solicitando informações sobre a atual estrutura da Fatma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao presidente da Epagri, solicitando informações sobre a atual estrutura da Epagri.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós temos uma grande preocupação com essas duas empresas, principalmente a partir da aprovação por esta Casa, e com certeza sancionado pelo governador, do Código Ambiental. Nós temos um interesse muito grande em ter conhecimento profundo da estrutura dessas duas importantes empresas públicas de Santa Catarina.

Nós aprovamos, e isso já existe na Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que diz:

(Passa a ler.)

"Art. 16.[...]

§ 9º A averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário (Incluído pela Medida Provisória n. 2.166-67, de 2001.)."[sic]

E a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, no art.16 também diz:

(Passa a ler.)

"Art. 16.[...]

§9º A averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário."[sic]

A Lei da Mata Atlântica, n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, no art. 13 diz:

(Passa a ler.)

"Art. 13. Os órgãos competentes do Poder Executivo adotarão normas e procedimentos especiais para assegurar ao pequeno produtor e às populações tradicionais, nos pedidos de autorização de que trata esta lei:

I - acesso fácil à autoridade administrativa, em local próximo ao seu lugar de moradia;

II - procedimentos gratuitos, céleres e simplificados, compatíveis com o seu nível de instrução;

III - análise e julgamento prioritários dos pedidos."[sic]

Portanto, nós temos aqui várias leis, e o Código Ambiental entra nisso, inclusive também o serviço gratuito. Por isso, nós queremos saber qual a condição da Fatma, por exemplo, de fazer a licença em 60 dias nas atividades de pequeno impacto. É importante sabermos isso porque eu estou recebendo, deputado Serafim Venzon, várias ligações de dirigentes sindicais do estado todo reclamando da demora para o agricultor poder abrir uma produção de aves, de suínos, de leite, quando precisa do licenciamento para essa atividade.

Então, é importante, além da questão do licenciamento ágil, a questão da bracinga. Nós temos na lei federal, na Lei da Mata Atlântica, o uso de 15m³ por ano, por agricultor, da bracinga. Agora, nós precisamos viabilizar isso. A lei federal de dezembro do ano passado também fala que o agricultor pode retirar a cada três anos 20m³ de madeira para uso dentro da propriedade, e ele só precisa licença para transporte dessa madeira.

Portanto, nós temos tanta coisa para viabilizar, e isso significa gestão, deputado Décio Góes. Nós também precisamos construir um processo de educação para os nossos agricultores para cuidar da questão ambiental. Nós sabemos que a grande maioria dos agricultores já cuida da questão ambiental, mas nós temos alguns que gostam e ainda têm uma idéia de que têm que destruir tudo, e isso não ajuda.

Estamos com a estiagem no oeste, hoje, que preocupa muito, e onde está preservado vê-se que há mais água. Então, é importante para o próprio agricultor, para a renda dele no futuro. Assim, para produzir, ele precisa cuidar.

No processo do Código Ambiental conseguimos incluir o projeto técnico das propriedades. Para ele ter licenciamento nas áreas consolidadas, precisa haver um projeto técnico da Epagri. Portanto, precisamos estruturar essas empresas, e se nós queremos de fato - e faz-se tanto discurso, e hoje aqui novamente vários deputados falaram disso - produzir e preservar, precisamos construir, deputado Décio Góes - e v.exa. é presidente da comissão de Meio Ambiente -, uma gestão muito firme do processo ambiental em Santa Catarina, pois nós estamos muito perto do processo da produção e do processo da preservação, porque são pequenas propriedades, na grande maioria.

Por isso tem que haver uma participação técnica muito ativa, seja da Fatma, seja da Epagri. E nós achamos importante esta Casa ter todas as informações: quantos técnicos em cada área existem, com quem nós podemos contar para, justamente, ajudar-nos a fazer um grande trabalho, como já existe no Paraná. O Paraná tem quase dois mil funcionários no IPA, o instituto que cuida da questão ambiental. No Rio Grande do Sul não é muito diferente, em torno de dois mil funcionários.

Então, esta é a perspectiva: de nós termos todas as informações e podermos, inclusive, ajudar e, quem sabe, lutar para que o estado contrate mais funcionários para podermos de fato transformar esse grande debate que se fez aqui - e isso avança na legislação federal, inclusive - em prática no nosso estado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, v.exa. tem toda a razão, até porque a Fatma tem bastante funcionários para cobrar. E se a pessoa vai fazer um requerimento para qualquer atividade que necessita na propriedade, ela requer, paga a taxa e depois aguarda a verificação e a vistoria através dos técnicos. E aí eles alegam que a pessoa tem que aguardar, porque não há gente.

Agora, quanto à questão da bracinga, devo dizer que eu tenho um projeto de lei que está nesta Casa que deve estar engavetado por aí. E temos brigado tanto a respeito da bracinga, até porque ela não é nativa do Brasil. Ela é exótica, tanto é que para a proliferação dela, a pessoa tem que queimar a vegetação ou mexer bastante com a terra para que haja a quebra de dormência, porque a semente da bracinga tem um tegumento muito duro e tem que sofrer uma queima ou uma fermentação no solo por um período longo para que nasça e cresça. A bracinga está acabando nas grandes reservas, porque não pode mais ser derrubada e nem queimada. E o que vai acontecer? Vai acabar! Mesmo assim, se formos fazer o licenciamento para tirar, por exemplo, 15m<sup>3</sup> de bracinga da nossa propriedade, o custo da licença será mais caro do que irmos numa serraria e comprar a madeira serrada.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - É R\$ 1,1, deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Então, isso é uma barbaridade! Não é possível! Acho que o governo tem que olhar isso com mais atenção, ou seja, se quisermos favorecer o homem do campo, não podemos sangrá-lo cada vez mais através de taxas de licença e de emolumentos.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero parabenizar v.exa. pelo requerimento, porque é importante continuarmos com este debate.

Srs. deputados, fizemos sugestões no Código Ambiental, no sentido de que a Epagri e a Fatma possam ser estruturadas para assumir a tarefa de fazer projetos para os pequenos agricultores, para a agricultura familiar, porque elas têm obrigação legal e constitucional de se estruturar para atender não só gratuitamente, sem cobrar as taxas, como também dar vazão às demandas que existem na área ambiental. Mas com 200 funcionários isso é impossível, haja vista a comparação com outros órgãos semelhantes no país.

Então, é preciso continuar esse debate porque a agricultura de Santa Catarina, pelas suas características, precisa da Epagri e da Fatma estruturadas e funcionando.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Dirceu Dresch, nós precisamos entender, como v.exa. coloca aqui, o agricultor como um instrumento social, como um produtor de alimentos. Sabemos que 85% da população brasileira mora na cidade, e mais da metade das crianças acham que o leite vem do supermercado, não o relacionam com o pasto, com a vaca, com o meio ambiente. Então, temos que entender o agricultor como um produtor, como alguém indispensável para a sociedade e que ele só tem um lugar para produzir: a terra abençoada pelo sol e pela chuva.

Por isso, temos que ter a colaboração da Epagri, da Fatma, da sociedade e, seguramente, do Código Ambiental, que nós iremos adequando de acordo com as necessidades. Tudo isso vai trazer evolução e no final uma sociedade em equilíbrio com o meio ambiente.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Queremos aqui reafirmar esse nosso pedido, porque, com certeza, contribuirá para que esta Casa possa depois trabalhar com esses dados, com essas informações para irmos aperfeiçoando o debate ambiental em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Rapidamente, sr. presidente, quero desejar a v.exa., a todos os deputados, e a toda nossa Santa Catarina uma boa Semana Santa, e que todos tenhamos uma Páscoa abençoada. Que os catarinenses possam, na Paixão de Cristo, entender que é possível ser cada vez mais do bem, que é possível cada vez mais reacender no ser humano o espírito da solidariedade. Então, que a Páscoa e essa Semana Santa, possam ainda mais colocar no coração da família catarinense esse espírito que nos leva ao encontro do que realmente somos, ou seja, pessoas de bem.

Feliz Páscoa a todos os deputados e uma grande Semana Santa a todos os membros desta Casa, aos funcionários e a todos aqueles que vêm ao Parlamento catarinense para trazer os seus pleitos, as suas angústias e as suas solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, na semana passada tive oportunidade, deputado Reno Caramori, de tecer desta tribuna alguns comentários com relação à questão da duplicação da BR-101. E naquela ocasião, colocava que do início deste ano, dia 1º de janeiro, até a data do meu pronunciamento, teriam ocorrido 500 acidentes, com 16 vítimas fatais. Mas hoje, são 501, com 17 vítimas.

Srs. deputados, então, eu me questiono e pergunto a v.exas. quantas vítimas ainda serão necessárias para que possamos, de uma vez por todas, ver essa obra concluída e realizada para o bem do desenvolvimento da economia catarinense, brasileira e para a preservação de vidas?

Acessei a coluna do jornalista de renome do sul do estado, Adelor Lessa, do jornal *A Tribuna* que fala o seguinte:

(Passa a ler.)

"O que atrasa e onde atrasa

A procuradora da República, Ana Lúcia Hartman, que acompanha de perto o processo para a duplicação da BR-101, trecho sul, mandou informar para o *blog* do jornalista César Valente, que trago para cá porque é do interesse de todos, e todos precisam saber.

"1) A duplicação da BR-101 recebeu licença ambiental de instalação em 2001, com exceção de três áreas: o Morro dos Cavalos, o Morro do Formigão e a travessia da Lagoa do Imaruí. Não há índios no Formigão e na Lagoa;

2) após oito anos, o Dnit ainda não terminou a parte licenciada;

3) apenas em 2008 o Dnit solicitou licença ambiental ao Ibama para os três trechos faltantes." [sic]

Vejam bem, srs. telespectadores da nossa TVAL e da Rádio Digital Alesc, a licitação da duplicação foi feita em 2001, porém oito anos depois é que o DNIT fez o pedido para a licença ambiental ao Ibama, para os três trechos faltantes.

(Continua lendo.)

"4) apenas agora o Dnit concluiu com o Ibama as tratativas sobre o termo de referência para o licenciamento - os estudos ambientais a fazer;

5) apenas neste ano o Dnit está terminando os estudos geológicos para o projeto técnico de túneis no Morro dos Cavalos." [sic]

Por isso, fiz questão de ressaltar, aqui, deputado Reno Caramori, v.exa. que é o presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, juntamente com o deputado Décio Góes, para que possamos promover, neste plenário, uma audiência pública, trazendo aqui o DNIT e vários órgãos do nosso estado interessados na duplicação da BR-101, para que possamos realmente esmiuçar todas as dúvidas que estão na cabeça dos catarinenses e brasileiros, porque realmente há muita contra-informação. É uma contrariedade de informações sem precedentes. Precisamos unificar esse discurso de uma vez por todas e, realmente, fazer com que haja uma ação política eficaz, enérgica para que possamos ver essa obra terminada para o bem de todos os catarinenses e brasileiros.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Valmir Comin, só imagino o drama que v.exa. enfrenta, como todos os deputados do sul, assim como todos aqueles que usam a BR-101 de Florianópolis, de Palhoça ao sul do estado e ao Rio Grande do Sul.

Temos discutido bastante e escutado bastante as informações do nosso engenheiro João José, que nos informa sobre o que está acontecendo. E ele também nos fala de acordo com as informações que recebe. Tenho participado de várias reuniões do conselho político empresarial da região de Laguna, representando a comissão de Transportes desta Casa, e tenho recebido a informação de que não falta dinheiro para o andamento das obras, que está tudo bem, que está dentro do cronograma.

Mas tenho certeza de que o engenheiro João José também está sendo manipulado pelos órgãos superiores. Eu acho que nós precisávamos - v.exa. que encaminhou o requerimento à comissão de Transportes - agendar uma data, deputado Valmir Comin, para que realmente se realize aqui uma audiência pública convidando a participar o ministério dos Transportes; o DNIT, de Brasília; o Ministério Público Federal e os responsáveis pelas empreiteiras daqui que não deram andamento às obras, sendo que muitas nem foram iniciadas.

O povo catarinense não pode mais passar por isso! Acho que quem assumiu, quem ganhou a concorrência é responsável e nós precisamos dar nomes aos bois, porque ficamos jogando a culpa muitas vezes no DNIT, no ministério, no João José e assim por diante. Acho que é importante, v.exa. tem toda a razão, nós aqui chamarmos todos para que a sociedade catarinense e brasileira realmente receba as informações de acordo com a realidade.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Valmir Comin, concordo com esses depoimentos, mas quero deixar bem claro que o presidente Lula foi extremamente corajoso ao liberar todos os trechos que tinham projeto e licença prontos.

Naquela época iriam começar os projetos dos três gargalos, mas agora é que estão sendo encaminhados à conclusão; a licença ambiental sairá até o fim do ano para, então, ser feita a licitação. Isso faz três anos, todos sabem disso. Então, com relação a esses projetos, estão sendo encaminhados e a obra também.

Agora, o fato é que as empreiteiras é que têm que ser chamadas nessa audiência, porque elas têm que prestar contas. O João José tem dito constantemente que não falta dinheiro, que não há problema de projeto, que não existem maiores problemas. A obra está atrasada e está incomodando, mas as empreiteiras não têm dito nada sobre isso, não têm contrariado o engenheiro. Então, temos que chamar as empreiteiras aqui para que expliquem para a sociedade catarinense o que realmente está acontecendo!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu só quero ressaltar aqui mais uma vez que a licença para a duplicação da BR-101 ocorreu em 2001 e nós estamos em 2009 e só agora estamos vendo a conclusão dessas licenças! Afinal de contas, já se passaram nove anos, deputado Décio Góes! É isso que estou colocando! Concordo com v.exa. quando diz que temos que chamar realmente o DNIT aqui, pois é o responsável por essa situação e precisamos chamar essas empresas à responsabilidade! Algumas delas concluíram 80, 90% do seu trecho e outras sequer iniciaram! Por quê?

Srs. deputados, se tiver que haver uma nova licitação, certamente haverá outros interessados, e isso vai abrir uma demanda judicial sem precedentes! Talvez aí eu tenha que concordar com a frase do secretário de Planejamento do estado, deputado Altair Guidi, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Eu estou pensando em chegar aos meus 103 anos de idade e penso que não vou ver a duplicação da BR-101 concluída. Penso que a obra não estará totalmente concluída em menos de dez anos!" [sic]

Espero que isso realmente não ocorra, mas para isso há a necessidade de uma forte implementação política, de chamar à responsabilidade essas empreiteiras através do órgão competente, para que possamos ver a obra concluída, sob pena de realmente termos que voltar aqui, talvez daqui a dez anos, para reler a frase do secretário de Planejamento, deputado Altair Guidi.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Décio Góes, entendo a preocupação do deputado Valmir Comin e sei que essa é uma preocupação também de v.exa., do superintendente João José, que precisa apertar mais essas empreiteiras, e de todos nós do sul do estado. Louvo a manifestação, a atitude e a cobrança do secretário de Planejamento de Santa Catarina.

Quero lembrar ao secretário de Planejamento que a pavimentação asfáltica Jaguaruna/Camacho, que são apenas 18 quilômetros, é de responsabilidade do governo do estado e está em obra há seis anos. E, diga-se de passagem, é um trecho com nem um décimo dos problemas que foram encontrados para liberar a pavimentação da BR-101. Já faz seis anos e o governo não dá conta daquela estradinha de 18 quilômetros.

Então, me associo à preocupação do secretário de Planejamento de Santa Catarina, mas ele também tem que dar respostas, enquanto governo que é, governo de carteirinha, defensor incondicional de s.exa., o governador. E já que é o secretário de Planejamento, precisa dar uma resposta para essa pavimentação da estrada do Camacho, que está virando uma novela mexicana, que eu há muito tempo falo para v.exas.

Também, quero aproveitar para questionar sobre qual a data de inauguração da Serra do Faxinal, da Serra da Rocinha, do anel viário de Criciúma, aquelas obras do extremo sul, que já renderam tantos votos para Luiz Henrique e para Eduardo Moreira. Aquela festança que Eduardo Moreira fez lá no Mampituba, durante a campanha, dia 1º de junho de 2006, quando entregou inclusive a ordem de serviço do contorno viário de Criciúma, ficou só na falácia.

A obra do governo federal está lenta? Está, deputado Décio Góes, nós temos que apertar mesmo, pois está muito lenta. Temos que endurecer com as empreiteiras, porque eles mesmos dizem que não é problema de pagamento. Então, tem que apertar as empreiteiras! Agora, pelo menos, está acontecendo; o problema são essas ações do governo do estado que fez muito barulho, muita máquina roncou na cabeça de alguns e o governador acabou roncando também em algumas solenidades e nada de obras.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Usando apenas um minuto do seu tempo, quero dizer que não é diferente o que acontece na minha região, pois lá em Caçador, em cada eleição, tanto o secretário Cobalchini quanto o governador mandaram confeccionar uma placa nova na SDR: 4,5 quilômetros! Faz mais de quatro anos que está em obras e continua na mesma. Deverão ser colocadas lá ainda mais duas ou três placas, se continuar no andamento que está. E não é diferente na estrada que une o município de Macieira com a SC-451, que vai de Caçador a SC-153. São também 19 quilômetros e continua uma vergonha.

Agora, parece que a empreiteira que assumiu os trabalhos está acelerando, mas também já fazem mais de quatro anos. Até porque quem pagou o projeto daquela obra foi o ex-prefeito de Macieira, com a promessa de dois anos e pouco, que era o prazo, de acordo com o cronograma físico-financeiro para entregar a obra. Continua nessa base. E assim acontece com tantas obras que vamos ver demorar mais tempo ainda do que a BR-101, se continuar desta maneira.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Fora essas que estão em andamento, que não andam, há também aquelas que foram prometidas e assinadas, como no dia 17 de março iria começar a obra de Braço do Norte a Pinheiral. Já faz um mês e não começou. Vamos ficar olhando este assunto que foi objeto de campanha, de fogos, de ação. Foi processo de uma promessa muito forte, um compromisso assumido com muita veemência lá naquela comunidade, que é séria, crédula e que está esperando essa pavimentação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Décio Góes! V.Exa. lembrou bem, inclusive li na imprensa da região que o secretário de Planejamento esteve lá em Braço do Norte



fazendo uma visita ao prefeito. Eu imaginava que ele estivesse levando, já com atraso, a ordem de serviço para a pavimentação dos 18 quilômetros que ligam Pinheiral a Braço do Norte, aquela que o governador marcou a data naquele discurso que nós trouxemos aqui, no dia 15 de fevereiro. Foi o governador que marcou a data, e que disse que no dia 17 de março estaria lá para entregar a ordem de serviço para a Zalene e para o seu vice. É verdade que a Zalene não ganhou a eleição, mas o governador não apareceu lá no dia 17 de março com a ordem de serviço; o secretário de Planejamento também esteve lá e, pelo que me consta, também não levou a ordem de serviço ainda.

Se formos fazer um levantamento, deputado Reno Caramori, das obras iniciadas no primeiro governo de sua excelência, com mais as prometidas pelo governador bem aposentado Eduardo Pinho Moreira, que naqueles seis meses garantiu uma aposentadoria de mais de R\$ 20 mil por mês para o resto da vida, uma pensão vitalícia, o que ele prometeu naquele período?! Em Laguna, por exemplo, deputado Décio Góes, o governante de plantão Eduardo Pinho Moreira disse que iniciaria a obra ainda no seu governo, mas não disse em qual legislatura, se é que ele imagina um dia voltar a governar o estado, fato que, parece-me, pelas pesquisas, não será missão tão fácil assim.

Então, entendo que nós, deputado Reno Caramori, v.exa. que é o presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, até quero sugerir isso, precisamos fazer rapidamente um levantamento dessas obras, quando elas foram iniciadas, como está o seu andamento, porque o governador anunciou, lá em Garopaba, numa reunião da SDR, que o ritmo das obras vai desacelerar. Eu não sei onde é que há obra acelerada neste estado! Aceleradas eu só vejo nomeações nas SDRs, porque de obras nada.

Aqui na ponte Hercílio Luz, por exemplo, onde já colocaram até *outdoor* para entregar a ponte, o Ministério Público apontou agora que estão botando tinta em cima de ferrugem, tinta para esconder a ferrugem. O tal do trem bala, que já foi anunciado várias vezes, descarrilou, ninguém sabe onde está. Os barcos voadores, que sua excelência viajou para a China, para o Japão, não sei mais para onde, para trazer barco voador, até hoje continuam voando em qualquer outro mar, menos nos nossos.

Ontem, quando questionávamos para que bandas ele estava viajando, um deputado da base do governo disse que ele estava inaugurando obras. Eu já li notícias de que o governador está procurando até boca-de-lobo que prefeitos inauguram para poder tirar uma canja. Até porque, deputado Serafim Venzon, vamos mostrar, na semana que vem, que só dos fundos que foram constituídos, contra o que ingressamos com um Adin no Supremo, o governo se apropriou, até o final de 2007, de mais de R\$ 100 milhões devidos aos municípios. E agora me parece que ele já começa a querer pegar carona na inauguração até de boca-de-lobo de município onde não há nenhuma participação do governo do estado.

Então, essas coisas têm que servir para uma reflexão. Eu espero que o governador possa dar as explicações que esta Casa precisa.

Finalizando, eu quero dizer que o Requerimento n. 0359, que esta Casa aprovou, dirigido ao prefeito Arilton Francisconi Cândido, meu querido amigo, de Treze de Maio, cumprimentando-o por um projeto, deputado Décio Góes, eu sugiro que seja copiado por outros prefeitos de Santa Catarina.

Esse prefeito prometeu durante a campanha, e já está cumprindo e colocando em prática, diferente do Luiz Henrique, que promete e não cumpre, o seguinte: assinou um convênio, deputado Reno Caramori, com a Unisul e com a Fucap, Faculdade Unidas de Capivari, concedendo bolsas de estudo para todos os acadêmicos do município de Treze de Maio. Isso foi promessa de campanha e já é realidade. Todos os acadêmicos serão contemplados com bolsas de estudo, para que possam concluir o ensino superior. Esse eu acho que é um projeto inédito em Santa Catarina, deputado Dagomar Carneiro, sobre o qual vamos trazer, na próxima semana, mais detalhes.

No mais, uma Páscoa santa e de reflexão para cada um de nós e para todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, já que a sessão do dia de amanhã, que iniciaria às 9h e terminaria às 13h, nós já compensamos, eu quero aproveitar a sua benevolência para desejar uma boa Páscoa aos nossos colegas deputados e deputadas, aos funcionários da Casa, aos funcionários do nosso gabinete, enfim, a todos aqueles que nos auxiliam na missão que temos como parlamentar, aos catarinenses, aos nossos empresários, ao nosso trabalhador, à nossa dona-de-casa, ao nosso estudante, ao nosso desempregado que ansiosa e desesperadamente busca um local de trabalho para a sua sobrevivência e da sua família.

Quero desejar que esta Páscoa realmente traga um coelho com um saco cheio de saúde, de prosperidade e de um futuro promissor a todos os catarinenses. Tenho certeza de que o coelho será benevolente e com a graça de Deus poderemos passar uma Páscoa mais uma vez com aqueles que nos são queridos, para que possamos confraternizar-nos não só nos momentos de alegria, como também nos momentos de tristeza.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, eu apresentei nesta Casa, esta semana, um projeto de lei que solicita que em todos os eventos que aconteçam em Santa Catarina, a exemplo do que já ocorre em outros estados, que aglomerem mais de 1.500

pessoas durante o dia, os organizadores tenham que equipar o local com um desfibrilador externo automático, que seria o equipamento para dar o choque cardíaco na eventualidade de alguém ter uma parada cardíaca de diversas origens. Como sabemos, uma pessoa que tem uma parada cardíaca e demora para ser reanimada mais do que três, quatro minutos, mesmo que chegue logo depois ao hospital, praticamente tem a sua vida saudável inviabilizada do ponto de vista de qualidade de vida.

Então, temos que aproveitar os primeiros minutos da parada cardíaca para fazer a desfibrilação, para depois dar o choque elétrico, dito assim vulgarmente, que serviria para reanimar o paciente, juntamente com outros procedimentos, como a massagem cardíaca externa, a ventilação mecânica por instrumento ou a ventilação mecânica boca-a-boca, no caso de extrema necessidade.

Por isso, então, eu apresentei esse projeto, que agora será analisado por esta Casa, e a partir da sua aprovação todos os eventos com mais de 1.500 pessoas terão que ter esse equipamento disponível no local. Na verdade, a grande maioria dos eventos já conta com o serviço médico. Normalmente nos jogos de futebol, nas festas de igreja e nos *shows* vemos uma ambulância lá no cantinho escondida, dentro da qual há a enfermeira ou uma equipe de enfermagem, pelo menos um médico, um desfibrilador, um ventilador mecânico, enfim, todos os equipamentos mínimos indispensáveis para uma reanimação cardiorrespiratória.

É claro que não basta apenas o desfibrilador, é importante também que haja pessoal minimamente treinado para usá-lo. Mas com o tempo o que vai de fato acontecer é que nas grandes aglomerações os organizadores do evento terão de contratar o serviço de saúde justamente para dar garantia e uma segurança maior a quem lá estiver. E também há a reanimação cardiorrespiratória, que deveria ser ensinada às crianças, aos adolescentes nas escolas e nas universidades. Mas esses grandes eventos também são uma oportunidade para que sejam dadas essas informações, pois isso é uma segurança para todos.

Então, contamos com o apoio desta Casa para a aprovação deste projeto de minha autoria.

Em segundo lugar, eu queria destacar aqui, comentamos muito hoje isso, os acessos, as obras do governo do estado. Na verdade, é intenção do governador propiciar acesso asfáltico a todas as cidades de Santa Catarina. Este ano, se a crise não nos afetar demasiadamente, vão ficar fora apenas oito cidades que não terão o seu acesso asfaltado.

Então, até o final do ano que vem todas as cidades terão pelo menos um acesso asfaltado. E esse é um projeto que já vinha do governo anterior e o governador Luiz Henrique buscou, através de recursos, concretizar. E nós, da base do governo, daremos o apoio ao que for necessário para que isso possa acontecer.

Faz 16 anos que a sociedade catarinense mandou abaixo-assinado para Brasília pedindo a duplicação da BR-101. O presidente Fernando Henrique começou o

segmento norte; o governo FHC foi quem, praticamente, fez um conjunto grande de reformas, como a da Previdência, a econômica, enfim, reformas que geraram grandes polêmicas. Além disso, ainda começou e concluiu parcialmente obras importantes como, por exemplo, a BR-101. Ao final do governo Fernando Henrique a rodovia já estava duplicada de Garuva até Palhoça.

Quer dizer, agora já se vão oito anos da BR-101 sul e seguramente não vamos ver essa obra totalmente concluída. Eu acho que o deputado Altair Guidi tem razão, porque dependendo de quem for o presidente, levará mais dez anos para ser concluída.

Esta semana li uma reportagem sobre a reforma da ponte Hercílio Luz. Essa reforma já vem de muito tempo, uns seis, sete anos, e imagino que é uma reforma ampla. Fez-se um projeto no qual se trocará todo o cabeamento de sustentação da ponte, que será totalmente reformado. Hoje, a ponte inteira está sustentada por milhares de pinos, se estourar um, a ponte vai embora. Como esse sistema vai ser todo trocado, a reforma é uma obra relativamente cara, o projeto foi longo e houve essa demora toda.

Ora, depois de seis anos em que se está estudando o projeto e depois de três anos em que se está detalhando-o, agora que começaram a martelar de fato e começaram a grande reforma, que vai ter a participação de duas empresas francesas, uma empresa americana e uma empresa de Florianópolis, a Espaço Aberto, depois de tudo isso, o procurador da República entra com uma liminar obstruindo o seguimento das obras! Mas o procurador da República não está falando em nome do presidente Lula?! Será que o presidente Lula não tem nenhuma ascendência sobre o seu procurador, que alega questões ambientais?!

Quando o presidente Lula esteve em Florianópolis para inaugurar a instalação do cabo submarino para a transmissão elétrica para a ilha, para que não tivéssemos mais uma vez aquele apagão, ele mesmo colocou: será que aquele cabo que está abandonado no fundo do mar vai atrapalhar a vida de algum peixinho?

Ora, o que é que ambientalistas vai interferir a substituição dos cabos de sustentação da ponte? Depois de tanto tempo, agora que há dinheiro, agora que começaram as obras, de repente vem alguém com a intenção de postergar o andamento dessa obra! Então, às vezes alegam questões ambientais, dando início a essa grande irritabilidade.

Nesses dias, lá no interior, na cidade de Brusque, estava para ser instalada uma torre de celular, que não pôde ser instalada no melhor local que existia para isso por questões ambientais. Aí eu perguntei o que a instalação daquela torre iria alterar naquele local. Eles disseram que a torre ocuparia mais ou menos uns 6m<sup>2</sup>. Quer dizer, iria faltar vegetação ali.

Até onde essas questões ambientais têm como razão de fato o meio ambiente ou será que é apenas alguém que vem atrapalhar a administração, atrapalhar a implementação de uma obra muito importante para a sociedade?

Por isso precisamos rever essa atitude. No mais, quero desejar a v. exa., sr. presidente, e aos nobres pares uma feliz Páscoa a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a minha insatisfação com a prisão do dirigente sindical Charles, do Sitrasem - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal - , feita pela Polícia Militar, na semana passada.

Quero deixar registrado que na semana que vem trarei essa discussão para a Casa. Vou, inclusive, buscar fita para fazer uma denúncia sobre essa situação.

A outra questão diz respeito à expulsão sumária do praça que vem lutando junto aos servidores da Segurança Pública em Santa Catarina. Nós achamos uma injustiça o que se está cometendo com esses trabalhadores tão importantes para a segurança do estado de Santa Catarina.

Apenas gostaria de registrar essa questão e desejar uma feliz Páscoa. Que a morte e a ressurreição de Cristo sirvam para dar força ao nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, eu gostaria de dizer que aprovei, nesta Casa, um requerimento que parabeniza o estado, já que em Criciúma o anel de contorno viário foi complementado no trecho que se refere ao município de Içara e liberado para o trânsito.

Então, quero parabenizar o governo do estado por ter liberado aquele trecho e também aproveitar para solicitar a continuidade da obra. Que isso sirva de estímulo para que continue a obra num outro trecho, que seria o da avenida Universitária até a estrada que vai a Urussanga, passando pela SC que dá acesso às cidades de Siderópolis e Nova Veneza, no sentido de complementar o anel viário, pois Criciúma, hoje, é uma cidade pólo, uma cidade com 200 mil habitantes e todo o trânsito regional passa pelo centro do município. Vocês podem imaginar o transtorno que é para uma cidade ter, além do seu trânsito local, o trânsito regional passando pelo centro.

Trata-se, sr. presidente, de uma obra reivindicada há mais de 30 anos e quando estivemos na prefeitura tivemos a oportunidade de elaborar os projetos para que o estado pudesse fazer essa estrada que interliga todas as rodovias estaduais que chegam à cidade de Criciúma.

Então, parabenizamos o estado pelo trecho concluído e reivindicamos o novo trecho.

A atividade parlamentar, deputados Dirceu Dresch, Dagomar Carneiro e Professor Grando, tem altos e baixos, satisfações e insatisfações. Nós buscamos

sempre ter uma postura legal, de respeito à Constituição. Contudo, às vezes observamos que certos projetos são votados mais do ponto de vista político e isso gera conflito aqui. Outros usam projetos do governo para fazer emendas que seriam, em princípio, iniciativas inconstitucionais ou com vício de origem. Assim, temos satisfações e insatisfações. Mas também vimos aqui, por exemplo, o governador, no dia 19 de março, enviar um projeto que autoriza a abertura de crédito especial para a SC-100, que liga a Barra da Laguna até o Camacho. E lá o secretário regional dizia que tinha dinheiro para fazer apenas a licença ambiental, que a APA da Baleia Franca não teria dado, o que impedia o início da obra.

Então, isso comprova que falamos a verdade para a população de Laguna. E agora o governador, no dia 19 de março, manda o projeto para viabilizar essa obra tão importante para a região.

Deputado Dirceu Dresch, já há algum tempo, no ano passado, fruto das visitas que fazemos às comunidades, sentimos necessidade de que o Pronaf, mais especificamente o Programa Mais Alimentos, pudesse atingir os avicultores das pequenas propriedades rurais, das agriculturas familiares, os suinocultores que praticam, que são pequenas propriedades que fazem suinocultura. E, agora, a nova portaria do ministério, a nova resolução, dá a possibilidade de ampliar o Mais Empregos, o Mais Alimentos, para incluir as culturas do café, do gado de corte, da suinocultura, da avicultura, dos caprinos, ovinos. Ou seja, teremos mais amplitude nesses programas essenciais para a agricultura familiar no Brasil e em Santa Catarina.

Para termos uma idéia, na safra 2003/2004, 196 mil famílias no Brasil acessavam esses programas. E agora, na safra de 2007/2008 são um milhão e 232 mil famílias que acessam esses programas.

Aqui em Santa Catarina, só no Mais Alimentos, deve haver mais de 120 mil contratos para o ano que vem. Então, isso está irrigando dinheiro na propriedade, dinheiro do investimento, aquele necessário para poder viabilizar a pequena propriedade rural da agricultura familiar.

Deputado Dirceu Dresch, nós que temos contato com o meio rural também temos a obrigação de defender essa área. Inclusive, entramos em contato com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), e fizemos uma proposta, por escrito, ao ministério. E sei que a partir dessa proposta e de outras proposições dos deputados a suinocultura e a avicultura foram contempladas na resolução do MDA.

Também propomos um plano especial para os fumicultores, para que não se exija aqueles 70% de alimentos iniciais, se ele quiser mudar de cultura; então, se ele quiser mudar de cultura, que possamos ter uma tabela progressiva da transformação de fumo em alimento, para que ele possa acessar também o Pronaf Mais Alimentos. Essa proposta está sendo analisada, eis que contemplaria bastante a agricultura familiar.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não, ouço sua manifestação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero aqui, deputado Décio Góes, parabenizá-lo por essa discussão. Com certeza, quanto mais companheiros e mais deputados estiverem assumindo essa causa dos nossos agricultores familiares no estado, mais conquistas e mais desenvolvimento o nosso estado vai ter.

Então, nessa questão do Pronaf Mais Alimentos, primeiro, é um importante programa que significa para o Brasil um investimento concreto de recursos para ampliar o processo de produção no país. Em segundo lugar, a importância, deputado Décio Góes, de o governo ouvir as entidades e as lideranças políticas para fazer essas mudanças durante o processo é uma novidade no Brasil.

Eu luto com o Pronaf desde quando surgiu a idéia, em 1992/1993. E nunca tivemos tanta facilidade de mudar durante o processo, ou seja, fazer as adequações necessárias, porque se existe um setor que ficou de fora, então, é importante que ele também seja incluído.

Portanto, é muito importante o fato de o ministério de Desenvolvimento Agrário ouvir as entidades e as lideranças, já que é o órgão responsável pelo Pronaf. E como v.exa. citou, o documento foi repassado para o

ministério, o que é fundamental, porque durante o processo ainda dá para readaptar a lei e incluir mais pessoas.

O Pronaf tem atingido muitos agricultores em Santa Catarina justamente por essa condição de trabalhar articulado com as entidades, com as organizações, com o Banco do Brasil, com as lideranças, com prefeituras e com secretarias de Agricultura. Por isso, ele tem alcançado tanto sucesso no nosso estado.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Acho que as cooperativas ganharam mais robustez com a idéia de eles promoverem o Mais Alimentos e com isso pulverizar as oportunidades de distribuição desses recursos.

Quero agradecer ao Luiz Jurandir Simões de Araújo, nosso superintendente estadual do MDA em Santa Catarina, que acolheu as nossas sugestões, enviando ao ministério.

Sabemos que com isso colaboramos com uma parte. E sei que vários outros devem ter sugerido essas modificações, mas sentimo-nos contemplados inclusive pela forma como o ministério acolheu as nossas sugestões.

Para finalizar, agradeço a todos e desejo uma feliz Páscoa aos catarinenses. É um momento de reencontro familiar, reflexão, renovação, perdão; é um momento para renovarmos as nossas vidas.

Feliz Páscoa a todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Em nosso nome, em nome do deputado Altair Guidi e do PPS, queremos desejar a todos os catarinenses nesta Páscoa votos de fraternidade, solidariedade e que realmente possamos com dignidade continuar, como sempre, trabalhando, reivindicando e lutando por um estado melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, em nome do Parlamento catarinense, deseja a todos uma feliz Páscoa, de muita paz, muita harmonia e muita oração. E que acima de tudo a união entre o povo catarinense continue sendo a grande marca da nossa querida Santa Catarina.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 134, de 14/04/2009

Regulamenta o uso de espaços da Assembléia Legislativa.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

**Art. 1º** Fica regulamentado o uso dos espaços da Assembléia Legislativa, assim definidos para efeitos deste Ato:

- I - Plenário Deputado Osni Régis;
- II - Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright;
- III - Auditório Deputada Antonieta de Barros;
- IV - Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho;
- V - Espaço Cultural Jerônimo Coelho; e
- VI - Salas de Reuniões das Comissões.

**Art. 2º** Os espaços definidos no art. 1º destinam-se às atividades institucionais legislativas, parlamentares e administrativas da Assembléia Legislativa e serão utilizados exclusivamente:

I - o Plenário Deputado Osni Régis, para realização das sessões previstas no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e sessões do Programa Parlamento Jovem;

II - o Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright e o Auditório Deputada Antonieta de Barros, para sessões solenes e especiais, audiências públicas, atos parlamentares solenes, palestras, simpósios, reuniões, fóruns, conferências e congressos, exclusivamente da Alesc;

III - a Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho e o Espaço Cultural Jerônimo Coelho, para exposições, lançamento de obras literárias e demais atividades culturais; e

IV - as Salas de Reuniões das Comissões, para reuniões das comissões permanentes, das demais comissões previstas no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, fóruns permanentes e reuniões administrativas.

**Parágrafo único.** Cada Deputado terá direito de realizar, de forma não cumulativa, um ato parlamentar solene em cada sessão legislativa.

**Art. 3º** Mediante aprovação da Mesa, quando tratar-se do Auditório Deputada Antonieta de Barros, e da Presidência, quando tratar-se dos demais espaços definidos no art. 1º, e desde que caracterizado o interesse público, poderá ser permitido o seu uso para eventos sem fins lucrativos:

I - aos partidos políticos por solicitação de seus presidentes e exclusivamente para realização de convenções e reuniões de âmbito estadual;

II - a entidades de fins não econômicos; e

III - a pessoas físicas, exclusivamente os espaços definidos nos incisos IV e V do art. 1º.

**§ 1º** A solicitação será dirigida ao Presidente da Assembléia Legislativa com antecedência mínima de quinze dias, a ser protocolado junto à Secretaria-Geral, quando será fornecida cópia deste Ato.

**§ 2º** A permissão de uso quando autorizada fica condicionada à assinatura, na Coordenadoria de Eventos, do termo constante do Anexo Único, com antecedência mínima de cinco dias úteis da data do evento, sob pena do cancelamento da permissão de uso.

**§ 3º** Não será permitido o uso dos espaços de que trata o art. 1º para realização de:

I - eventos de formatura, excetuados os da Escola do Legislativo e um evento anual da Escola de Governo; e

II - cultos religiosos de qualquer natureza.

**§ 4º** O uso dos espaços para as entidades e pessoas físicas de que tratam os incisos II e III deste artigo ficam limitados a uma vez por sessão legislativa.

**Art. 4º** O Controle Administrativo e a agenda de utilização dos espaços de que trata o art. 1º, sob a supervisão do Diretor Geral, serão exercidos:

I - do Plenário Deputado Osni Régis, pela Diretoria Legislativa;

II - das Salas de Reuniões das Comissões, pela Coordenadoria das Comissões; e

III - do Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, do Auditório Deputada Antonieta de Barros, da Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho e do Espaço Cultural Jerônimo Coelho, pela Coordenadoria de Eventos.

**§ 1º** Os serviços de infra-estrutura necessários ao funcionamento dos espaços de que trata este Ato competem à Coordenadoria de Serviços Gerais, mediante solicitação expressa dos setores responsáveis pelo controle administrativo.

**§ 2º** Entende-se por serviços de infra-estrutura para os efeitos deste Ato, todos os que envolvam a disposição de pessoal técnico, especializado e de apoio, de materiais, equipamentos e utensílios necessários à viabilização física do evento.

**§ 3º** Quando permitido o uso de espaços para as entidades e pessoas físicas de que tratam os incisos I, II e III do artigo anterior, os serviços de infra-estrutura disponibilizados serão somente os da Seção de Sonorização.

§ 4º Os serviços de infra-estrutura restringir-se-ão aos prestados pela Seção de Sonorização, quando o uso dos espaços de que trata o art. 1º deste Ato for agendado para atividades parlamentares, excetuados os atos parlamentares solenes que serão servidos na forma do disposto no § 2º deste artigo.

**Art. 5º** Os setores responsáveis pelo agendamento remeterão, diariamente, à Coordenadoria de Informações e à Presidência, planilhas dos eventos agendados e suas respectivas alterações.

**Art. 6º** Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Ato da Mesa nº 050/07, de 28 de fevereiro de 2007, o Ato da Mesa nº 105/07, de 17 de maio de 2007, e o Ato da Mesa nº 087/09, de 13 de março de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 135, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **JERONIMO LOPES**, matrícula nº 2492, do cargo de Diretor Administrativo e de Tecnologia, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Diretoria Administrativa e de Tecnologia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 136, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **EDENILSO JOSE ACORSI**, matrícula nº 2112, do cargo de Coordenador de Serviços Técnicos, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 137, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR EDENILSO JOSE ACORSI**, matrícula nº 2112, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo e de Tecnologia, código PL/DAS-7, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 138, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**DISPENSAR** o servidor **MANSUR MELQUIADES ELIAS JUNIOR**, matrícula nº 1574, da função de Chefe da Seção de Manutenção, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DAT - Coordenadoria de Serviços Técnicos).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 139, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR MANSUR MELQUIADES ELIAS JUNIOR**, matrícula nº 1574, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Serviços Técnicos, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 140, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MARCELO LUBI**, matrícula nº 1910, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefia da Seção de Manutenção, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DAT - Coordenadoria de Serviços Técnicos).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 141, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**DISPENSAR** a servidora **LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputada Ada de Luca).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 142, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**FAZER CESSAR** a partir de 1º de abril de 2009, os efeitos do Ato da Mesa nº 046, de 16/02/2009, que prorrogou à disposição da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 143, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 08088/03-8, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado da Saúde, até 31/12/2009, o servidor **MARCOS GRAFF CESAR**, matrícula nº 1729, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 144, de 14/04/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0306/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

**ELEVAR ADICIONAL DE EXERCÍCIO** da servidora **ANGELA APARECIDA BEZ**, matrícula nº 3072, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, concedido pelo Ato da Mesa nº 161, de 05 de agosto de 2008, de 90% para o correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 145, de 14/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0448/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

**ATRIBUIR** à servidora **AUGUSTA JUST MILANEZ**, matrícula nº 0994, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 17 de março de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 146, de 14/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1995/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

**ATRIBUIR** ao servidor **MARCOS GRAFF CESAR**, matrícula nº 1729, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 29 de outubro de 2008.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 147, de 14/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0207/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **CÉLIA REGINA RANZOLIN**, matrícula n.º 0823, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 148, de 14/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0276/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005,*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **NEUCY FERREIRA**, matrícula n.º 0464, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 149, de 14/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0362/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **BERENICE CRISTINA KUNTZE FIGUEROA**, matrícula n.º 1336, no cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, TURISMO E MEIO AMBIENTE E DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL PARA DEBATER SOBRE O CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, RELIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 9H, NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid)** - Senhoras e senhores, bom-dia.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública, proposta pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Turismo e Meio Ambiente e de Agricultura e Política Rural para discutir o Projeto de Lei nº 0238/2008, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

Informamos que o projeto de lei está disponível na íntegra para pesquisa no site da Alesc ( ).

Convidamos para tomar assento à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: deputado estadual Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto; deputado estadual Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente; deputado estadual Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; deputado federal Cláudio Vignatti; deputado federal Valdir Colatto; deputado federal Celso Maldaner; deputado estadual Herneus de Nadal; deputado estadual Pedro Uczai; deputado estadual Padre Pedro Baldissera e deputado estadual Dirceu Dresch. (Palmas.)

O cerimonial comunica aos interessados em fazer uso da palavra que façam a sua inscrição, na entrada do teatro, com os servidores das Comissões.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto, que irá presidir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Bom-dia a todos. Inicialmente, agradecemos a presença de todos que estão participando conosco desta audiência pública, que foi organizada para ocorrer em todo o Estado de Santa Catarina pelas Comissões de Constituição e Justiça; Finanças; Agricultura e Turismo e Meio ambiente para discutirmos o projeto do Código Ambiental de Santa Catarina.

Convidamos para fazer parte da mesa a doutora Juliana Guimarães

Como acontece em todas as audiências públicas, nós ocupamos o palanque também com a representatividade das federações, portanto convidamos também para fazer parte da mesa: o senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc); o senhor Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); o senhor Décio Sonaglio, representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); o senhor Waldemar Antônio Schmitz, representando a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e vice-presidente da Regional Oeste; o senhor Daniel Kothe, representando a Fetraf-Sul, coordenador estadual. (Palmas.)



Queremos agradecer o deputado federal Valdir Colatto, que nos trouxe a doutora Samanta Pineda, consultora jurídica especialista em Direito Ambiental, de Brasília, que depois nos abrilhantará com a sua fala. Queremos convidá-la para compor a mesa dos trabalhos.

Convidamos as pessoas que se encontram em pé, na entrada, a vir para frente para se acomodarem melhor, pois ainda temos muitos lugares vagos.

Senhores presentes, o objetivo das dez audiências públicas que estamos fazendo é dar oportunidade à sociedade catarinense de participar, discutir, oferecer sugestões para que possamos ampliar nosso conhecimento e fazer o melhor Código Ambiental para o Estado.

Esse projeto foi remetido à Assembleia pelo governo do Estado e trata das questões ambientais do Estado de Santa Catarina - pela primeira vez teremos um Código Ambiental.

As comissões que vão dar parecer são: Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou seu presidente e também relator deste projeto; Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa, que dará parecer sobre o mérito do projeto; Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes, que oferecerá também parecer de mérito; e Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello, que também oferecerá parecer.

Achamos melhor percorrer o Estado de Santa Catarina, levando o projeto ao conhecimento de todos os segmentos organizados, daqueles que têm interesse em participar e oferecer sugestões. Dessa forma, estamos fazendo dez audiências públicas - ainda hoje à tarde, em Concórdia; na quarta-feira faremos a última, em Florianópolis. Posteriormente as comissões irão dar seus pareceres. Vamos fazer um calendário para que os deputados também possam oferecer as suas sugestões através de emenda e, posteriormente, este projeto de lei irá a plenário para discussão, tornando-se uma lei definitiva para o Estado. O nosso objetivo é este: que possamos fazer o melhor Código Ambiental e com a participação de todos.

A nossa audiência pública vai funcionar da seguinte maneira: vou conceder a palavra aos presidentes das Comissões para uma breve saudação; posteriormente vamos ouvir a doutora Juliana, que vai fazer uma exposição do projeto para que os senhores e as senhoras possam entender (não temos condições de distribuir uma cópia para cada um, tendo em vista que é bastante grande, com 306 artigos, que revoga 26 leis - estamos distribuindo um pequeno esboço com os principais avanços que foram feitos para quem quiser acompanhar, não é o projeto na íntegra, mas contém os principais avanços); após a exposição da doutora Juliana, abriremos espaço para os deputados estaduais e federais presentes; para as federações aqui representadas; depois iremos ouvir aqueles que desejarem fazer uso da palavra para dar a sua contribuição, fazer perguntas, tirar dúvidas. Por gentileza, façam a inscrição com os funcionários da Assembleia, na entrada, que logo serão chamados. Teremos imenso prazer em ouvi-los.

Muito obrigado, desde já, pela participação maciça que podemos observar, e muito bem representada.

Com a palavra o deputado Décio Góes, eminente presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente para a sua saudação inicial.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC)** - Bom-dia a todos os presentes. Eu queria parabenizar e saudar o povo da região de Chapecó porque esta é a maior audiência pública do roteiro que estamos fazendo. Também quero saudar o deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural; o deputado Romildo Titon, presidente desta audiência pública; e todas as pessoas que compõem a mesa.

Inicialmente quero agradecer a presença de vocês e os subsídios que certamente irão nos dar, contribuindo assim para que possamos fazer o melhor Código Ambiental possível.

O Código Ambiental é uma idéia interessante em si. É extremamente positivo, porque junta em uma só lei todas as leis ambientais. Isso facilita o entendimento e a sua aprovação, facilita a análise pelos órgãos ambientais e a fiscalização. Então, ele simplifica.

Mas podia ser muito melhor se o Estado já tivesse feito o Zoneamento Ecológico-Econômico, o levantamento florístico florestal, o Plano de Gerenciamento Costeiro, o Plano Estadual de Recursos Hídricos, muitos dos conflitos que a gente percebe nas audiências públicas seriam minimizados e o Código poderia completar essa tarefa.

Agora, podemos aproveitar para fazer alguns avanços. Varias questões também o Congresso Nacional está discutindo, tem um grupo de trabalho que discute as questões apresentadas pelas comunidades, como uma adequação maior da lei federal com as realidades locais.

O Código também pode avançar em outros aspectos. Primeiro, eu penso que o Código não pode estar voltado somente para a área rural, o meio urbano também tem que pagar a conta ambiental.

Segundo, não pode uma mesma lei atender pequenas propriedades e grandes propriedades. Acho que a gente tem que ter critérios diferenciados para as pequenas propriedades.

Terceiro, acho que o governo do Estado precisa assumir compromisso com uma pesquisa para aproveitarmos melhor o potencial econômico da nossa reserva natural com exploração de forma extremamente sustentável. Acho que isso é viável.

Quarto, acho que temos que avançar na idéia da compensação por serviços ambientais. A bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou o projeto Bolsa Verde, e eu acho que é um bom momento para a gente avançar nesse sentido. Quem preserva precisa receber alguma coisa por esse serviço que está prestando para a sociedade.

Então, são alguns aspectos que podemos avançar nessa lei.

Novamente quero saudar e agradecer a presença de todos e desejar um bom trabalho para todos nós nesta manhã.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Com a palavra o senhor deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA (SC)** - Bom-dia a todos os senhores e a todas as senhoras.

Também quero cumprimentar as autoridades que compõem a mesa e pedir licença para, em nome do deputado Titon, presidente da Comissão de Justiça, e do deputado Décio Góes, presidente da Comissão do Meio Ambiente, saudar a bancada estadual que está presente; os deputados federais Cláudio Vignatti, Colatto e Maldaner; e os representantes das entidades.

Eu quero dizer a vocês que fica ainda mais confirmado o acerto e a coragem do senhor governador ao encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei que possa ser discutido, possa ser melhorado, possa receber emendas, mas que venha ao encontro da necessidade das ações que precisam ser feitas no Estado de Santa Catarina.

Eu estou no terceiro mandato na Assembleia e já participei de muitas audiências públicas de vários setores, mas nunca com a presença de tantas pessoas de todos os segmentos da sociedade - estão aqui os nossos agricultores, as pessoas das regiões urbanas, os ambientalistas, os técnicos, os prefeitos, os vereadores, os secretários municipais de agricultura - que querem ver uma lei que dê equilíbrio para Santa Catarina.

Quando cheguei, falei com os agricultores e eles me disseram, assim como dizem em todas as audiências públicas, que têm consciência de não poluir, que têm consciência de preservar, mas que também querem ter condições para continuar produzindo, continuar trabalhando, e é isso que essa lei precisa fazer. E para mim a Assembleia Legislativa tem a oportunidade de deixar escrita uma lei que venha ao encontro da necessidade do Estado de Santa Catarina.

O nosso Código Florestal não pode ser o mesmo para todo o País. Se existem diferenças entre o nosso litoral, o planalto, o oeste e o extremo oeste, imaginem uma lei que regule todas as questões no Brasil! E aqui estão os nossos deputados federais, que, tenho certeza, estão trabalhando nessa direção, e a nossa lei haverá de servir de exemplo para que o País tenha uma lei com características para cada Estado, para cada região.

Às vezes eu ouço dizer que o Código Ambiental que está sendo proposto vai ferir a Constituição e nós não podemos feri-la. É verdade, mas ela também diz que as pessoas têm direito a uma vida digna e justa. Se nós obedecermos às normas hoje, entre medidas provisórias e resoluções, vamos tirar da agricultura de Santa Catarina mais de 32 mil famílias, que também têm o direito de serem protegidas pela lei. Da mesma forma que vemos uma oportunidade de juntar todas as leis e ter um Código Ambiental que atenda, por exemplo, em Santa Catarina é proibido cortar bracinga. Mas quem de nós não sabe que ela precisa de manejo, que é uma árvore que tem uma vida de dez, doze anos e depois seca.

Em Santa Catarina somos proibidos de derrubar araucária porque está extinção. Não é verdade! Se manejarmos a araucária vai continuar produzindo. Então, temos que ser o mesmo oportunidade de deixar produzir, de deixar as pessoas colherem também aquilo que preservaram. Ou, então, vamos criar uma lei para pagar aqueles que preservaram, aqueles que conservaram ter o seu direito de receber por esse trabalho que fizeram.

E finalizo dizendo a mesma coisa para o nosso produtor de suínos, para o nosso pequeno agricultor, que por acaso tem as suas instalações dentro das áreas de APPs, dentro daqueles 30 metros (em que estamos propondo que sejam 5 metros), esse produtor que está com a sua propriedade consolidada, que não polui, que está produzindo, temos que deixá-lo continuar na sua propriedade, é isso que nós estamos propondo.

Estamos aqui para ouvir, para escutar, para fazermos uma lei para não poluir, não destruir, para preservar, nós temos essa consciência. E essa consciência há de estar acima de todos os interesses na Assembleia Legislativa. Não é um projeto de lei de um partido político, ele é para o Estado de Santa Catarina.

Tenho consciência que precisamos trabalhar, defender esse projeto e fazer com ele que venha ao plenário da Assembléia ainda este ano para ser votado para darmos mais tranquilidade e mais oportunidade para a nossa gente: "ah, pendemos da Constituição, dependemos do Congresso". Tenho certeza que se dependermos dos deputados federais e senadores de Santa Catarina, vamos ter, em nível nacional, uma lei diferente também que certamente dará cobertura para aquela que vamos votar.

Espero que tiremos bons encaminhamentos, como tiramos de todas as audiências públicas. E espero que tenhamos com muita consciência uma lei que possa realmente atender aquilo que é a necessidade do nosso Estado.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Antes de passarmos a palavra à doutora Juliana, quero registrar a presença das autoridades que deram o seu nome na entrada deste recinto: José Cléo Kunst, vereador do município de São Carlos; Américo do Nascimento, presidente do Sindicato Rural de Chapecó e vice-presidente da Faesc Regional; Olice Antônio Catusso, presidente do Sindicato Rural do município de Campo Erê; Mauro Lunardi, presidente da Sinduscon; senhora Miria Maria Boniatti Rigotti, presidente da Câmara Municipal de São Carlos; senhora Luciane Sardi, médica veterinária, neste ato representando o senhor João Luiz Goulart. (gerente regional da Cidasc); Ari Duttel, vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Palmitos; Leo Schneider, representando o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro); Adilar Carlesso, prefeito Caibi; senhor Silvério Heck, secretário de Agricultura de São Carlos; Altair Silva, suplente de deputado estadual; Dilair Menin, vice-prefeito de Caibi; Paulo Jorge Lise, presidente do Sindicato do Mercado Imobiliário (Secovi); Hainz Post, presidente do Sindicato Rural de Palmitos; Hermes Araldi, gerente de Agricultura de Arvoredo; Antônio Celso Bianchin, presidente do Núcleo Regional de Criadores de Suínos de Arvoredo; Danilo Rockenbach, secretário de Agricultura e do Meio Ambiente de Guaraciaba; Lenoir Bigolin, presidente da Câmara Municipal de Quilombo e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais; Francisco Libardoni, secretário regional de São Lourenço do Oeste; Antônio Galina, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Maravilha; Enor Censi, presidente do Sindicato Rural de Xaxim; José Antônio Kunz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iraceminha; Alexandre Bergamini, diretor da Fetraf-Sul de Cordilheira Alta; Rui Meira de Moura, presidente do Núcleo de Criadores de Suínos da Regional de Xanxerê; Gelson Menocin, representando o Comando do 8º Pelotão da Polícia Ambiental; Ademir Roque Sander, representando o Secovi Oeste e o Creci SC; Jacir Martini, vice-presidente da Cooperverde de Cunha Porã; Antoninho Munarini, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó e região; Paulo Junqueira, gerente da Cooperativa Regional Itaipu; Hercílio de Freitas, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de São Domingos; Manfred Rutzen, secretário regional de Palmitos; Roni Didomenico, diretor-geral da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Chapecó; Rosângela Basi, secretária de Agricultura de Quilombo; Santo Tumelero, vice-presidente da Cooperativa A1; Luiz Ferdinando Pacazza, prefeito de Santiago do Sul; Élio Godoy, prefeito de São Carlos; Lisete Bernardi, representante do Sintraf de Campo Erê e região; Reni Villa, prefeito de Romelândia; Delci Valentini, prefeito de Sul Brasil e presidente da Amosc; Mário Cunha, secretário municipal de Políticas Ambientais de Xanxerê; Irineu Dalla Lana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riqueza; Valdir Zembruski, presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Xanxerê e região; Adair Bernardi, vereador de São Miguel do Oeste; Romeo Bet, vice-presidente da Cooperativa Regional Alfa; Valdir Crestani, gerente regional da Epagri de Chapecó; Mauri Scaranti, prefeito de Belmonte; Alessandro Zidko, presidente da Associação dos Biólogos de Chapecó; Euzébio Tavares Filho, neste ato representando o prefeito de Itapiranga; Paulo Ricardo Ficagna, representando a Udesc (Centro Educacional do Oeste); Evandir Godoy de Castilhos, engenheiro agrônomo do frigorífico Burgio; Franklin Silveira de Brum Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB - subseção de Chapecó e diretor regional do Crea; João Francisco Teixeira, presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste (AEO); Hermes Barbieri, presidente da Sicoob Credial; Gilmar Fontana, secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Irai; Leonel Paludo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iporã do Oeste; Wolmir de Souza, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos de Concórdia; Davina, presidente do Sindicato de Agricultura Familiar de Quilombo; e Jair Fontana, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xaxim.

Obrigado a todas as entidades representativas neste ato.

Também quero registrar a presença do deputado Gelson Merisio à mesa dos trabalhos.

Convidamos para fazer parte da mesa - adotamos esse critério em todas as audiências públicas - o senhor Ortenilo Azzolini, presidente da OAB - Subseção de Chapecó, representando o presidente estadual da OAB, senhor Pedro de Borba.

Não temos em mãos o registro, mas se por ventura adentraram neste recinto e não registraram a presença, gostaríamos de convidar os representantes do Ministério Público Federal e Estadual para compor a mesa dos trabalhos, que é um critério que adotamos em todas as audiências públicas.

Enquanto esperamos pela doutora Juliana que fará a apresentação do *datashow*, passamos a palavra à doutora Samanta Pineda, consultora jurídica para assuntos ambientais da Frente Parlamentar da Agropecuária, por até quatro minutos.

**A SRA. SAMANTA PINEDA** - Bom-dia a todos. Eu tenho muita coisa para dizer a vocês, mas vou ter que ser assertiva.

Sou advogada, minha especialidade é em Direito Ambiental, e hoje sou consultora jurídica para assuntos ambientais da Frente Parlamentar da Agropecuária, em Brasília, da qual o ilustre deputado Valdir Colatto, representante de vocês, é presidente.

Vou direto ao ponto que fala sobre a ilegalidade dessa legislação, dessa proposta para Santa Catarina. Quando eu comento o Código Ambiental de Santa Catarina, costume dizer que o sonho de todo advogado é que esse Código saia, porque vai facilitar muito o nosso trabalho e, tenho certeza, a vida de vocês.

Essas ilegalidades que estão alegando alguns segmentos da sociedade e o Ministério Público são no sentido de que alguns tópicos dessa lei falam alguma coisa diferente da legislação federal. Pela prática, os princípios jurídicos dizem que a legislação estadual tem que respeitar o que diz a legislação federal. Agora, pergunto aos senhores: será que a lei federal é constitucional? Será que uma lei que não contempla a realidade é constitucional? Então, vamos ter que escolher aí qual das ilegalidades é melhor para nós.

Independentemente disso, foi instituído em Brasília, na terça-feira passada, um grupo de trabalho para rever alguns pontos da legislação ambiental federal. Esse grupo é formado por ministérios e por frentes parlamentares do meio ambiente e da agropecuária para discutir exatamente os pontos em que não há nenhuma constitucionalidade, bem como de onde surgiu o número 30 metros de APP.

A base dessa discussão é a seguinte: vamos estabelecer critérios técnicos. Vamos contemplar a ciência para determinar conceitos ambientais. Isso é fazer política ambiental.

Esse grupo tem exatamente 120 dias para apresentar uma proposta de modificação dessa legislação. Vamos, portanto, discutir e tentar consensuar. Se não houver consenso, vamos tentar argumentar de forma técnica, porque nós é que mexemos na terra. Nós temos os agrônomos, os engenheiros florestais que podem dar o respaldo e nos dizer o que é bom e o que não é bom para o meio ambiente, sem ideologias, sem paixões, com uma visão ambientalista técnica.

Se isso correr paralelamente a essa aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina, pode ser que as tais ilegalidades desapareçam no decorrer do processo. O que a gente não pode é desanimar e parar de continuar lutando para aprovar uma coisa coerente, que depois a doutora vai apresentar, por conta de pontos que de repente vão estar contra o que estabelece a legislação federal.

Não nos prendamos aí. O conselho que eu posso trazer como profissional da área é que a adequação de um diploma ambiental para a realidade de Santa Catarina, que tem sua própria geografia, que tem a vida, a história das pessoas completamente diferente de todas as outras regiões do País, tem que caminhar.

Como só usei dois minutos do meu tempo, vou falar um pouquinho mais sobre o nosso trabalho. Em Brasília, a idéia do deputado é o Código Ambiental brasileiro, e o modelo para ele é exatamente esse projeto de lei que estamos discutindo aqui. Quer dizer, no âmbito do Estado, revoga 27 leis federais. Se formos contar os diplomas ambientais, que existem em âmbito federal, são leis, resoluções do Conama, portarias, instruções normativas que agricultor consegue trabalhar com essa colcha de retalhos que é a nossa legislação?

Se nós conseguirmos instituir em âmbito federal esse tipo de diploma, de marco regulatório que siga daqui para um modelo ambientalmente sustentável, vai ser uma vitória imensa, tanto para o meio ambiente quanto para o setor agropecuário.

O produtor hoje for colocar em cima da propriedade a reserva legal, as APPs, as reservas indígenas, os quilombos, as unidades de conservação, o que sobra para produzir? Portanto, é preciso se fazer uma política séria. Tanto os ambientalistas quanto o pessoal do setor rural têm esse consenso de que é preciso produzir mais e preservar mais, só que de uma maneira efetiva. Se desconsiderarmos a realidade, não dá para fazer uma política ambiental que não seja uma coisa realista, que não seja uma coisa aplicável. Aí a gente vai brincar de fazer política ambiental.

Outro pleito nosso lá é a modificação do Decreto 6.514, instituído para regulamentar a Lei de Crimes Ambientais. Esse decreto chegou a prever o absurdo de o fiscal poder demolir uma obra que ele encontrasse ilegal na propriedade, e outras coisas mais, como poder interditar a propriedade toda se encontrasse qualquer irregularidade. Quer dizer, a minha lavoura de soja está bem certinha, mas se eu cometi uma irregularidade ao cortar um pinheiro para construir a sede, o fiscal vai embargar toda a propriedade.

O Decreto 6.514 recebeu todas as nossas sugestões de modificação. Nós vamos conseguir um prazo maior para a averbação da reserva legal; agora, não para poder averbá-la, e sim para poder discutir a pertinência ambiental dessa reserva legal. De que me adianta ter fragmentos de mata, um pouquinho em cada propriedade? Isso não tem efetividade ambiental.

Enfim, são pleitos que servem como subsídios para que os senhores tenham força para aprovar uma lei inteligente, uma lei ligada à realidade e que pode, sim, no final desse processo, estar de acordo com a legislação federal.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Muito obrigado, doutora Samanta.

Com a palavra a doutora Juliana Guimarães Malta Corte, representante do governo do Estado de Santa Catarina, que fará a exposição sobre o projeto.

Assim, nós contemplamos primeiramente as mulheres da mesa que vão falar antes dos senhores parlamentares.

**A SRA. JULIANA GUIMARÃES MALTA CORTE** - Bom-dia a todos.

Eu fico muito feliz por estar nesta audiência, e parece-me que é a que tem mais pessoas presentes. Isso é muito importante, porque o objetivo é justamente esse. Quanto mais pessoas presentes, mais participação pública, mais sugestões teremos para subsidiar nossos deputados, a fim de que possam fazer desta uma norma ainda melhor.

(Procede-se à projeção de imagens.)

Eu começo apresentando o Projeto de Lei 238, de 2008, explicando um pouquinho para vocês como ele foi elaborado.

No ano de 2007 o governador do Estado de Santa Catarina, numa bela iniciativa, incumbiu ao presidente da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) a coordenação de um trabalho de elaboração dessa minuta de Código Ambiental. E o que fez o presidente da Fatma? Estabeleceu nove grupos de trabalho, dos quais participaram vários técnicos, divididos entre várias entidades governamentais ou não governamentais e entidades dos setores produtivos. Quer dizer, houve uma participação bem diversificada na montagem desse Código.

Esses nove grupos de trabalho eram assim divididos: Grupo Rural, Grupo Industrial e Urbano, Grupo Mineração, Grupo Proteção de Ecossistemas e Unidades de Conservação, Grupo de Recursos Hídricos, Grupo Licenciamento, Grupo Fiscalização, Grupo Resíduos Sólidos e Grupo Institucional.

Depois de concluída tecnicamente essa minuta, o governador determinou que ela fosse encaminhada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, cujo secretário, Onofre Agostini, aqui hoje eu represento, e à Secretaria de Estado da Agricultura, que tem à frente o secretário Ceron, para que fossem introduzidas novas alterações pelo setor produtivo. Após essas inserções no Código, ele adentrou na Assembleia Legislativa no dia 24 de julho de 2008.

Por que se determinou que fossem colocadas essas normas ambientais em um código? Porque como a legislação ambiental é muito diversificada, fica difícil todo mundo conhecê-la, e todos vocês aqui estão interessados, todos vocês vivem isso e precisam saber sobre a legislação ambiental, que, como bem falou a doutora Samanta, é uma colcha de retalhos.

Existe legislação federal e também uma diversificada legislação estadual hoje vigente na qual fica difícil de pesquisar quando se precisa de alguma coisa. Por isso a iniciativa do Código, qual seja, juntar toda essa legislação esparsa existente em uma só norma.

Qual o objetivo do Código? Sistematizar a legislação existente, tanto a federal como a estadual, num só corpo e introduzir novas alterações, inovações, para que ela se adapte à realidade do Estado de Santa Catarina. É o que foi feito nesse Código, que também tem o objetivo de obter mais interessados em Direito Ambiental.

O Código Ambiental de Santa Catarina, como eu falei, nada mais é que uma sistematização das leis federais e da lei estadual existente com importantes inovações que se adaptam às peculiaridades do território catarinense. A nova lei visa criar um ambiente legal de efetiva proteção ao meio ambiente e dar maior segurança jurídica aos investimentos do setor produtivo catarinense.

É importante ressaltar que a legislação que está sendo proposta está adequada à realidade ambiental, econômica e social do Estado de Santa Catarina, sempre com o intuito de proteção ao meio ambiente.

Também é importante ressaltar que estão previstos na norma todos os princípios constitucionais. Não se deixou de lado aquilo que está previsto na Constituição. Busca-se aqui um ambiente ecologicamente equilibrado para uso de toda a coletividade, para uso de todos vocês. Busca-se uma produção sustentável, uma exploração sustentável, o que já está previsto na Lei da Mata Atlântica.

Não sei se todos sabem que o território catarinense é 100% de mata atlântica, e na Lei da Mata Atlântica está previsto um ambiente de produção sustentável. O que é isso? O que se busca com

uma produção sustentável? Busca-se um ambiente ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável. É preciso acontecer essas três coisas ao mesmo tempo, e isso o Código também prevê.

Por isso esse projeto está baseado em razoabilidade e adequação ao território catarinense. Como foi dito aqui pela doutora Samanta, existe a norma federal, que vale para o Brasil inteiro, que tem dimensões continentais, e nós queremos uma norma que se adapte ao nosso território, ao Estado de Santa Catarina, e que vise ao equilíbrio.

Esse projeto de lei é grande, é extenso. Ele tem 306 artigos e foi dividido em sete títulos, que são: Título I - Disposições Gerais; Título II - Política Estadual do Meio Ambiente; Título III - Dos Conceitos; Título IV - Dos Instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente; Título V - Da Gestão dos Recursos Ambientais; Título VI - Das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental; Título VII - Das Disposições Finais e Transitórias.

Esses títulos, por sua vez, são divididos em capítulos, e estes em seções e subseções.

É importante ressaltar que não estão previstas nesse Código as políticas estaduais de recursos hídricos, de saneamento e de educação ambiental porque no Estado existem leis especiais que contemplam essas políticas. Destaco, ainda, que estão sendo desenvolvidos, principalmente na Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Plano Estadual de Saneamento. Então, estão sendo desenvolvidas várias políticas em relação a esses itens específicos, por isso não estão contempladas dentro do Código, embora estejam previstas algumas coisas sobre o assunto.

O Código contém 23 princípios, diretrizes e objetivos. Para não ficar muito longa a minha fala, eu destaquei quatro princípios que considero os mais importantes, que são os seguintes:

- a compatibilização do desenvolvimento econômico social, com proteção e preservação da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental;
- a formação de uma consciência pública voltada para a necessidade de melhoria e proteção da qualidade ambiental;
- a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo;
- e a cooperação entre o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil.

Ou seja, em se tratando de meio ambiente, que é um bem de uso de todos, a responsabilidade não é só do Poder Público, mas também do setor produtivo, da sociedade civil, de toda a coletividade, enfim, de todo mundo.

Embora não esteja projetado aqui nesta transparência, eu gostaria de destacar mais um princípio, aproveitando a fala de um dos deputados, qual seja, que o governo deve aplicar recursos no desenvolvimento de pesquisa e tecnologias orientadas para o uso racional de recursos ambientais.

Os objetivos da Política Estadual do Meio Ambiente são:

- I - proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente;
- II - remediar e recuperar as áreas degradadas;
- III - assegurar a utilização adequada e racional dos recursos ambientais;
- IV - gerar benefícios sociais e econômicos;
- V - incentivar a cooperação entre municípios e a adoção de soluções conjuntas;
- VI - proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para reprodução e manutenção da biodiversidade.

Destaque-se o artigo 9º do Código, que diz o seguinte:

Art. 9º. Compete ao Poder Público estadual e municipal e à coletividade promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora.

Parágrafo único - É dever de todo cidadão informar ao Poder Público estadual e municipal sobre atividades poluidoras ou degradadoras de que tiver conhecimento.

Como já disse, esse projeto de lei é muito extenso, porque procurei englobar tudo o que diz respeito ao meio ambiente, então, eu destaquei alguns pontos que considere mais relevantes para apresentar aos senhores, e começo falando sobre os órgãos estaduais do meio ambiente. Temos a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a qual eu represento, que é o órgão central responsável pelo planejamento e pela formulação da Política Estadual do Meio Ambiente; os órgãos executores, que são: Fatma, que concede o licenciamento e também é o órgão fiscalizador; Polícia Ambiental e Consema, de instância superior, que julga em última instância os recursos administrativos, sendo um órgão consultivo e deliberativo.

A inovação dessa norma, desse projeto de lei, constante no artigo 19, são as Jarias, que são as Juntas Administrativas Regionais de Infrações Ambientais. As Jarias serão juntas administrativas intermediárias de julgamento de infrações ambientais. Elas estão criadas nesse Código e serão compostas por órgãos governamentais e por órgãos do setor produtivo.

Outra inovação do Código muito importante, embora eu ressalte aqui que está sendo ratificado no Código... Eu não sei se vocês sabem que temos hoje no Estado o Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (Fepema), um fundo muito importante, voltado para a pesquisa científica e tecnológica no que se refere ao meio ambiente, e está sendo criado nesse projeto de lei, nessa norma, outro fundo de relevância, cujos recursos e objetivos são diferentes. Trata-se do Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento, que tem os seguintes objetivos:

I - Investir no Sistema Estadual de Unidades de Conservação, principalmente na regularização fundiária dessas unidades;

II - remunerar os proprietários rurais e urbanos que mantenham áreas florestais nativas ou plantadas sem fins de produção madeireira;

III - remunerar os serviços ambientais dos proprietários rurais, ou seja, vai incentivar aqueles proprietários rurais que querem preservar o meio ambiente;

IV - financiar e subsidiar projetos produtivos que venham mudar o uso atual do solo e regularizar ambientalmente as atividades rurais e urbanas;

V - financiar e subsidiar projetos produtivos que venham diminuir o potencial de impacto ambiental das atividades poluidoras instaladas no Estado;

VI - e desenvolver o turismo e a urbanização sustentável no Estado.

Outro ponto de destaque é o artigo 29 do Código que fala de conceitos e conceitua várias coisas concernentes ao meio ambiente. Destaco aqui o conceito de área rural ou pesqueira consolidada: aquela na qual já havia atividades agropecuárias, frutíferas ou pesqueiras de forma contínua. Destacando que as atividades rurais de produção de gêneros alimentícios, vegetal e animal, serão consideradas por esse projeto de lei como atividades de interesse social. Ao mesmo tempo, a norma prevê, para que haja equilíbrio, que, caso as atividades mencionadas estejam em desacordo com a legislação ambiental, será priorizada a adoção de medidas que permitam compatibilizar a manutenção dessa atividade consolidada com a proteção do meio ambiente.

Entre os vários outros conceitos, achei importante destacar o conceito novo de auditoria ambiental voluntária e que os campos de altitude serão acima de 1.800 metros.

Também está ratificado nessa lei que as atividades passíveis de licenciamento ambiental constam na resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). Eu explico: hoje o Consema, por resolução, tem uma listagem das atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente. Há uma lista das atividades que devem ser licenciadas, e isso é muito importante, porque dá segurança jurídica e o empreendedor sabe que deve ter licenciamento. Essa lei ratifica isso, e agora fica colocado na lei quais são as atividades potencialmente degradadoras e poluidoras do meio ambiente.

São destacados nessa norma:

- O comprometimento do empreendedor com a conscientização no que diz respeito às questões ambientais;

- a dispensa de novo processo de licenciamento nas reformas de plantios de culturas permanentes, desde que ocorra na vigência da Licença Ambiental de Operação;

- a desburocratização no processo de licenciamento;

- a clara definição dos estudos ambientais a serem exigidos;

- e a obrigatoriedade de parecer técnico embasador do órgão que concede a licença.

Como se sabe, a Fatma realiza vários serviços passíveis de cobrança de taxas. Há uma lei específica que trata da cobrança dessas taxas, mas agora foi colocado nessa lei que, em se tratando de certidões, declarações ou simples cadastramento na Fatma, esses serviços serão gratuitos, pois isso é uma coisa que já consta na própria Constituição Federal.

Também se prevê a dispensa da Licença Ambiental de Instalação, que já consta numa norma estadual vigente hoje no Estado, e no nosso projeto de lei são colocados alguns requisitos específicos para a dispensa dessa Licença Ambiental de Instalação, ou para licenciamentos em que não seja exigido o Estudo de Impacto Ambiental, ou para licenciamentos em que seja exigido o Relatório Ambiental Prévio, ou para os licenciamentos em que já estejam presentes os pressupostos para a Licença Ambiental de Instalação.

Também estão previstos, como inovação, nesse projeto de lei: Licenciamento Ambiental Coletivo de atividades e empreendimentos, cuja proximidade e localização recomendem ações coletivas integradas; isenção da cobrança de taxa do pequeno produtor rural; possibilidade de dispensa da Licença Ambiental de Operação em casos excepcionais, determinados na norma, mas com decisão motivada pelo órgão licenciador.

Como eu disse, a norma não contempla a Política Estadual de Recursos Hídricos, mas ela menciona alguma coisa relativa a recursos hídricos, logicamente porque eles estão ligados ao meio ambiente, e nós sabemos que eles são um dos mais importantes recursos naturais disponíveis hoje.

Então, quanto à interface do licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, esse projeto de lei determina que os procedimentos para a obtenção da outorga de direito de uso dos recursos hídricos e de lançamento de efluentes devem estar articulados com os procedimentos de licenciamento ambiental de acordo com a competência de cada órgão, porque hoje a licença ambiental é concedida pela Fatma.

A outorga de uso dos recursos hídricos é concedida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável - isso está na lei específica de recursos hídricos, que eu já mencionei. Então, fica esclarecido neste projeto de lei que a outorga preventiva deve ser solicitada pelo empreendedor, na Secretaria, e apresentada ao órgão licenciador para a obtenção da Licença Ambiental Prévia. Já a outorga de direito de recursos hídricos deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador para a obtenção da Licença Ambiental de Operação.

Quanto às penalidades, preferiu-se manter aquilo que já é previsto na legislação federal e também o que é vigente, hoje, na legislação estadual. Importante destacar que os custos resultantes de embargo ou de interdição em obra, temporário ou definitivo, só serão ressarcidos pelo infrator após encerrado o processo administrativo, quando comprovada a prática da infração. Então, só serão ressarcidos quando comprovada a prática da infração.

No processo administrativo infracional, já ficam destacados na norma todos os princípios do processo.

Outro ponto importante a destacar é o incentivo à reparação do dano ambiental. Então, essa norma visa a incentivar quando o empreendedor ou o agricultor quer reparar o dano ambiental. Destaco um dos artigos que fala que as multas previstas neste Código podem ter a sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obriga-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

Propostas em relação às áreas de preservação permanente (até mencionadas pela doutora Samanta, ponto polêmico do Código): adequação das áreas de preservação permanente ao longo dos cursos de água. Foi modificado aqui, no nosso projeto de lei, pois isso foi de acordo com as áreas consolidadas já existentes no Estado, porque realmente quer se criar um fato para discutir, quer se adequar à realidade do nosso Estado, quer se discutir o porquê. E o nosso Estado, hoje, é diferente dos outros Estados da Federação. Então, temos que ver o que é melhor, hoje, para o nosso Estado. Por isso, houve modificação em relação às áreas de preservação permanente.

Outras propostas com relação às áreas de preservação permanente: possibilidade de plantio em área de preservação permanente de pequena propriedade rural; e não consideração de área de preservação permanente em canais, valas, galerias, canais de adução.

Propostas em relação à reserva legal: também foi feita uma importante alteração aqui no projeto de lei, considerando a nossa mata nativa da microbacia. Além disso, possibilidade de utilização de 100% da área de preservação permanente em reserva legal de pequena propriedade ou posse rural. Fica explícita a utilização da reserva legal na pequena propriedade rural; o projeto, expressamente, permite o cumprimento da reserva legal nas áreas de posse rural.

Previsão de cotas de reserva florestal - isso já previsto no Código Florestal Brasileiro. Exploração sustentável de erva-mate, livre de qualquer autorização ambiental, desde que obedecidos os critérios estabelecidos na lei.

Quanto às propostas em relação às unidades de conservação, esse é outro ponto polêmico. Eu gostaria de esclarecer, aqui, que pela lei federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a unidade de conservação é implantada por um ato do Poder Executivo. Aqui, neste projeto de lei, estamos colocando que as unidades de conservação estaduais serão implantadas por lei. Os critérios para a implantação dessas unidades de conservação deverão estar claramente estabelecidos nessa lei de criação das unidades de conservação. Também é colocado no projeto de lei o direito de permanência no imóvel, enquanto não houver indenização.

Por fim, destaco alguns artigos que julgo importantes. O artigo 171 fala: Adota-se para o Estado os padrões de qualidade dos recursos ambientais previstos em normas federais, podendo o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) estabelecer padrões adicionais inexistentes no âmbito federal.

O artigo 184 estabelece: Os órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente devem possuir sistemas de informações ambientais unificados entre si, capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade.

O artigo 191 diz: O Poder Público estadual deve publicar, por meio da Secretaria de Estado responsável pelo meio ambiente, periodicamente, relatórios com os dados de monitoramento ambiental obtidos diretamente ou repassados pelos órgãos integrantes do Sistema de Informações Ambientais. Eu destaquei esse artigo para dizer que o Poder Público deve estar sempre informando ao cidadão aquilo que se refere ao meio ambiente.

Destaco o artigo 199, que vem sendo falado em todas as audiências públicas. Ele trata de uma das coisas mais importantes a ser implantada aqui no Estado, mas para isso é preciso estar aqui, na lei. Nele, está colocado o Zoneamento Ecológico-Econômico, que posteriormente deverá ser regulamentado por decreto do chefe do Poder Executivo.

O artigo 203 fala do plano estadual de gerenciamento costeiro, que deve ser elaborado e atualizado pelo Poder Executivo.

Ainda prevê o Código a política estadual de resíduos sólidos, e estabelece que isso será em consonância com todos os municípios do Estado. Todos eles deverão ter os seus planos estaduais de resíduos sólidos; o gerenciamento deverá ser feito pelos municípios.

Também estabelece o Código o parcelamento do solo, e, por fim, as antenas de telecomunicação.

É isso, em síntese, o que estabelece o Código.

Eu gostaria de destacar que, logicamente, o Código não aborda absolutamente tudo - isso seria impossível, ficaria uma norma gigantesca. Mas é muito importante ressaltar que esta norma está sendo lançada; então, está apenas começando. Isso é um projeto de lei que será aprovado pelos deputados que aqui estão e, por isso, é muito importante a participação de todos.

Ressalta-se que a discussão está iniciando e tem muita coisa que será regulamentada. Então, nós estamos começando - e agora, com a ajuda de todos, do Poder Público e de todos vocês que aqui estão, será dada continuidade.

Eu sinto que parte do objetivo já está sendo cumprido, pois já estamos aqui, discutindo. A idéia está lançada e agora, com o trabalho de todos, graças à iniciativa do governador, do secretário Onofre Agostini, do secretário Ceron e com o grande trabalho dos deputados, todos devemos trabalhar para que seja feita a melhor norma possível.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Obrigada, doutora Juliana.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio, vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação, que fala em nome da mesma.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL GELSON MERÍSIO (SC)** - Bom-dia a todos os senhores e a todas as senhoras.

Quero cumprimentar o nosso presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, e em seu nome todos os colegas deputados; os prezados representantes das entidades que se fazem presentes (entidades patronais, entidades de agricultores, entidades de trabalhadores); os nossos agricultores; os ambientalistas, e dizer da importância deste evento muito mais para ouvirmos do que, propriamente, para falarmos. Acho que esse é o motivo da audiência pública.

Por isso quero, brevemente, trazer a posição da Comissão de Finanças, aqui também representada pelo deputado Décio Góes: nós entendemos, de forma muito clara, que o que vai ser discutido neste projeto é o que queremos ter de debate jurídico com relação à matéria. Essa é a conta, porque se formos seguir o que diz a legislação federal, teremos muito pouco a fazer no Código Ambiental catarinense - apenas adequações. Essa é a decisão. Ou se vamos, de fato, enfrentar temas constitucionais que ainda não foram julgados pelo STF - e com uma lei estadual e com fatos consolidados pode-se chegar a essa instância, para que questões diferenciadas sejam decididas.

Santa Catarina é um Estado pequeno, de pequenas propriedades, de pequenos produtores, e não pode (não deve) ser tratado com uma lei federal única, que tem o mesmo plano para o Centro-Oeste, para as grandes áreas, e para a região Oeste, que tem pequenos produtores, pequenas áreas.

A nossa posição, enquanto bancada, é termos o enfrentamento constitucional e jurídico para podermos discutir, debater de forma única e definitiva o que é de fato cabível para a pequena propriedade, para a nossa região e para o nosso Estado. Isso tudo para podermos consolidar algo que também a Constituição diz que tem que ser feito (e a lei federal diz que não), que são as situações consolidadas.

Essa talvez seja a grande preocupação dos produtores que aqui estão, porque temos situações consolidadas há quarenta anos com ordens de demolição, agora, por instrumentos do Ministério Público, da Justiça, dos órgãos ambientais. Não há uma decisão única, em nível federal, que diga se a situação consolidada pode ou não pode.

Então, pedi a palavra apenas para fazer esse encaminhamento. Vamos debater muito, ouvir muito, esperando que, ao final, possamos ter uma lei que possa contribuir especialmente com os produtores da nossa região, levando em conta sempre o meio ambiente e a sustentabilidade do nosso sistema.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Com a palavra o senhor deputado Pedro Uczai, por até três minutos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEDRO UCZAI (SC)** - Bom-dia a todos. Sejam bem-vindos a esta audiência pública.

Quero cumprimentar os deputados Romildo Titon, Décio Góes, Gelson Merísio e Moacir Sopelsa em nome das Comissões promotoras desta audiência pública; os demais deputados estaduais; os deputados federais; e os representantes das diferentes entidades, que, democraticamente, discutem, debatem essa proposição do governo do Estado em relação ao Código Ambiental.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que temos acordo de que a unificação das três legislações favorece, facilita e é importante para a construção de uma política pública para Santa Catarina, apesar de o Código Ambiental excluir o debate do saneamento, dos recursos hídricos e da educação ambiental.

Em segundo lugar, acho que não podemos entrar no falso debate daqueles que só cuidam do meio ambiente - tem que cuidar, conservar o meio ambiente, não pode fazer nada, ele tem que estar intacto - ou dos que só produzem, produzem e produzem, numa visão produtivista, que não tem preocupação com a sustentabilidade e com a preservação do meio ambiente.

Toda a discussão do planeta está aí, temos que produzir alimento para o mundo, para a humanidade. E, ao mesmo tempo, tem o debate ambiental no mundo inteiro - e não é diferente aqui no Brasil e em Santa Catarina: por isso, temos que construir. É possível construir economia, produção e, ao mesmo tempo, preservação ambiental? Esse é o eixo central ao qual o Código Ambiental tem que dar resposta.

Em terceiro lugar, a nossa bancada tem várias sugestões de aperfeiçoamento do Código Ambiental com relação aos campos de altitude, à composição das Jarias e à discussão de vários artigos que hoje estamos debatendo.

Em quarto lugar, nossa bancada apresentou, além do Fundo de Compensação Ambiental (em que vamos propor alguns aperfeiçoamentos), um programa de compensação ambiental. Quem preserva, quem cuida do meio ambiente (inclusive acima do que está estipulado em lei), tem que receber renda por isso, tem que receber um recurso financeiro, tem que receber compensação para cuidar do meio ambiente, para cuidar da mata, para preservar.

Então, precisamos e queremos votar esse programa junto com o Código Ambiental. A lei que cria o fundo cria também o programa que vai favorecer e colocar recurso financeiro, renda para aqueles que cuidam do meio ambiente e o preservam. A gente ouviu muitos agricultores dizerem: "Está aqui, estou cuidando. Às vezes, penso por que cuidei tanto se não tem nada, não tem compensação, não tem retorno". Então, defendemos essa tese também.

Em último lugar, o Código Ambiental e a discussão da produção de alimento, da produção econômica e da preservação ambiental têm que casar com renda. Não queremos que os agricultores discutam aqui produção ou meio ambiente, mas que eles e os produtores discutam como construir uma economia que dê renda e deixe dinheiro no bolso dos agricultores também, porque eles trabalham cada vez mais e ficam com cada vez menos renda.

Então, o debate da questão ambiental, da produção e da economia tem que construir um modelo de desenvolvimento que distribua renda, que deixe dinheiro no bolso dos nossos agricultores, dos nossos produtores.

Um grande abraço, bom debate a todos, boa audiência. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Concedo a palavra ao deputado Dirceu Dresch, por três minutos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH (SC)** - Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar toda a mesa em nome dos presidentes das Comissões.

O oeste catarinense só vai se desenvolver e avançar no aumento da produção de proteína animal se tiver água - falei isso em Joinville, na semana passada -, e para a produção de arroz é a mesma coisa. Temos, inclusive, que mudar um pouco a nossa avaliação: nós sempre usamos a água; temos que pensar, daqui para frente, em como produzir a água.

Essas questões são fundamentais para a região. Eu, como dirigente sindical da agricultura familiar há muitos anos aqui na região, presenciei estiagem de quatro anos, de cinco anos, encarrelada - e o agricultor que está aqui sabe o que significa produzir sem água. Então, essa é uma primeira questão que temos que discutir.

Outro problema sério é o da renda. Logo, logo, poderemos plantar dentro dos rios, das lagoas, dos banhados, fechar tudo - e se a gente não construir uma política de renda, estamos fadados a desaparecer. Então, esse discurso de que vão desaparecer trinta mil famílias se não resolvermos a questão ambiental é meio relativo. A pergunta que faço é: onde estão os cinquenta mil suinocultores, que perdemos aqui por uma concentração, não organizada pelos agricultores? Há cada vez mais suínos nas propriedades, e os problemas sobram para os agricultores. Isso tem que ser resolvido.

A questão do licenciamento ambiental, a averbação. A lei diz que ele tem que ser gratuito para propriedades com menos de 50 hectares (tem que ser bancado pelo Estado). Inclusive, estão sendo criadas ONGs para fazer o licenciamento e ganhar dinheiro em cima dos agricultores.

Eu digo o seguinte: se as agroindústrias estão assinando, lá fora, o ISO 14.000, que fala da questão legal ambiental, não se pode obrigar os agricultores, agora, de uma hora para outra, a fazerem isso e a pagarem tudo do bolso. Está certo fazer. É importante fazer. Agora, se tem uma obrigação para cima dos nossos agricultores, o Estado ou as próprias indústrias têm que ajudá-los a pagar. Essa é outra questão importante que temos que discutir.

Outra questão fundamental, que acho estratégica: aqui em Santa Catarina, 90% das famílias têm menos de 50 hectares, segundo dados da Epagri. São 90% que têm menos de 50 hectares! Portanto, temos um Estado de pequenas propriedades.

O que me preocupa é que os agricultores familiares não estão conseguindo licença para derrubar árvores, inclusive em cumprimento à lei que diz que a cada cinco anos os agricultores podem tirar cinco metros cúbicos de madeira nas áreas que têm averbação. Entretanto, de 2000 a 2005, Santa Catarina foi o Estado que mais derrubou mata atlântica - foram 9.100 hectares por ano. Pergunto o seguinte: isso está acontecendo nas propriedades dos agricultores familiares? Não estou vendo! Então, alguém está conseguindo. Essa é uma questão que fica no ar.

Outra questão é sobre a renda. Tenho um dado que tirei de uma pesquisa do município de Coronel Freitas, que diz que dos 38 aviários fechados naquele município nos últimos tempos, somente dois o foram por problema ambiental - os outros todos foram por problema de renda. Isso reforça um pouco essa idéia que o Pedro levantou: temos que construir política de renda! Isso é sério! Na suinocultura, dos nove que foram fechados, seis têm problema ambiental, e três de baixa renda. Então, na suinocultura a coisa está mais grave.

O que precisamos de fato encaminhar é a questão do plano de zoneamento ambiental, a questão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (que Santa Catarina não tem), e o inventário florístico florestal, que vai terminar só em 2009. Isso é importante para construirmos e termos dados mais concretos.

Para fechar, a questão da compensação ambiental: eu não vejo alternativa se a nossa agricultura familiar, principalmente os 90%, não tiverem um grande programa de compensação ambiental. Se o agricultor preservou, vai receber por isso a mesma coisa que receberia se estivesse produzindo.

Além disso, muita gente está usando, cada vez mais, a água de Santa Catarina. Temos centenas de projetos de hidrelétricas no Estado. O agricultor que produz tem que receber parte da renda dessas hidrelétricas que utilizam essa água. As grandes indústrias que utilizam muita água têm que ajudar a pagar para o agricultor preservar. Então, esse é um novo princípio: não punir (só punir aquele que prejudica o ambiente), mas valorizar aquele que preserva. Esse é um princípio que temos que começar a defender para o futuro sustentável da nossa agricultura familiar.

Precisamos mudar a legislação? Tem problemas? Tem. Inclusive em nível nacional, o Decreto 11.428, que está na Casa Civil, regulamenta o uso da mata atlântica em Santa Catarina. Queremos, sim, usar essa mata! Podemos usá-la, inclusive por lei. Nós temos que encaminhar isso aqui no Estado. O Paraná, por exemplo, usa a araucária num manejo sustentável, autorizado e organizado por lei estadual. Aqui, em Santa Catarina, isso não é possível. Então, precisamos encaminhar projetos e legislar sobre isso para podermos construir, de fato, um futuro.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Com a palavra o senhor deputado Herneus de Nadal.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL HERNEUS DE NADAL** - Bom-dia a todos, líderes e representantes dos vários segmentos que se encontram aqui, nesta manhã.

Ao saudá-los, quero também estender o cumprimento ao deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, em nome dele, aos deputados Sopelsa, Décio Góes e Gelson Merísio. Também saúdo os colegas deputados estaduais, deputados federais e todos os que integram esta mesa.

A dimensão desta audiência pública nos dá a exata avaliação da preocupação de cada um que está aqui e de toda a nossa região. Por isso mesmo é que nós precisamos ouvir muito, mas também tomar posições firmes com relação a este tema.

Quando faço essa afirmação quero dizer que a legislação, seja federal, estadual ou municipal, precisa e deve atender à realidade, às necessidades do nosso dia-a-dia. Dessa forma, nós temos consciência de que precisamos preservar, cuidar do meio ambiente. Sabemos também que precisamos produzir para manter a nossa propriedade e a nossa família, para movimentar a economia do Estado e do País e para colocar comida à mesa do mundo inteiro, porque somos um grande celeiro.

Por isso que a legislação federal, que dá normas gerais, também permite que os Estados-membros possam legislar. E nós, através dessa prerrogativa, precisamos encontrar soluções para que possamos ter presente, na nossa atividade, no nosso meio, o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável.

E vamos buscar essas informações na ciência, na técnica, para sabermos o que devemos preservar e de onde podemos extrair riquezas para a manutenção da nossa propriedade.

É esse o caminho que precisamos buscar. Temos que deixar de lado os mitos quando nos impõem determinadas regras e normas a seguir - e nós as seguimos de olhos fechados, sem discutir se são necessárias e se têm condições de serem flexibilizadas para permitir que se avance no sentido não só da qualidade de vida e da preservação do meio ambiente, mas também no sentido da produção.

Esse é o trabalho que temos: estudar e levar em conta que este Brasil é muito grande, e que as mesmas normas não podem ser aplicadas de forma igual a regiões diferentes. Temos aqui características totalmente diferentes das de outras partes do País - e não podemos esquecer, aqui temos a pequena propriedade que é modelo para o Brasil. Por isso, ela precisa também ter regras especiais, para que os agricultores possam dar continuidade ao seu trabalho. É dessa forma, senhor presidente, que encaramos essa situação.

Quero deixar um abraço a todos e dizer que, junto aos deputados da Assembléia e com a participação dos deputados federais e da sociedade organizada que está aqui à frente, vamos procurar encontrar o melhor caminho para que possamos ter equilíbrio para preservar, mas também para produzir e manter as nossas famílias. Um abraço a todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Obrigado, deputado Herneus.

Convido o deputado Altair Silva a participar da mesa conosco, por gentileza.

Com a palavra o deputado federal Celso Maldaner.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER (SC)** - Queremos cumprimentar todos os deputados federais, todos os deputados estaduais, toda a comunidade presente, todas as entidades, o setor produtivo, os ambientalistas, especialmente os agricultores, e parabenizar o Poder Executivo e a Assembléia Legislativa por essa iniciativa.

Eu diria que nesses seis anos de mandato do nosso governador Luiz Henrique, este é o projeto mais importante que foi encaminhado à Assembléia Legislativa. Nós temos, no Brasil, 280 milhões de hectares dos quais estamos tirando a riqueza. Desses, 200 milhões estão para pastagens; apenas de 50 milhões de hectares, que representam 18%, estamos tirando os grãos; em torno de 3%, ou 8 milhões de hectares, estamos com cana-de-açúcar; e temos outras atividades também, como cultivos permanentes.

Santa Catarina é um Estado diferente do Brasil. Nós andamos lá pelo Estado do Amazonas e por duas horas, três horas de avião o que se vê é tudo mata - lá na região ocidental, na divisa com a Colômbia, com o Peru, é tudo mata e água. Mas Santa Catarina é um Estado diferente, como já foi aqui colocado, e por isso precisamos de uma legislação diferente.

Tem um grupo de trabalho formado por quatro Ministérios, por deputados e senadores, que está trabalhando pra gente aprovar, urgentemente, lá no Congresso Nacional, nove propostas de modificação do Código Florestal brasileiro. Aprovamos, na semana passada, na Comissão de Agricultura, um requerimento de nossa autoria através do qual vamos levar essa iniciativa de Santa Catarina para a Comissão de Agricultura, em Brasília, sobre o Código Ambiental catarinense, sobre esse exemplo que Santa Catarina está dando para o Brasil. Queremos levar isso para todo o nosso país.

Precisamos regulamentar o artigo 23 da Constituição Federal. Temos que dar mais poderes para os entes da Federação, regulamentar a autonomia dos Estados e também dos municípios na questão ambiental. Hoje, nós temos consciência do que é desenvolvimento sustentável - e aqui, nesse projeto de 306 artigos, ele se resume, principalmente, nas áreas consolidadas. Temos que respeitar o que está consolidado! Se lá em Itapiranga alguém fez uma pocilga, não respeitou os 200 metros, está a 180 metros do rio Uruguai, mas não polui o rio porque usa biodigestores... Temos a ciência, a tecnologia, hoje, que comprova cientificamente que podemos aproveitar dejetos suínos sem cometer crime ambiental.

Então, parabéns por esta iniciativa. O que está consolidado tem que ser respeitado, o patrimônio, aquilo que já foi investido. Cem por cento das áreas de APPs têm que entrar na reserva legal, nos 20%! Fiscais ambientais irem armados visitar um pequeno agricultor?! Não é justo! Nós temos que modificar essa legislação. Quanto às notificações e infrações que os nossos agricultores recebem, primeiro eles devem ser advertidos, ou melhor, orientados, e não simplesmente colocar multas para cima do nosso agricultor.



Então eu quero parabenizar tanto o Executivo como a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pela iniciativa. Tenho orgulho do trabalho que os nossos deputados estaduais estão fazendo, são dez audiências públicas sendo realizadas em todas as regiões da nossa Santa Catarina. Com certeza vamos aprovar esse Código Ambiental catarinense, que vai servir de exemplo para todo o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Passamos, agora, a palavra ao senhor deputado federal Cláudio Vignatti, que é da terra.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO VIGNATTI (SC)** - Bom-dia a todos, bom-dia a todas! Eu e o Herneus estávamos preocupados porque não podemos falar muito para podermos ouvir o pessoal, aqui. Temos que ser comedidos e tentar cumprir o tempo que o deputado Titon determinou para nós.

Primeiro, eu quero saudar a Assembléia Legislativa em nome dos três presidentes das Comissões, que estão aqui (o Titon, o Sopesla e o Décio Góes, que é da Comissão de Turismo e Meio Ambiente), por esta iniciativa, e todos os deputados estaduais presentes: o Dirceu, o Pedro, o Merísio, o Herneus. Eu dizia para o Herneus que não me lembro de, na história da Assembléia Legislativa, terem feito audiências do jeito que se está fazendo, reunindo tanta gente. É a primeira vez que vemos a Assembléia Legislativa reunir tanta gente - e gente diferente. Aqui, claro, essencialmente, estão os agricultores, mas tem professor de universidade, tem gente do setor imobiliário, tem pesquisadores, tem pessoas diferentes que compõem a platéia dessas dez audiências que acabam na quarta-feira, na Assembléia Legislativa. Você sabe, Titon, a responsabilidade que você tem como relator desse projeto tão importante para nós.

Quero saudar também os colegas deputados federais aqui presentes, o Maldaner e o Colatto, bem como a doutora Juliana, representante do governo do Estado e responsável pela exposição do Código.

Primeiro, eu acho que este debate tem que ser feito, de fato, com quem tem o interesse de fazê-lo. Qualquer debate sobre qualquer legislação em que se tenha a oportunidade de ouvir o povo interessado, sairá muito mais próximo da realidade. E acho que o trabalho que está sendo feito hoje aqui não é apenas para nós falarmos, mas para ouvirmos a população, para ouvirmos a sociedade. O interesse é enorme - basta olhar o tamanho deste auditório e a quantidade de pessoas aqui presentes nesta audiência pública. É claro que ela é a maior do Estado de Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, até porque nós temos, no oeste de Santa Catarina, a maior quantidade de agricultores na roça. Então, tem que ser a maior por essa realidade.

Nós somos os maiores produtores de proteína animal por metro quadrado do Brasil, hoje, em Santa Catarina. Nesse estreito de Santa Catarina ninguém fez um estudo, mas temos a maior produção de proteína animal por metro quadrado do mundo! Ninguém ganha de nós em termos de quantidade produzida por metro quadrado. No suíno, somos os maiores produtores do Brasil (está concentrado aqui); somos o segundo em frango do Brasil (está concentrado aqui, mas somos o maior exportador); somos o quarto em leite (boa parte concentrada aqui, na nossa região do oeste de Santa Catarina).

É extremamente difícil ter uma posição clara sobre esse tema sem termos uma construção de forma conjunta, porque ao mesmo tempo em que somos os maiores produtores nessa área, nós precisamos de muita água. E é um tema que não vem essencialmente no Código, porque a água é tratada em outro debate que está sendo feito a respeito do zoneamento. Mas nós precisamos de muita água para produzir leite, para produzir suíno e para produzir ave. Precisamos muito mais de água, hoje, do que de terra, por incrível que pareça, para produzir esse tipo de produto.

Então, esse também é um debate necessário a ser feito porque remete a esse modelo que estamos discutindo hoje, remete à necessidade de preservação da água e das nascentes, porque ela está cada vez mais escassa. A gente vê de forma direta que a seca prejudica muito mais a produção de proteína, hoje, do que a produção de grãos, porque todo mundo depende da produção de proteína - ou tem o leite, ou tem o chiqueiro, ou tem o galinheiro para produzir um dos tipos de proteína.

Além dessa questão, tem uma coisa, sim, que é diferente. Quando a gente vai para o Centro-Oeste brasileiro, o pequeno tem 1.200 hectares. Quando a gente vai para Santa Catarina, o pequeno tem até 10 hectares. E, mais do que isso, 50% das nossas propriedades rurais, nós sabemos disso, têm até 10 hectares. Levante a mão o agricultor que tem propriedade rural de até 10 hectares!

(A maioria dos presentes levanta a mão.)

Você vê que quase a metade tem até 10 hectares. Até 20 [hectares], são 60 [%], que dependem desse pedaço de terra.

Eu quero dizer que, dificilmente, tem 20% de mato em cima desses 10 hectares, que hoje são exigidos. Dificilmente tem. Essa é a realidade. Não tem como ter 10 hectares e ter 20% de mato em cima. É a partir dessas realidades, dessas constatações, que há necessidade

de construir esse entendimento. E quem tem mais de 10 hectares? Quem tinha 30 hectares, 20 hectares e deixou 10 hectares de mato que hoje são intocáveis, tem que, de fato, ter uma compensação. Por isso, o fundo é importante. A Europa inteira tem compensação para quem criou a questão da preservação. O Estado indeniza essa questão da compensação.

Outra coisa importante: hoje, os licenciamentos ambientais estão sendo por atividade. Licencia-se o chiqueiro ou a atividade do galinheiro muito mais por causa do processo exportador necessário ao setor agroindustrial. Não tem o licenciamento da propriedade inteira. E muitas vezes, quando é licenciado, ainda sai do bolso do próprio produtor, que tem até 10 hectares e não tem condições de pagar.

O trabalho, de fato, que a Assembléia Legislativa está fazendo é de grande importância. Primeiro, para criarmos uma consciência geral sobre a realidade da agricultura catarinense, que tem um diferencial nacional. Segundo, para verificarmos a responsabilidade do Estado brasileiro, seja da União, seja do Estado de Santa Catarina, seja do município, nesse processo todo. Terceiro, para sabermos como a gente compartilha essa questão do desenvolvimento ambiental sustentável, tendo a preocupação de que a preservação ambiental é importante - é importante preservar a água, a fauna e a flora -, mas também que o agricultor precisa produzir, viver e ter o seu sustento.

Por este debate, por ouvir tudo isso, Titon, vocês e a Assembléia Legislativa estão de parabéns por esta discussão, por ouvir os agricultores, para que possamos sair daqui com o entendimento da realidade de cada um e das necessidades que nós temos, tendo em vista as mudanças que precisam ser feitas não só aqui em Santa Catarina, mas em nível nacional, para adaptarmos algumas legislações existentes e garantirmos que o agricultor que preserva possa ter uma renda por aquilo que preserva, e que aquele que tenha problemas possa ter tempo e condições de se adequar sem, de fato, ser penalizado, sem sair da propriedade e deixar a própria produção. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Muito obrigado, deputado Vignatti.

Antes de passar a palavra ao deputado Colatto, queremos avisar àqueles que chegaram posteriormente que quem desejar se pronunciar, fazer perguntas, por gentileza, se inscreva com as funcionárias da Assembléia na entrada para que a gente possa, posteriormente, ceder a palavra.

Concedo a palavra ao deputado federal Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO (SC)** - Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar, primeiro, as pessoas mais importantes que estão aqui nesta reunião, que são os nossos agricultores. Sem os agricultores não há o que fazer. Falta o combustível da vida. Se a agricultura não planta, nós não armazenamos e não jantamos, como diz o ditado popular. Com certeza, se eu perguntasse aqui quem é agricultor, seria a grande maioria. Vamos ver, Hilário? Quem é agricultor aqui? Levantem o braço.

(A maioria dos presentes levanta a mão.)

Tire uma foto, Luis. É importante registrar a importância que os agricultores dão para esta audiência pública.

Nós queremos parabenizar a Assembléia Legislativa através do Sopesla, do Titon, do Décio e do Merísio, que são os nossos coordenadores, de todos os que estão aqui: o Dresch, o Pedro Uczai, o Padre Pedro. Cumprimentar o Herneus, nosso deputado estadual, os meus colegas Vignatti, o Celso - não sei se o Zonta apareceu aqui. Não. Mas os nossos deputados do oeste estão aqui, 100% de presença. Cumprimentar o Luciano Buligon, secretário regional, nosso representante do governo do Estado; a Faesc; a Fetaesc; a Ocesc; a OAB; enfim, todos. Vejam a importância disso: se todos estão aqui, com certeza, a solução também está aqui. Saudar o Sorgatto, que representa o secretário Ceron, diretor-geral da Secretaria da Agricultura; a Juliana, que nos abrilhantou com essa palestra; a Samanta; o Altair.

Enfim, nós temos que discutir abertamente essa questão do meio ambiente. Agricultores, não agricultores, cidade, campo, nós temos que trabalhar isso.

Eu queria colocar um dado bem importante. Por que nós estamos trabalhando com a questão do meio ambiente? Eu tenho aqui um dado da Embrapa mostrando que o Brasil tem 851 milhões de hectares e que as unidades de conservação são 133 milhões de hectares, ou seja, 15,7%. As terras indígenas são 108 milhões de hectares, correspondendo a 12,77%. A área de reserva legal ocupa 189 milhões de hectares, equivalentes a 22,31%. Já as APPs, os rios e relevos equivalem a 226 milhões de hectares, isto é, 26,59%. Sobram exatamente 30% do território brasileiro para plantar.

Desses 280 milhões de hectares(sic) que nós temos, se levarmos em conta tudo o que se planta e se sobra só 30% do território brasileiro, nós teríamos 240 milhões e hectares, Titon. Hoje, entre pastagens e agricultura, são 280 hectares(sic). Só desse dado nós teríamos que diminuir 40 milhões de hectares de pastagens e áreas produtivas. É por isso que nós temos que discutir um planejamento de ocupação territorial brasileiro.

Se nós levarmos para Santa Catarina, Vignatti, certamente, aplicando a legislação ambiental sobram 20% do território de Santa Catarina. E são 32 mil propriedades, sim, se você aplicar só a questão da mata ciliar, perto das águas. Mas se você aplicar APP e reserva legal, são 80% do território. Nós temos, deputado Dresch, o levantamento do LAC de Santa Catarina que mostra 37% de florestas nativas no Estado, o Sorgatto sabe disso, mais 5% plantados. Santa Catarina é o Estado mais verde do Brasil, tirando a Amazônia: 42% de floresta. Não são 2% ou 3%, como as ONGs levantam, como o Ibama levanta, colocando essa questão em Santa Catarina.

Quero dizer a vocês que nós estamos também trabalhando essa questão em nível nacional. Eu faço parte do grupo técnico composto pelo ministro da Agricultura, pelo ministro da Reforma Agrária, o Cassel, pelo ministro do Meio Ambiente, o Minc, pela Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado, pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara e do Senado, pela Frente Parlamentar da Agropecuária, que eu presido, e pela Frente Parlamentar do Meio Ambiente. Estamos fazendo esse trabalho.

Amanhã cedo (a Samanta vai estar lá), às 10h30min, nós temos a segunda reunião para tratar de uma coisa chamada Código Ambiental Brasileiro. Não é Código Florestal, como nós temos hoje. Nós vamos tratar do Código Ambiental: cidade, campo e todas as atividades econômicas. Isso é importante que se diga, para que vocês saibam a importância da discussão do Código Ambiental em Santa Catarina. E o setor produtivo precisa discutir esse assunto, precisa estar no meio dessa luta para que nós possamos harmonizar a questão do meio ambiente e a questão da produção.

Com certeza, essa é uma discussão importante. Por isso, tantos agricultores aqui. E vocês têm que trabalhar isso. Os nossos prefeitos e vereadores têm que trabalhar também.

Nós temos que estabelecer as competências: o que faz o município, o que faz o Estado e o que faz a União. A União tem que fazer normas gerais. E as questões concorrentes, que são da alçada dos Estados, tratam das especificidades de acordo com a nossa realidade, com a nossa topografia, com a nossa atividade econômica, com tudo aquilo que se faz.

E por isso, Vignatti, Celso, que nós temos o grande desafio de fazer, em Brasília, o Código Ambiental Brasileiro que trate de normas gerais e que, através do Zoneamento Ecológico-Econômico, que é o planejamento de ocupação territorial, façamos o Código para Santa Catarina levando em conta a sua topografia, a sua realidade de mata atlântica e a sua situação econômica. Por isso que eu quis trazer coisas práticas para vocês.

Deputado Romildo Titon, nós temos a Portaria nº 18, que regulamenta a Lei nº 2.166, e o Código Florestal (Lei nº 477/65), que diz que você pode utilizar a reserva legal dentro da pequena propriedade. A Lei da Mata Atlântica, nº 11.428 diz que pequena propriedade é de até 50 hectares. Então a lei prevê, para quem já tem 50 hectares, que quando você tem 5% de APP na propriedade, pode colocar 100% da reserva legal dentro da APP.

Além da legislação, temos aqui a Portaria nº 18, da Fatma, dizendo isso - e o Bernardo, que está aqui e que é da Fatma, sabe que quem tem mais de 50 hectares, tendo 30% de APP, pode colocar 60% da reserva legal dentro da APP. Nós estamos pedindo que se respeite essa legislação para que, até que a gente consiga resolver essas questões ambientais, não se precise fazer a reserva legal.

Aliás, a doutora Samanta já falou: hoje e amanhã eu estarei aqui - estou com o cartão do assessor do presidente da República, e está para sair a nova versão do Decreto nº 6.514, que estabelece os crimes ambientais. Foram necessários seis meses para se fazer a averbação legal desse decreto. Nós estamos pedindo um ano para que dê tempo de Santa Catarina fazer o Código Ambiental, de o Brasil fazer o Código Ambiental e para que a gente possa decidir o que é APP, o que é reserva legal e o que é topo de morro, em cima daquilo que o deputado Herneus falou aqui (da ciência, de definições técnicas).

O Decreto nº 6.514 está para ser assinado pelo presidente da República, deve sair esta semana. Então, nós temos um ano de prazo para fazer a averbação da reserva legal. Na verdade, a Lei nº 2.166 diz que são 30 anos - e tem gente atropelando o processo.

Então, nós queremos fazer aqui um apelo aos promotores, à Polícia Ambiental, à Fatma, a todos aqueles que trabalham nesse setor para que nos dêem tempo de discutir esse assunto aqui em Santa Catarina (para fazermos o nosso Código Ambiental, discutirmos o Código Ambiental Brasileiro), para que a gente possa modificar todos esses conceitos. Não dá mais para ter reserva legal dentro de cada propriedade. Isso só existe no Brasil e temos que mudar esse conceito. Nós vamos deixar plantar as nossas maçãs em São Joaquim? Criar os nossos suínos, as nossas aves aqui nos morros e nas montanhas? E o que sobra? O pessoal quer a reserva legal. Aquele pedacinho de pastagem, aquele pedacinho de lavoura que ainda sobra para o agricultor plantar.

Então, eu quero deixar aqui um apelo para vocês: não façam averbação da reserva legal até que a gente tenha acertado essa questão de área consolidada, de APP, de reserva legal, de saber como se faz averbação. Precisamos saber, senhores deputados, qual o impacto social e econômico disso, aplicado a Santa Catarina. Nós vamos inviabilizar Santa Catarina, essa é a grande verdade. É por isso que precisamos discutir essa questão nas prefeituras. Eu sei que tem muito prefeito aqui. Se cada prefeito fizesse a análise do impacto ambiental, social e econômico com a legislação de hoje, com certeza, teriam um susto, porque os seus municípios estariam inviabilizados. E é preciso que se faça isso.

Está aqui o secretário regional, e peço [ajuda] aos secretários regionais, à Epagri, à Cidasc, porque temos que nos envolver para levamos soluções para os nossos produtores. E é isso o que nós todos estamos fazendo, com certeza, com muita vontade de acertar e de resolver isso.

Esse Código vem na hora certa e pode trazer o que nós queremos: que a União faça a legislação geral e que cada Estado faça a sua legislação, tecnicamente, de planejamento e de ocupação territorial através do Zoneamento Ecológico-Econômico para que, aí sim, nós tenhamos uma lei em que possam conviver harmonicamente a agricultura e o meio ambiente.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Muito bem. Agora, vamos ao bloco dos representantes das federações a que a grande maioria dos senhores é associada: Fetaesc, Fetraf-Sul, Faesc, Ocesc e Fiesc.

Começamos com o senhor Daniel Kothe, coordenador estadual da Fetraf-Sul.

Sugiro aos que vão usar da palavra que dispensem os cumprimentos à mesa e que vão direto ao assunto, para que possamos ser mais rápidos no tempo.

**O SR. DANIEL KOTHE** - Bom-dia a todos e a todas, é uma satisfação poder participar deste importante debate. Vou fazer, rapidamente, algumas considerações, e depois já propor as questões que nós achamos relevantes para este momento.

Primeiro, dizer que existe em nível mundial, além da crise econômica que está bem destacada para o mundo inteiro discutir, também a crise ambiental. Então, ela não é um debate só de Santa Catarina. A gente tem que tomar certo cuidado para não isolar esse debate, porque além de termos essa grande deficiência, esse grande problema aqui no nosso Estado, o mundo todo o vive - inclusive as pressões que sofremos aqui em Santa Catarina e no Brasil são decorrências do debate internacional que vem se dando em torno do tema da questão ambiental. Então, essa é primeira consideração extremamente importante.

Além disso, nós vivemos também uma profunda crise do modelo de desenvolvimento que adotamos para a agricultura brasileira, e esse modelo tem causado, sim, fortes impactos ambientais. Então a gente também não pode escamotear, neste momento, essa dificuldade.

Em decorrência disso, o que estamos propondo para este momento? Primeiro, é extremamente importante que nós tenhamos... E aí eu quero parabenizar a Assembléia Legislativa pelo debate que vem sendo colocado aqui, porque nós precisamos pensar, de fato, uma política ambiental, e não fazer mais uma vez da questão ambiental um caso de polícia. Eu acho que essa questão é extremamente importante para este momento. Então, que a política ambiental tenha capacidade, tenha condições de levar em consideração as pessoas, o ambiente onde elas vivem, e que consiga pensar isso de forma sustentável para daqui a vinte anos, trinta anos, cinquenta anos, cem anos. E aí, em cima disso, que ela possa analisar os avanços que a gente pode construir.

A primeira questão importante dentro disso, que nós defendemos e que já faz parte da pauta da Fetraf-Sul há vários anos, é a necessidade de garantirmos, além da política tradicional de remuneração do serviço ambiental, que os agricultores e as agricultoras familiares tenham condições, sim, de preservar, mas também de obter renda com a preservação. Isso é uma questão bastante delicada, até mesmo difícil de ser construída, mas que nós precisamos começar a discutir com a sociedade. Ou seja: o quanto a sociedade em geral está disposta a pagar para que os agricultores e as agricultoras familiares possam preservar o ambiente, possam preservar a água, possam preservar o que nós temos de riquezas naturais? Então, esse debate precisa estar colocado para este momento.

Além disso, nós estamos trazendo aqui a necessidade de garantir, de uma vez por todas, que a averbação tanto das reservas legais quanto das áreas de preservação permanente sejam, de fato, gratuitas para a agricultura familiar. Inclusive a legislação já prevê isso, mas muita gente parece que não quer fazer. Além disso, a importância de diferenciar os agricultores familiares dos agricultores patronais (nós achamos que a legislação precisa ser diferenciada, sim, para os dois). Todos precisam preservar, mas a agricultura familiar precisa ser tratada de forma diferente, inclusive na legislação.

O sistema de assistência técnica, a Fatma e os órgãos federais precisam parar de amedrontar os agricultores e começar a fazer, de fato, aquilo que está colocado na legislação. Nós, hoje, já temos vários avanços importantes na legislação, inclusive pontos que dizem ser preciso levar em consideração a função social da propriedade - e, muitas vezes, os técnicos vão somente com o livretinho com as regras embaixo do braço e não olham a condição em que a propriedade está colocada. Então, tem também que passar por um amplo processo de qualificação para esses profissionais poderem trabalhar com os agricultores.

Para o sistema de integração, principalmente, nós precisamos discutir como vamos dividir os custos ambientais com todos os que ganham muito dinheiro nessa cadeia produtiva, porque hoje os custos e o passivo ambiental ficam com a parte mais fraca, que são os agricultores familiares que produzem. Então, como as indústrias integradoras vão entrar também nesse processo - e nós vamos fazer com que o custo seja também dividido com a sociedade, porque eu acho que nada mais merecido para esse conjunto grande de agricultores e agricultoras familiares, que são verdadeiros heróis no campo, do que também terem colocada essa condição.

Eu acredito que precisamos aprofundar essas questões para que elas estejam também presentes na legislação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Muito obrigado.

Passo a palavra ao vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), senhor Enori Barbieri.

**O SR. ENORI BARBIERI** - Inicialmente, meu bom-dia a todos e a todas. Saudar o deputado Titon e, em nome dele, toda a Assembléia Legislativa aqui presente. Cumprimentar todos aqueles que ajudaram a elaborar este Código; agradecer ao governo do Estado por tê-lo enviado à Assembléia Legislativa, que discute com a sociedade de forma democrática. Cumprimentar os líderes sindicais e, principalmente, os agricultores - que vieram aqui, senhores deputados, não para conhecer este magnífico prédio, mas porque estão sendo massacrados lá nas suas propriedades por essa lei federal que está posta aí, que criou uma indústria de multas em Santa Catarina, penalizando principalmente os mais fracos! E vieram aqui porque não agüentam mais! Não conseguem mais sustentar sua família com essa forma que está posta.

E essas multas, por uma agência de denunciante que nem sequer levam em consideração a condição em que vivem os agricultores com a crise de preço, de tempo e outras coisas mais. É por isso que estão aqui. Nós precisamos aprovar isso urgentemente.

Além de tudo isso que já falei, já está em vigor a Instrução Normativa nº 48 do Inkra, que diz que todas as propriedades (os seus títulos) não valem nada hoje, só a partir do momento em que for ratificado o título - e para ratificar o título, deputado Colatto, é obrigado a fazer a averbação da reserva legal. Olhem em que situação os senhores estão!

Por isso, faço um apelo à Assembléia Legislativa: que vote logo o projeto para que a gente possa dar continuidade a isso e tirar de uma vez por todas esse peso. Consciência de preservar, nós temos, o que não podemos agüentar é gente que pensa que é Deus e determina as normas que estão postas aí, penalizando todo mundo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Com a palavra o senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).

**O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG** - Nós também gostaríamos de cumprimentar todos os agricultores e agricultoras, especialmente os nossos agricultores e agricultoras familiares, e todos os componentes da mesa.

Eu vou direto ao assunto para ganhar um tempinho, porque um minuto para nós é muito importante.

Hoje, a Fetaesc representa no Estado de Santa Catarina 204 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. São mais de 186 mil associados pagando suas mensalidades rigorosamente em dia ao Sindicato. Isso, multiplicando por três ou quatro pessoas em cada família, é o nosso quadro de representação no Estado de Santa Catarina - aqui, com certeza, a grande maioria é filiada a um dos nossos sindicatos.

Nós estamos defendendo a discussão e a aprovação deste Código Ambiental ainda este ano não simplesmente por ser uma proposta encaminhada agora à Assembléia Legislativa, mas pela preocupação, pela ansiedade e pela crise que vêm vivendo os agricultores familiares do nosso Estado no que tange à regularização tanto ambiental quanto fundiária das suas propriedades.

Vale aqui um destaque importante: a legislação federal determina que devemos fazer a regularização ambiental e fundiária das propriedades, mas também determina que é obrigação do Inkra fazer isso gratuitamente para os agricultores e agricultoras familiares do nosso Estado e do Brasil, mas até o momento não tem estrutura e não tem dinheiro para fazer isso. Enquanto isso, a fiscalização, aqui na ponta, vai pegando cada um de nós.

Por que estamos defendendo a aprovação deste Código Ambiental? Não é porque os agricultores também estão vivendo *(ininteligível)*. Acontece que na proposta apresentada anteriormente podemos destacar alguns pontos importantes para nós. A primeira delas é a unificação do marco regulatório. É importante os agricultores e agricultoras e as nossas representações entenderem, compreenderem o que cabe a cada um, já que hoje, de acordo com a legislação existente, seja estadual ou federal, não temos a mínima condição de cumprir ou pelo menos entender o que deve e o que não deve ser feito nas nossas propriedades. Por isso, é importante a unificação do marco regulatório para todos nós.

A segunda questão é a adequação da mata ciliar e a inclusão da reserva legal para as nossas propriedades, especialmente as dos nossos agricultores familiares. Vale destacar que com isso não vamos fazer o processo do não-cumprimento e, muito menos, da recuperação ambiental do nosso Estado, porque já estamos fazendo.

Mais de 37% do território catarinense está coberto com mata nativa, gente! Sabe o que significa isso para nós todos? E nós estamos aqui simplesmente dizendo que estamos desmatando, que os agricultores não estão cumprindo a lei, que os agricultores estão fazendo com que o ambiente seja deteriorado no nosso Estado.

Nós estamos cumprindo rigorosamente, além, inclusive, do que determina a legislação. O que precisamos é fazer ajustes para poder garantir as atividades no meio rural, e aí uma questão importante: a consolidação das atividades já existentes. Não podemos mexer naquilo que já existe. Acho que o Código também é inteligente trazendo isso para cada agricultor e agricultora familiar do Estado de Santa Catarina.

Outra questão importante, gente, é a remuneração por aquilo que já fizemos e por aquilo que vamos fazer para a recuperação ambiental do Estado. É importante fazer com que cada agricultor, cada agricultora possa estar recebendo essa remuneração, inclusive a Fetaesc já está fazendo um estudo sobre isso, só não está concluído. Se agregássemos 0.02 centavos em cada litro de água consumido no Estado, daria para pagar mais de três salários mínimos/ano por hectare de cada área protegida pelos nossos agricultores e agricultoras, aí, sim, viabilizaríamos a vida de cada um deles e, também, a manutenção, a preservação ambiental no nosso Estado.

Por fim, gente (não vou entrar nos demais pontos, pois já foram apresentados), acho que esse debate tem que ser feito, temos que aprovar esse Código aqui em Santa Catarina, sim, porque vai permitir que façamos a discussão em nível nacional, no Congresso Nacional. Os deputados federais que estão aqui sabem que se fizermos essa provocação, se os agricultores se mobilizarem, se manifestarem nisso, faremos essa discussão em nível de Brasília para o ajuste necessário, inclusive no Código Nacional, que o Congresso já está começando - a Comissão já está trabalhando nisso.

Quero dizer que a nossa organização maior, a Contag (fui convidado e estarei lá para fazer a defesa), na sexta-feira, fará uma discussão sobre o que nós, catarinenses, estamos defendendo no projeto do nosso Código Ambiental. A discussão será em nível da nossa Confederação, que levará para o Congresso Nacional qual a nossa proposta de Código Ambiental para o Brasil levando em conta os parâmetros de Santa Catarina.

Isso está acontecendo na Contag porque já estamos fazendo aqui. E se todos nós fizermos aqui, com certeza os deputados federais e outras organizações também farão, garantindo assim o processo em nível nacional.

Além do mais, quero dizer a cada companheiro e a cada companheira presente que essa não é a última batalha, temos que ficar atentos. Por isso, convidamos todos vocês para a votação na Assembléia Legislativa. Vamos acompanhar, rigorosamente, o voto de cada deputado, vamos ver o que está sendo conversado e o que está sendo aprovado por cada um na Assembléia Legislativa; vamos também cobrar dos prefeitos e dos vereadores no sentido de garantir a aprovação. Se forem necessários ajustes, que sejam feitos, sim, mas que possamos garantir essa questão, para, no próximo ano, fazermos a regulamentação tanto ambiental quanto fundiária, que cabe a nós, as organizações e ao Estado, para regularizar a vida de cada homem e de cada mulher que vive no nosso campo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Com a palavra o senhor o Décio Sonaglio, representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc).

**O SR. DÉCIO SONAGLIO** - Gostaria de cumprimentar os membros da mesa, os nossos agricultores e os demais presentes.

Em nome da Ocesc, por delegação do nosso presidente, eu gostaria de fazer algumas colocações sobre essa questão rapidamente, porque o tempo é curto. Nós fizemos um levantamento nas cooperativas, somente cooperativas ligadas ao sistema Aurora, a área técnica das cooperativas, e constatamos a seguinte situação - essas cooperativas que são o guarda-chuva da maioria dos pequenos produtores de Santa Catarina: se a lei ambiental for aplicada da forma que está, 60% dos

produtores de leite, atividade de grande importância econômica e social, estarão fora da lei, assim como 40% dos suinocultores e 40% dos avicultores, fora as áreas de plantio de grãos, que serão confiscadas e impedidas de plantar devido à aplicação da lei ambiental. E dentro dessas três cadeias produtivas (avicultura, suinocultura e leite), somente nesse contexto das cooperativas filiadas ao Sistema Aurora, o percentual de foras-da-lei que produzem geram 152 milhões por ano. Se a lei for aplicada, eles deixam de produzir, essa renda deixa de chegar às propriedades no campo. Por isso, estamos aqui.

Eu queria fazer o registro da participação das entidades representativas do setor produtivo na elaboração da proposta que foi apresentada aqui e está na Assembléia: Ocesc, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina; Fecoagro, Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina; Faesc, representada aqui pelo Barbieri; Fetaesc, representada aqui pelo Hilário; Fiesc; Sindicarne; Associação Catarinense de Avicultura; Sindileite; Sindarroz; Associação Brasileira dos Produtores de Maçã; Associação Catarinense dos Criadores de Suínos; Crea, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; Associação dos Médicos Veterinários de Santa Catarina; e Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina. Essas entidades se reuniram várias vezes em Florianópolis, na Secretaria da Agricultura, e deram o seu posicionamento sobre grande parte desse documento que o governador e o secretário da Agricultura acataram, o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável acolheu e passou ao governador, que repassou à Assembléia Legislativa.

Este Código que está aqui, a nosso ver, resgata a dignidade dos produtores rurais, corrige uma grande injustiça que está se fazendo e jogando nas costas da pequena propriedade rural de Santa Catarina. As injustiças do tratamento desigual que se faz e dou um exemplo: como é possível uma lei chegar numa propriedade, pegar 20% dessa propriedade e dizer: "Você não manda mais aqui." Pegar toda a área de preservação de mata ciliar e dizer: "Aqui você não pode fazer mais nada." Mandar o produtor ir ao cartório e dizer: "Você vai averbar e pagar as custas da averbação para registrar que entregou parte do seu patrimônio para a questão ambiental que todos se beneficiam".

Será que na cidade são respeitados os 30 metros de mata ciliar de mananciais, dos córregos de água? Quem está ajudando a contribuir? Quem disse que são 30 metros? Baseando-se em que fundamento técnico-científico colocaram 30 metros, 50 metros da nascente? Onde está a questão das tecnologias não poluentes que o produtor não cansa de aplicar nas atividades potencialmente poluidoras? Onde estão as tecnologias não degradadoras do solo conservacionista que os produtores utilizam para preservar o ambiente e poder produzir que a lei não prevê. Essas injustiças, que sobrecarregam apenas o pequeno produtor. É com base nisso que todas as entidades entraram em ação e estão aqui pedindo que seja feita a correção disso.

Queremos fazer um apelo ao Ministério Público, já que alguns dos seus promotores ainda insistem em considerar essa proposta inconstitucional - nós, as entidades, temos o embasamento jurídico nessa questão.

Gostaríamos de pedir o apoio da Ordem dos Advogados, porque inconstitucional é essa lei que está aí! Se for preciso, entraremos com uma ação de inconstitucionalidade na lei atual e não nessa lei que está vindo, pois essa restabelece justiça. Mesmo não sendo advogado, nunca ouvi dizer que está escrito na Constituição que excluir produtor, transformar em tapera um monte de propriedades rurais é constitucional. Eu não conheço isso!

Eu gostaria, senhores deputados, além de agradecer e parabenizá-los por este ato, por este movimento, por esta ação, de pedir a todos os senhores, agricultores e proprietários rurais que estão aqui, que se levantem, por favor. (Palmas.)

(A maioria dos presentes se levanta.)

Senhores deputados, retirem o mais rápido possível essa carga de injustiça que essa lei ambiental está cometendo com esses produtores.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Com a palavra o senhor Waldemar Antônio Schmitz, vice-presidente representando a Fiesc.

**O SR. WALDEMAR ANTÔNIO SCHMITZ** - Bom-dia a todos.

Inicialmente, gostaria de saudar o deputado Romildo Titon e os demais deputados estaduais; os deputados federais; todas as autoridades; os companheiros e colegas das federações; as senhoras e os senhores.

Gostaria de cumprimentar o governador pela visão arrojada de encaminhar à Assembléia Legislativa um projeto de lei para instituir o Código Ambiental levando em consideração as características socioambientais do Estado. Assim, o Código será coerente com a realidade catarinense.

Quero, ainda, cumprimentar os presidentes das Comissões pela sensibilidade política de realizar em conjunto essas audiências públicas por todo o Estado catarinense, demonstrando a prioridade que representa ouvir e atender às necessidades do meio rural; bem como as pessoas que vieram aqui fazer suas manifestações, contribuindo assim para o aprimoramento do projeto de lei.

A Fiesc, juntamente com a Faesc, a Ocesc e a Fetaesc, desde o início tem apoiado o projeto, participando dos grupos de trabalho constituídos pela Fatma e auxiliando na construção jurídica que ampara a adequação do Código à realidade catarinense.

Registro ainda que a Fiesc entende que essa é uma oportunidade política importante para o Estado e deve ser utilizada sem timidez. Esse é um debate importante que merece ser realizado por todos nós, com o objetivo maior de atender aos interesses do público e do nosso produtor rural.

Desejo, enfim, um ótimo e proveitoso encontro.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon)** - Vamos ouvir agora aqueles que se inscreveram.

Passo a palavra ao eminente deputado Gelson Merísio, representante da Comissão de Finanças, para conduzir esse bloco.

(O deputado Gelson Merísio assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Com a palavra o senhor Hercílio de Freitas, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de São Domingos.

**O SR. HERCÍLIO DE FREITAS** - Bom-dia a todos, aos ouvintes, aos componentes da mesa, às autoridades que discutem esse projeto que tanto precisamos para o nosso Estado de Santa Catarina, para poder sobreviver, juntamente com nossos familiares.

Nós estamos demonstrando para essas autoridades a responsabilidade e a honestidade que o nosso produtor tem para poder produzir e preservar o meio ambiente. Por isso, estamos pedindo às autoridades, ao presidente da mesa, a todos que estão nessa luta para o nosso bem que aprove esse projeto.

Com carinho e com respeito, quero dizer às autoridades que o produtor está ficando muito organizado, está respeitando a floresta, os morros, a água. Nós temos até fossas nas estrebarias das nossas propriedades para não estragar as nascentes, o rio.

Eu pergunto o seguinte: por que será que o nosso produtor é tão perseguido? É tudo em cima do produtor! Quando dá uma seca, é o produtor que paga; quando dá crise de dinheiro, de preço, é o produtor que paga!

Por isso, peço aos senhores esse grande apoio para o bem do nosso Estado.

Quero deixar o meu muito-obrigado a todas as pessoas que estão lutando para o bem dos nossos proprietários.

O meu muito-obrigado a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Com a palavra a senhora Rosângela Fávero, do Fórum Permanente da Agenda 21, de Xanxerê.

**A SRA. ROSÂNGELA FÁVERO** - Bom-dia a todos. As questões que eu trago em nome do Fórum realmente são técnicas, porque nós tivemos acesso, através de algumas pessoas que compõem o Fórum, ao projeto de lei.

Nós deixamos bem claro que não somos uma entidade ambientalista. Nós não acreditamos em desenvolvimento sustentável sem equilíbrio socioambiental. Agora, nós temos algumas perguntas técnicas a fazer a respeito dessa lei.

Temos no artigo 6º a definição de banhado. Ele define banhado como espelho d'água mantido em dois terços do ano. Nós sabemos que isso não existe no município de Xanxerê, a maioria dos banhados não apresenta espelho d'água. Além disso, quando fala em proteção de banhado, define um metro em torno do banhado.

Nós temos uma pergunta técnica a fazer: um metro é suficiente? Já que falamos das metragens a mais, nós estamos perguntando se esse um metro é suficiente. Nós sabemos que banhado com espelho d'água não existe em Xanxerê. A gente quer saber se um metro é suficiente em torno dos banhados.

Sobre as nascentes, ele define nascente como dando início a curso d'água. Isso quer dizer que se não tiver curso d'água não é nascente? Essa é uma pergunta. E fonte? Fonte não existe mais? Essa também é uma pergunta que a gente deixa. Isso está no inciso 40 do artigo 6º.

O artigo 108 fala em áreas de proteção especial. As bacias do Ditinho e do rio São José, de Chapecó, deixam de ser proteção especial. A gente já sabe o que eles passam hoje tendo a bacia como de proteção especial, então a gente quer saber o que vai acontecer daqui para a frente. Nós sabemos que em Xanxerê continuam jogando dejetos de suínos no rio, inclusive, dejetos de casas, há loteamentos que não respeitam a bacia.

Então a gente está perguntando o seguinte: se vão terminar com essa proteção especial, o que vai ser regulamentado, os 5 metros? Porque o rio Ditinho tem menos de 10 metros. Serão 5 metros de faixa de preservação para um rio que abastece uma cidade?

O artigo 115 fala nas áreas de preservação permanente e não fala que é em situação consolidada, não faz essa diferenciação. Eu vou falar em rios que têm 10 metros, porque em Xanxerê nós só temos dois que têm mais que isso, que é uma parte do Chapecó e a parte do Irani que faz a divisa, por isso nós falamos de todos. Ele fala em cinco metros.

Fizeram algum estudo sobre esses 5 metros? Nós sabemos que em Xanxerê 5 metros não funcionaram. Nós tínhamos 5 metros definidos na cidade durante quatorze anos e nunca preservaram isso. Agora faz um ano e meio que temos um PAC que fixou em 15 metros. E nesse um ano e meio já começaram a recomposição da mata ciliar - tem uma escola que encabeçou o projeto, a prefeitura foi atrás, assim como a Secretaria de Políticas Ambientais e nós temos recomposição de mata ciliar.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Peço que respeite o tempo.

**A SRA. ROSÂNGELA FÁVERO** - *O.k.* Acho que a gente ouviu bastante. Eu tenho questões técnicas, sinto muito.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Mas são dois minutos para cada um. Temos mais quinze pessoas inscritas e todas precisam de tempo para falar.

**A SRA. ROSÂNGELA FÁVERO** - *O.k.* Desculpe.

Outra coisa que não achamos em lugar nenhum indicado: o que seria dado de incentivo financeiro e previsto de metragem para quem preservar?

Na verdade, ele abre os limites para a destruição, mas não beneficia quem preservou e quem quer preservar.

Então, a gente quer saber onde estão os levantamentos do Estado, o mapeamento com a quantidade de mata que existe, pois a gente também não viu isso. A gente tem certeza de que a mudança do modelo econômico perverso que foi instalado aqui é uma necessidade para que se tenha esse equilíbrio para ter um desenvolvimento sustentável.

Então, em nome do Fórum, é isso que nós deixamos.

Eles pediram que eu entregasse ao deputado Colatto o documento Agenda 21 que foi feito pela população de Xanxerê.

Obrigada. (*Palmas e vaias.*)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - As respostas para as perguntas formuladas serão dadas no final pelas pessoas que apresentaram o Código Ambiental.

Com a palavra o senhor Irineu Valdomeri, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmitos.

**O SR. IRINEU VALDOMERI** - Bom-dia a todos.

Gostaríamos de dizer que já foi colocado aqui antes que parece (parece, não, nós temos certeza) que o tratamento dado à população brasileira é diferenciado entre rural e urbano. Se a gente olhar, os dejetos do meio urbano, das pequenas cidades são jogados a céu aberto nos rios; os postos de combustíveis jogam tudo nos rios; as construções na cidade estão sobre o leito do rio, mas parece que não é dado o mesmo tratamento para o agricultor. E eu provo: há poucos dias a gente ficou sabendo que vão diminuir o tamanho da barragem de Itapiranga e que vai ser construída uma em Caibi para não atingir a cidade de Mondai. Agora, quando se trata do agricultor, não se faz esses levantamentos, ele é desalojado de qualquer forma. Então, é uma injustiça que se comete com o agricultor. A gente gostaria que isso fosse revisto.

Também não foi falado em momento algum aqui hoje sobre os agrotóxicos, o que me deixa preocupado, porque nós queremos produzir, mas também não podemos destruir a natureza. Não foi falado em agrotóxico - eu prefiro dizer veneno mesmo! Isso nos leva a uma preocupação com relação à proposta, porque parece que apareceu alguma coisa sobre a reserva coletiva. Eu sei que tem algumas coisas de vantagem na reserva coletiva, principalmente para a flora, mas o pequeno agricultor não vai ter dinheiro para comprar a sua cota na reserva coletiva; em segundo lugar, vai desapropriar ainda mais os pequenos proprietários, que vão vender as suas terras para a formação da reserva coletiva; e, em terceiro lugar, vai ter agricultor que vai se achar no direito de derrubar o resto da mata que tem na propriedade onde mora, já que vai fazer parte da reserva coletiva lá no outro município ou na outra comunidade. Então, a reserva coletiva é preocupante.

Nós estamos propondo o seguinte: queremos que sejam revistos e flexibilizados os casos de construções de aviários, pocilgas e congêneres que foram construídos há tempos. Os agricultores não foram orientados, não sabiam das leis ou, às vezes, as agroindústrias omitiam as informações para eles. Nos casos em que não houve solução, que esses agricultores sejam indenizados pelas agroindústrias, porque não se pode agora simplesmente fechar o aviário, como aconteceu com um vizinho meu, que tem 28 metros da sanga e está com o aviário condenado por causa de 2 metros. Isso é a maior barbaridade que eu já vi!

Também estamos propondo, mas sei que é uma questão difícil, pois talvez fira a Lei Maior, a redução de 20% para 10% da área, mas com a condição de reflorestar com árvores nativas da região, porque hoje o que a gente está vendo é deixar 20%, mas abandonada, não precisa reflorestar - pelo menos é essa a informação que a gente tem.

Então, nós propomos a redução de 20% para 10%, mas com o reflorestamento de árvores nativas da região.

Por último, que o custo de toda a documentação de averbações e congêneres seja pago pelos órgãos públicos ou pelas agroindústrias. Não é possível! Tem gente que preservou a vida inteira e agora está tirando quase que o pão da boca do filho para pagar as averbações de áreas. Isso não dá para aceitar! Por outro lado, nós queremos dizer que somos defensores do meio ambiente, da produção orgânica e da diminuição do químico.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Com a palavra o senhor José Luiz Catusso, agropecuarista de Campo Erê.

**O SR. JOSÉ LUIZ CATUSSO** - Bom-dia a todos.

Quero parabenizar os nossos colegas agricultores, que estão presentes em massa com os representantes legítimos do povo, e a Assembléia Legislativa, por trazer este evento em forma de audiência pública até a população.

Para o agricultor, é difícil ter esse contato com os senhores.

Esse projeto é iluminado, é muito bom. Por si só, deve assim ser aprovado. É essa a minha opinião.

Essa área consolidada vem a calhar para o nosso agricultor, para que possa manter aquilo que já é seu pela segunda geração, pela terceira geração e, talvez, pela quarta geração. Ali seus pais edificaram e ali ele continuou para que pudesse sustentar a sua família.

Quero fazer uma queixa aos senhores: existe uma rixa entre ambientalistas e proprietários de terra, agricultores aqui. Claro, o agricultor como vilão e o ambientalista como bom moço.

Quero dizer aos senhores que nós, agricultores, também preservamos. Nós, agricultores, também somos ambientalistas e sabemos a maneira de preservar.

Não somos contras os ambientalistas. Graças ao estudo deles é que podemos adequar a nossa propriedade.

Existem alguns ambientalistas muito idealistas, buscam idéias internacionais para empregar aqui, mas a Assembléia Legislativa, através do governo do Estado, traz um projeto que serve para cada um de nós e para a nossa região.

Há necessidade, sim, de que isso seja aprovado o quanto antes.

Aos senhores deputados federais, na pessoa do meu deputado Maldaner, aqui presente, quero dizer que as leis federais sejam mais auto-aplicáveis, para que os órgãos depois não venham regulamentá-las e legislar em seu nome e em nome de todos, criando portarias e alguns regulamentos a mais que penalizem o nosso povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Concedo a palavra ao senhor Vilson Marcos Testa, do Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar, de Chapecó.

**O SR. VILSON MARCOS TESTA** - Bom-dia a todos. Eu vou direto ao assunto.

Dentro de uma visão integrada de desenvolvimento sustentável, parece-me que é importante também demarcar reservas de fauna e flora por mesorregiões do Estado para preservar as espécies.

Dito isso, dentro dessa visão integrada, é preciso um recorte de renda para quem preserva a natureza, sim. Aí eu proponho dois subitens: um fundo que remunere o serviço na natureza em até 5 hectares por estabelecimentos de até 50 hectares de área e, acima disso, um fundo de mercado de créditos para serviços na natureza. Isso tem um interesse estadual e macrorregional brasileiro importante.

Imaginem vocês grandes estabelecimentos agrícolas que têm interesse em cana-de-açúcar, o Proálcool, o Brasil Central, e não têm áreas para manter a sua reserva! Através dessa bolsa de mercado, as áreas excedentes, acima de 5 hectares, poderiam ser preservadas aqui, recebidos os créditos aqui e pagos por entidades produtoras de cana-de-açúcar do Brasil Central, por exemplo. Isso vale também para os frigoríficos e para as nossas grandes indústrias.

Querida lembrar que os agricultores disseram aqui que pagam uma conta grande - o suinocultor fica só com 3% do valor da produção. Então, quem vai pagar o restante do custo da água e do ambiente? Não pode ser o suinocultor!

Quero lembrar também que os avicultores e os avicultores são algo como oito mil a dez mil estabelecimentos - temos 88 mil estabelecimentos no oeste catarinense, por exemplo. Todos os demais seriam beneficiados por esses outros instrumentos. E não só se preocupar com o avicultor, ou suinocultor, ou produtor de leite, que já são muitos e são extremamente importantes - eu poderia depois materializar, operacionalizar mais claramente essa proposta.

Acima de área de reserva legal, 20%, eu proponho que os agricultores possam utilizar livremente essas áreas, já incluída a preservação de cursos d'água e de Área de Preservação Permanente na contabilidade. Que eles possam usar desde que tenha conservação do solo e da água com planos técnicos e técnicos que se responsabilizem. Aí nós vamos ter que entrar com um zoneamento técnico para definir claramente, como disse a colega de Xanxerê, o que é tecnicamente em cada caso. Parece-me que tem pouca discussão entre os técnicos. Quando há uma discussão judicial, tem um perito do Fórum e um perito técnico de cada uma das áreas litigantes, certo? Isso, me parece, faz muito pouco da visão quando se trata das leis.

Por fim, queria lembrar que os agricultores com até 50 hectares teriam, teoricamente pela lei, a responsabilidade do Estado de prover os meios e os custos para fazer a demarcação e a averbação da reserva legal. Então, eu proponho que vocês estudem medidas para acionar os governos; até que esses meios e custos não sejam disponibilizados, esteja *sub judice*, que sejam suspensas as punições aos agricultores.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Concedo a palavra ao senhor Paulo Munari, agricultor de Chapecó.

**O SR. PAULO MUNARI** - Em primeiro lugar, quero cumprimentar os agricultores, os colegas de atividade, a Assembléia, as autoridades e a Justiça.

Para mim está claro que o que nós estamos discutindo e colhendo hoje é fruto do modelo de desenvolvimento adotado na nossa região e no Estado a partir dos anos 1960 e 1970. Muitos deputados há tempo atuam nisso. O Colatto é um grande propulsor disso. Antes de entrar na vida política, ele atuava como engenheiro agrônomo.

Enquanto tinha recursos naturais para tirar das terras da região, nós fomos incentivados pelas indústrias, fomos incentivados pelas empresas, que vendiam máquinas para motivar o desenvolvimento. O que sobrou para nós agora é uma terra desgastada, as dificuldades, as leis ambientais, que já existiam na época e ninguém se dava conta de estar mexendo com isso, era passado por cima. Agora a conta ficou para nós pagarmos.

As indústrias só se coçaram quando os países importadores começaram a colocar imposições para importar os produtos. Enquanto eles importavam carne de nós, do Brasil, sem cobrar a legislação ambiental, as indústrias não se preocupavam com isso e foram também sugando os agricultores. Então, não é justo que hoje elas venham só cobrar, ou cobrar só das autoridades ou cobrar dos agricultores.

Eu queria dar uma contribuição aqui. Eu acho que nos rios de classe A tem que ter uma definição, porque não vi no Código nada a respeito disso. Exemplo: eu moro em bacia de rio de classe A aqui em Chapecó, vizinhos meus pararam com a atividade e eu serei o próximo, porque a gente não pode colocar dejetos de suíno na lavoura, segundo o promotor, em banhado não se pode mexer! Mas o empresário que tem dinheiro compra a chácara do meu vizinho, põe uma máquina, inclusive máquina pública, tira todo o barro do banhado, faz um açude, faz uma sede muito bonita e consegue ordem da Fatma para fazer o projeto. Isso pode! Outro pega uma máquina, também pública, aterra um banhado, faz uma sede, faz um campo de futebol. Isso pode! Isso é produtivo! Então, essas coisas têm que valer para todos.

Eu acho que cada um tem que fazer a sua parte, e com seriedade. Aquele agricultor humilde que está lá trabalhando, que os pais deixaram a terra para ele; que os avós ali se instalaram, está fazendo a sua parte. Eu estou fazendo a minha parte, tenho consciência disso que estou fazendo, tenho consciência da preservação, mas por que a Justiça não faz a sua parte com coerência, por que os políticos não fazem a sua parte com coerência?

Hoje o plenário está cheio, está muito bom para fazer discurso, mas será que vocês vão aprovar o projeto com o propósito de produção de alimentos, de dar sustentabilidade ao agricultor e de dar uma melhor qualidade de vida para quem está na cidade e precisa comprar? Ou vocês, na hora de assinar, vão pensar naqueles que patrocinam as suas campanhas? (Palmas.)

Em relação às taxas, a taxa que a Fatma cobra para as licenças é pequena em relação às que os técnicos e engenheiros cobram do projeto - são R\$ 600,00, R\$ 700,00. Enquanto 20% são taxas, o restante é projeto. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Com a palavra o senhor Selvino Pereira da Silva, vice-presidente da Microbacias 2 do Médio Baixo Rio Vermelho, de Abelardo Luz.

**O SR. SELVINO PEREIRA DA SILVA** - Bom-dia a todos.

Eu quero mostrar a indignação que nós temos dessa lei do Ibama e da Fatma, porque eu também já fui um dos agricultores dentro desses dez hectares que vocês falaram - tenho 60%, 70% de mata que não posso desmatar porque a minha terra é só essa, mas aí o Ibama, por denúncia de alguém, vem e simplesmente chega à casa da gente e multa, e mais crime ambiental, porque eu estava ralhando três hectares de mata - dos dez hectares, eu só ocupo dois. Estava ralhando três hectares de mata e fui multado pelo Ibama. Recolhi a multa, mas não vou pagar! Nem que eu tenha que pagar na cadeia!

Então, eu falo aos senhores deputados da nossa indignação com relação a essa lei que está aí - sou assentado, moro em Abelardo Luz, sou vice-presidente de uma microbacia com 185 agricultores.

É praxe o Ibama aparecer nos assentamentos de Abelardo Luz. Agora, em outras partes não aparece. Nos assentamentos, a gente enxerga o carro do Ibama e sabe quem vai ser a próxima vítima, porque quase toda semana ele persegue os agricultores. E eles são bastaste denunciados pelo Inbra, mas não vêm nas reservas legais do Inbra que estão desmatando. Isso acontece nos assentamentos de Abelardo Luz. O próprio Inbra sabe, mas não vai em cima. Agora, se um pequeno agricultor... Lá o Ibama vai, porque é só um. (Sic)

Essa é a indignação que temos como agricultor e assentado de Abelardo Luz: o descaso que tem lá. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Antes de passar a palavra ao senhor Olices, quero dizer que as taquígrafas da Assembléia estão registrando todas as sugestões, mas, se for possível, peça que as entreguem por escrito à mesa ou ao pessoal da assessoria, pois é importante para nós, depois de compilar a audiência pública, ter essas informações. O site da Assembléia também está aberto para as sugestões ao Código Ambiental.

Passamos a palavra ao senhor Olices Antônio Catusso, do Sindicato dos Produtores Rurais de Campo Erê.

**O SR. OLICES ANTÔNIO CATUSSO** - Bom-dia a todos.

Para mim, como sindicalista, é um prazer muito grande ver tantos agricultores juntos. São poucas vezes que o agricultor tem coragem de quebrar a casca, abrir a porteira da propriedade e sair para buscar os seus direitos.

Senhores deputados, essa presença maciça de agricultor aqui quer dizer que nós queremos provar para os senhores e para a sociedade que não somos bandidos como somos tachados quando multados, quando o agricultor aparece na mídia porque desmatou ou porque não preservou a sua propriedade. Na verdade a gente quer, além de persistir, progredir na nossa propriedade. Nós queremos persistir e progredir. Nós não queremos ficar apenas com um salário de fome na nossa propriedade, nós queremos progredir na atividade. É isso o que o agricultor está buscando aqui em Chapecó hoje.

Eu quero dizer para os senhores que o agricultor é o único penalizado. Na verdade, para ele é difícil sair da sua propriedade e vir até a cidade mostrar o seu valor. Às vezes é difícil, ele tem que ficar na atividade leiteira, agrícola, e não consegue vir. Eu quero citar o exemplo da bacia de captação da cidade de Campo Erê: os pequenos agricultores tiveram de assinar o Termo de Ajuste de Conduta para preservar a água de Campo Erê. Quanto mais limpa a água, mais dinheiro ganha a empresa que capta a água de lá, menos gasta para entregar a água para o consumidor na cidade. Sabem com quanto ela colaborou na preservação? Com nada. Agora, os agricultores estão com o Termo de Ajuste de Conduta no fórum e todas as sanções legais estão correndo.

Então, é preciso apurar as responsabilidades dentro do processo. Nós precisamos saber quem é quem dentro do processo. O agricultor não é o único responsável. Quando o cidadão que mora na cidade puxa a descarga lá no vaso (é claro que ele tem os seus direitos, não estou desmerecendo), ele também tem responsabilidade com o meio ambiente. Essa responsabilidade precisa ser cobrada, ela também tem que aparecer em lei, não só para o agricultor.

Só para terminar, quero dizer que concordo com o que a doutora Samanta colocou sobre a questão da reserva coletiva. Campo Erê tem 19 mil hectares de área de latossolo de classe 2. Se tivermos que buscar 20% de reserva legal, gente, pensem no abalo do nosso município! É claro que cada município tem suas particularidades, mas se for possibilitada dentro dessa lei a questão da reserva permanente coletiva e em forma de condomínio, além de viabilizarmos a atividade agrícola no nosso município, não haverá prejuízo para ele - isso ocorre com Campo Erê, Abelardo, Xanxerê, Palma Sola, que têm características de solo e topografia iguais.

Quero dizer que se não tomarmos uma atitude nós vamos perder terras nobres e agricultáveis de Santa Catarina, que permitem a agricultura mecanizada. Tem áreas de latossolo altamente produtivas.

Então, quero dizer aos senhores que nós precisamos buscar, dentro desse projeto, alternativas aos produtores, e aí, claro, especificando as regiões. Que nós possamos dar liberdade ao agricultor de fazer as reservas permanentes coletivas, possibilitando a agricultura e aproveitando todas as áreas agricultáveis do nosso Estado.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Passamos a palavra ao senhor Jacson Murilo Valdomeri, da Organização Não-Governamental Kirka.

**O SR. JACSON MURILO VALDOMERI** - Meus amigos, nós somos irmãos. Não somos diferentes. Nós somos a mesma espécie, somos seres humanos. Estamos aqui, agora, reivindicando uma harmonia, queremos nos harmonizar. Nenhum de nós aqui está buscando outra coisa que não a felicidade e o amor, e essa felicidade e esse amor nós só vamos conseguir se nos harmonizarmos com o meio onde a gente vive. Nós devemos harmonizar as nossas relações.



Sei que vocês estão pensando que talvez nessas discussões todas se começa a separar ambientalistas de agricultores. Não! Se estamos aqui é para colaborar com vocês. Nós sabemos que vocês plantaram muito mais árvores do que as pessoas que estão aqui nesta mesa. Nisso eu acredito, porque visito vários lugares do interior.

Para não me alongar muito, vou me fixar nisso que escrevi aqui neste momento. Eu quero apontar três coisas que acredito muito importante discutirmos. A primeira é que temos que pensar no essencial da vida. O essencial para a nossa vida, o que é? É o oxigênio, é o alimento. O que mais? Vamos pensar juntos? É a água. Nós temos que ter esses elementos. Sem eles não seremos mais seres humanos, viraremos pó, quem sabe baratas.

Portanto, o essencial é isso, e para que isso aconteça, temos que ter temperatura; e para que tenhamos temperatura, precisamos de árvores; e para que tenhamos árvores, precisamos abandonar algumas práticas, seja na cidade ou no meio rural. Nós temos que melhorar este planeta, porque este planeta é a vida. A sua essência são as árvores, que considero minhas irmãs.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Seu tempo está se esgotando.

**O SR. JACSON MURILO VALDOMERI** - Quem pode preservar? O Poder Público pode preservar. Onde estão as unidades de conservação neste Estado? Cadê as unidades de conservação? (Vaias.)

Que bom que vocês podem se manifestar! O uivo de vocês acrescenta mais vida a mim, porque sei que vocês podem fazer isso conosco.

Eu quero dizer que o Poder Público pode muito, pode criar unidade de conservação, e isso vai proteger a unidade de vocês.

Quem pode preservar também são os agricultores e os produtores rurais; quem pode preservar são os consumidores, porque a todo o momento que estamos consumindo estamos tendo problemas. Então temos que pensar...

*(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Senhor Jacson, o seu tempo está esgotado. Tem que ser respeitado o tempo dos outros. São dois minutos para cada pessoa e o senhor já ultrapassou.

*(vaias.)*

*(Manifestação ininteligível fora do microfone.)*

Para concluir, mais trinta segundos.

**O SR. JACSON MURILO VALDOMERI** - Os demais proprietários rurais que não estão aqui também precisam preservar. Todos os seres humanos precisam preservar. Nós atuamos neste planeta e a nossa atuação o está degradando. Não são só os agricultores. No discurso, pode até parecer que sim, mas não são.

Eu quero dizer o seguinte: quem são os beneficiados com tudo isso? Somos todos nós. E cabe ao Poder Público auxiliar os agricultores. Tem que ter uma forma de auxiliar! Como o Poder Público vai fazer para auxiliar os agricultores? Vai fazer através dos impostos que são cobrados das pessoas que estão produzindo, não só dos agricultores, mas de toda a produção. Então, vão cobrar de todas as pessoas os impostos devidos nas cidades. Com esses impostos, vamos auxiliar os agricultores a ter árvores, a preservar o meio ambiente. Nós temos que fazer isso. Não é difícil. E muito fácil colocarem os ambientalistas contra vocês e vocês ficarem uivando contra os ambientalistas. Isso é muito fácil! Agora... (Vaias.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Eu vou pedir ao amigo para concluir, porque as demais pessoas que querem falar têm que ser respeitadas.

Com a palavra ao senhor Rafael Andrin Crestani, professor de Gestão Ambiental da Unoesc.

**O SR. RAFAEL ANDRIN CRESTANI** - Bom-dia a todos.

Eu sou engenheiro agrônomo, engenheiro Ambiental, professor de Gestão Ambiental e Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Unoesc e gostaria de fazer duas perguntas ligadas à questão ambiental na agricultura. A primeira delas está ligada às áreas de preservação permanente. A gente sabe que para se ter dados científicos é preciso tempo para que sejam realizados estudos. Não adianta ficarmos falando em 30 metros, em 5 metros.

Eu gostaria de perguntar o seguinte: temos tempo para realizar esses estudos? Há interesse do Estado em realizar parcerias com as universidades catarinenses para fazer esses estudos?

Não sei se é pertinente, mas gostaria de fazer uma pergunta ao representante das cooperativas: a gente sabe que são poucas as cooperativas de Santa Catarina que cumprem seu papel social e ambiental de forma honesta, de que forma elas podem melhorar ou reverter esse quadro?

Por fim, gostaria de comentar que o Código Ambiental é uma excelente idéia e a nossa legislação já é uma das mais completas do mundo, o que falta é uma maior fiscalização no meio rural e no meio urbano.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Com a palavra a senhora Claidi Todescatt, de Chapecó.

**A SRA. CLAUDI TODESCATT** - Bom-dia a todos.

Como o meu amigo Jacson Valdomeri falou, somos todos amigos e irmãos. Sou pedagoga, trabalho na Prefeitura de Chapecó há 23 anos, sou especialista em supervisão escolar e fiz mestrado em gestão e auditorias ambientais. Amo o que faço, amo trabalhar na capacitação de docentes e com a educação.

Gostaria de dizer que nesse final de semana, nesse feriadão maravilhoso, tivemos a oportunidade impar para desmentir o que muitos dos senhores falaram. Nós viajamos por dentro do rio Uruguai, do Porto Goio-Em até a divisa com a República da Argentina. Foram 284 quilômetros de barco, acompanhados da Marinha do Brasil, do Ministério Público, da Polícia Ambiental e de muitas outras entidades que tiraram dinheiro do bolso - isso porque não temos apoio de nenhum dos senhores, portanto, do Poder Público *(palmas)*. Nós viajamos pelo rio Uruguai porque amamos o lugar onde vivemos.

Sou gaúcha, mas moro em Santa Catarina há 24 anos. Presido uma organização, com trezentas famílias, que defende arte e educação ambiental. Somos pequenos, mas não somos fracos, o nosso poder está no conhecimento, na contribuição e na bondade que podemos dar.

Senhoras e senhores, o leite do rio Uruguai está sendo degradado. Só no município de São Carlos tem mais de cem pescadores autorizados a degradar em pleno período de defeso da piracema. Os senhores não acreditam no tanto de tralha de pesca que pegamos, no desmatamento, no tanto de agrotóxico e de esgoto que a gente viu... Não dormi direito nessa noite.

Ninguém está contra o produtor nem contra ninguém. Estamos, sim, a favor da preservação, da qualidade de vida e cansados de demagogia. Tínhamos aqui um ecomuseu que defendia um trabalho, mas um prefeito incompetente o demoliu; tínhamos aqui um processo continuado à educação ambiental, mas muitas autoridades em vez de apoiar, cerceiam e punem as pessoas que se dedicam.

Nós precisamos de apoio e de união, como o Jacson disse, e como diriam muitas outras pessoas que não foram ouvidas aqui por falta de tempo. Então, isso não é democracia! Muitos dos senhores falaram, especialistas e doutoras, mas escutam? Não, não têm paciência para escutar! Pois eu lhes digo: o primeiro princípio da educação é saber ouvir. Se estamos numa audiência, temos que saber ouvir. E aqui somos a maioria. Teria que ter mais tempo, sim, para sermos ouvidos. Temos experiências riquíssimas!

Eu pergunto: o que a Fatma faz em termos de educação ambiental. Em 23 anos, em Chapecó, eu não vi uma iniciativa pró-ativa nessa área. Eu não culpo o Bernardo, não culpo ninguém, e coloco-me também como responsável. O que estamos fazendo, separando a água e as pessoas do meio ambiente? É esse o tipo de Código que queremos? Muito obrigada.

Vou dedicar a minha vida, e não estou sozinha, pois temos duas Associações, os Amigos do Rio Uruguai e a Acemat. Somos poucos, em torno de quinhentas famílias, mas não somos fracos.

E vou lhes dizer mais, com o conhecimento técnico que tenho e inclusive para defender a minha família que também depende da agricultura: é mentira que as araucárias não estão em extinção, que estudo científico o senhor tem?

A nossa Associação, Acemat, tem mais de trezentas famílias na região sudoeste do Paraná, que é logo ali, do lado da maior reserva de araucária do mundo, na área indígena de Mangueirinha, que está sendo degradada pelo Inkra, pelos sem-terra e pelos grileiros que lá estão. O que as autoridades nacionais e federais estão fazendo? Nós, os fracos, estamos ajudando, sim, a defender isso com o Ministério Público de Pato Branco.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Passamos a palavra ao senhor Leonardo Papp, advogado.

**O SR. LEONARDO PAPP** - Muito bom-dia a todos.

A minha fala é no sentido de contribuir, complementar o que já foi comentado pela doutora Samanta e pela doutora Juliana, em relação a algumas discussões jurídicas de pontos específicos do Código.

Tem-se feito o discurso de que estamos absolutamente engessados no que diz respeito à produção de leis na legislação estadual, em razão da existência da legislação federal. Eu gostaria de jogar esse assunto à reflexão, por quê? Porque essa fala, essa interpretação não é a única possível, e talvez não seja a mais adequada. É importante que saibamos que, sim, existem limites para a legislação estadual, mas que também existem limites para a legislação federal, em matéria ambiental. E que tanto para um caso quanto para o outro, quem estabelece esses limites é a Constituição Federal.

Então, a interpretação adequada vai depender de como lermos a Constituição, e é isso que eu proponho. A Constituição, no início dos seus artigos, preocupa-se em estabelecer princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, e é emblemático chamar de fundamentais esses princípios. Quais são eles? Vou enumerar alguns, não sou eu que estou criando, está no artigo 1º a 3º da Constituição: busca do pleno emprego; redução das desigualdades regionais; erradicação da pobreza; desenvolvimento nacional; e destaque esse último, dignidade da pessoa humana.

Ora, se esses são os princípios fundamentais da República Federativa, instituídos na Constituição, qualquer outro direito previsto, inclusive na própria Constituição, está atrelado ao cumprimento desses princípios, e não é diferente em matéria ambiental. Então, a legislação ambiental deve estar atenta ao cumprimento desses princípios fundamentais.

Especificamente em relação à questão ambiental, temos o artigo 24, parágrafo 1º, que diz que lei federal só deve estabelecer normas de caráter geral. Compreendido esse cenário, eu me pergunto: a legislação federal que temos hoje, se aplicada em Santa Catarina, vai ao encontro desses princípios fundamentais ou não, vai contrariamente?

E mais do que isso, a legislação federal que temos hoje, se aplicada em Santa Catarina, se resume a estabelecer normas de caráter geral ou entra nas especificidades, nas peculiaridades do nosso Estado?

Então, o debate que me parece interessante é sobre qual o limite constitucional da nossa norma e não o debate esquizofrênico de que nós na legislação estadual nada podemos fazer. Se a nossa norma for adequada, se ela atender aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, eu ousar dizer, dificilmente nós teremos uma derrota sobre o prisma da inconstitucionalidade.

Era esta a contribuição: dizer que não há uma única forma, existem outras maneiras, talvez mais adequadas, de se interpretar juridicamente esse problema à luz da Constituição.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merisio)** - Com a palavra o senhor Avelino Sonforozo, agricultor de Xaxim.

**O SR. AVELINO SONFOROZO** - Bom-dia a todos os agricultores que estão presentes nesta manhã. Quando cheguei aqui fiquei só assistindo, porque é difícil assistir duas frentes debatendo e explicando as coisas.

Mas o meu assunto é um pouco diferente dos outros, é pequeno, é dois toques.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xaxim não pode vir e pediu-me para representar o sindicato, que tem mil e poucos associados, e viemos mais ou menos com 40 pessoas.

Olha gente, ficamos bem animados com o projeto que foi colocado aqui, para sairmos da escravatura da colônia, porque esse negócio de ter a terra e não poder plantar, ter as coisas e ser explorado, é muito triste.

Vou contar o meu caso: estou com quase 70 anos, moro na mesma moradia, minha casa tem mais de 50 anos, tenho nove filhos (eu e a minha patroa é claro) dois ainda estão morando comigo (começa com dois e termina com dois) e o resto está na cidade. Tenho 30 hectares de terra (é capoeira) e os filhos foram estudar na cidade. Agora, com essa mãozinha do governo, é hora de voltar para colônia. Está melhorando um pouco. Tem tudo que falaram aí? Tem, é verdade! Mas alguma coisa também melhorou. Mas não dá para vir, por quê? Porque agora não posso roçar as capoeiras, os capoeirões (risos). Então vão ter que continuar. Fala-se muito que o pessoal vai para cidade, mas ficar no mato para fazer o quê, se não dá para cortar uma vara! É uma coisa bem delicada.

Queremos agradecer a vocês, ao Hilário (meu patrão, o homem da Fetaesc) e aos de Brasília que conhecemos, também vamos às reuniões.

Acho muito bom a presença do agricultor hoje aqui, isso valeu a pena. E não vão pensar que são só esses aqui, ainda têm muitos mais para vir.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merisio)** - Com a palavra o senhor Adirlei Carlos Santian, vereador de São Lourenço do Oeste.

**O SR. VEREADOR ADIRLEI CARLOS SANTIAN (São Lourenço/SC)** - Bom-dia a todos. Quero cumprimentar os amigos da mesa e os deputados.

Como a grande maioria dos senhores que estão aqui, eu também sou leigo em relação ao Código que está sendo apresentado nesta manhã. Somente agora tive a oportunidade de acompanhar a explanação da representante do governo do Estado, e talvez por isso faça alguns questionamentos. Eu tinha apenas dois questionamentos, mas o meu amigo Valdir pediu-me para fazer um outro.

Uma questão, já falada, é quanto à atividade consolidada considerada no Código. Estive acompanhando alguns levantamentos feitos pela

Fatma onde foi considerado, por exemplo, acima de dez anos, doze anos, como uma atividade já consolidada. Mas e aquelas famílias que construíram o seu aviário, o seu chiqueirão há seis anos, sete anos? A partir de quanto tempo vai ser considerada essa consolidação? Os produtores que já têm esse aviário construído, o chiqueirão construído há um ano, dois anos, três anos, serão considerados consolidados ou não? Gostaria que isso fosse considerado.

Outra questão: gostaria que os nobres deputados citassem, para os produtores que estão nos assistindo, quais as distâncias que estão sendo propostas pelo Código Ambiental, ou será feita uma regulamentação posterior? Que distância? Ouvi alguma coisa sobre 5 metros com relação à mata ciliar, mas não ouvi nada a respeito das áreas declivosas.

Sabemos que inúmeros municípios estão incentivando a atividade de reflorestamento, principalmente em áreas mais declivosas. Que declividade será considerada? Gostaria que isso também fosse apresentado, se possível hoje, para que o pessoal ficasse ciente. E também das instâncias de construção que futuramente serão determinadas.

Por último, a consideração e o questionamento que o meu amigo Valdir solicitou, no sentido de que a lei definisse as taxas cobradas pelos cartórios, pois há cartórios que cobram um valor e outros cobram outro, e para quem deveria ser gratuito.

Seria isso. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merisio)** - Obrigado.

Com a palavra o senhor João Francisco Teixeira, da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Oeste.

**O SR. JOÃO FRANCISCO TEIXEIRA** - Bom-dia senhoras e senhores presentes, nobres deputados.

São apenas algumas colocações, diante do que foi elencado e documentado pelos deputados e pela expositora. Estranhei que nos artigos 19, 20, 21 e 22, na questão dos representantes para montagem do programa, aparecem os representantes do governo e do setor produtivo; da sociedade civil não. Até tenho a informação, de algumas pessoas que foram representar entidades, que a coisa já estava meio elaborada, meio fechada.

Acho que a sociedade civil deveria estar presente tanto aí quanto na questão do artigo 26, que trata do Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento.

Seria interessante ter organismos da sociedade civil também sendo representados, pela questão de definir onde vai investir esse dinheiro, se é só para a Polícia Ambiental, para a Fatma.

O artigo 26 fala muita coisa ali, mas não fala na questão de financiar estudos e pesquisas relativas ao meio ambiente e da questão de contratação de perícias técnicas, não é?

Tive a informação, conversando com um colega, de que um dos órgãos que deveria ou que faz esse trabalho de fiscalização e orientação, a Fatma, - alguns colocam que não há trabalho de divulgação e conscientização, relativo ao meio ambiente, executados pela Fatma -, abriu concurso para contratação na nossa região (considerando a regional de São Miguel do Oeste e Chapecó, temos em torno de 79 municípios, e agora abriu um posto avançado em São Miguel do Oeste) de um técnico. Coisa linda, não é? O colega que me deu a informação disse: eu nem me inscrevi, porque sendo uma vaga, vou morrer tentando.

Outro detalhe que eu achei interessante: a dispensa da LAO diante de parecer motivado. Então, no artigo 54 ele cita que se a Fatma não se manifestar em sessenta dias a Licença Ambiental de Operação ou a Licença Ambiental tem que ser automaticamente liberada. Eu acho um erro, porque aí vai criar um balcão de negócios, pois sabemos que tem funcionários e funcionários, não é? Eu acho meio complicado isso aí. São apenas essas duas pequenas questões.

Com relação ao concurso da Fatma, o colega ali disse que no mínimo tinham que contratar vinte. Eu acho que deve haver um estudo do órgão ambiental, da Fatma, sobre isso, ela deve saber quantos funcionários precisa ter. Eu sei que funcionários da Fatma em Chapecó têm dois, o resto é contratado, subcontratado, cedido por entidades, ou seja, ninguém tem o poder no órgão ambiental, a não ser essas duas pessoas. Eu acho que faltam técnicos habilitados para a área. Tem um biólogo, que é o Bernardo, e tem um engenheiro de produção civil, que é o Luiz, mas não tem outros funcionários. Alguns são cedidos pela Epagri, mas não são funcionários da Fatma e não podem assinar. Fica meio complicado isso aí. Eu acho que deveria ser feita alguma coisa para regularizar essa situação.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merisio)** - Para concluir, passamos a palavra ao senhor Franklin Silveira de Brum Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB (subseção de Chapecó) e diretor regional do Crea.

**O SR. FRANKLIN SILVEIRA DE BRUM JÚNIOR** - Bom-dia a todos. Também quero parabenizar a Assembléia pela iniciativa.

Como foi falado aqui tanto por ambientalistas como por produtores, esse conflito entre categorias não é positivo para ninguém, nem para o meio ambiente. Então, isso tem que ser pensado mesmo. E o produtor tem sido, com certeza, a maior vítima de tudo isso que está acontecendo.

O que vemos é que estamos passando de um momento altamente permissivo da legislação para um momento altamente restritivo. Não houve um tempo de adaptação de conceitos. O que vemos é que aqui na nossa região, especificamente, esse é um processo cultural. Eu tenho dito, já em monografias nas universidades por aí, que nós fomos buscar produtores, colonos no Rio Grande do Sul e os trouxemos para cá, para quê? Para derrubar árvores, para desmatar, para fazer casas, para fazer cidades. E hoje, se ele derrubar uma árvore na propriedade, ele é criminoso, ele é bandido. Então ele é vítima desse sistema.

Mas resumindo a questão em relação à legislação, o que nós estamos vendo quanto ao rigor da lei é que através da Lei 9.605, que trata dos crimes ambientais, e do Decreto 6.514 que a regulamentação, há uma penalidade cada vez maior ao crime ambiental. É a política do medo, é o punir para educar. Então, a questão é o que está sendo feito e contemplado no Código Ambiental catarinense sobre a educação ambiental. Acho que essa é a parte mais importante que nós temos que trabalhar, porque hoje as crianças, os filhos, os netos dos produtores já têm uma consciência diferente, mas a realidade da propriedade é essa que nós vivemos.

Na questão da averbação da reserva legal está havendo, de certa forma, uma flexibilização no próprio decreto, como foi aqui mencionado, para mais um ano. Mas nós estamos vendo que o órgão ambiental não licencia sem a averbação de reserva legal. A Fatma não licencia. As indústrias - algumas delas mesmo com licença a vencer - não alojam se o produtor não tiver licença. Então, a questão que eu coloco é: se o produtor não averbar, não licencia; se não licenciar, não aloja e não produz. Como fica a Fatma, que é um órgão do governo do Estado? Que atitude ela vai tomar em relação a essa flexibilização? Poderia ela também flexibilizar e licenciar as milhares de licenças que estão paradas nos órgãos ambientais?

E quero dizer que o produtor, nesse conflito de legislação, não sabe para que lado correr. E precisamos, sem dúvida nenhuma, do apoio dos senhores deputados.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio)** - Eu quero também, em nome de todas as comissões, agradecer à Secretaria da Agricultura na pessoa do secretário Gelson Sorgato, que abriu mão da palavra, e também da Secretaria Regional.

E antes de encerrarmos, vamos passar a palavra ao deputado Padre Pedro Baldissera para que em nome dos deputados possa concluir este evento.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL PADRE PEDRO BALDISSERA (SC)** - Bem, meus amigos e minhas amigas, em nome da Assembléia Legislativa; dos três deputados presidentes que conduzem as nossas audiências públicas; em nome dos demais deputados estaduais que aqui compõem a mesa e que participaram; dos deputados federais; e de todas as entidades que aqui se manifestaram. Claro que seria muito bom se nós pudessemos ter ouvido a cada um e a cada uma de vocês. Isso seria o ideal para que o Código Ambiental pudesse responder mais efetivamente à situação na qual nós convivemos no dia-a-dia.

Quero agradecer especialmente a presença de cada um e de cada uma de vocês e dizer que uma audiência pública tem o objetivo de receber, ouvir, para darmos os encaminhamentos na Assembléia Legislativa.

O deputado Romildo Titon será o relator do projeto do Código Ambiental e, com toda certeza, essas inúmeras manifestações irão contribuir enormemente para que possamos fazer o melhor Código possível e que possa responder às necessidades do povo catarinense.

Obrigado a cada um e a cada uma. Um bom retorno para vossas casas. Espero que nos encontremos em outros momentos, em outras audiências públicas promovidas aqui pela nossa Assembléia.

(Encerra-se a audiência pública.)

**DEPUTADO ROMILDO TITON - PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**DEPUTADO JORGIMNHO MELLO - PRESIDENTE DA**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

**DEPUTADO DÉCIO GÓES - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE**

**TURISMO E MEIO AMBIENTE**

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA - PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL**

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATA DA PROCURADORIA

**Sérgio Augusto Machado - Procurador - Presidente**

**Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária**

**ATA DA 1682ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1682ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0590/09, de Márcia Rosane Chinasso; Processo nº 0597/09, de Evandro Gonçalves Pereira; Processo nº 0562/09, de Lido José Borsuk; Processo nº 0510/09, de Alexandre Aldo Cipriani e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0532/09, de Márcio Moraes Costa. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, em face da ausência justificada, os processos foram relatados pelo Senhor Presidente. Aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0561/09, de Elzio José do Prado e deu conhecimento do parecer exarado ao Ofício nº 102/2009 de 20/03/2009 da 2ª Câmara de Direito Público de Santa Catarina "Apelação Cível nº 2008.019731-4 de Luiz Eduardo Caminha". 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0560/09, de Renato Viana da Silva; Processo nº 0514/09, de Ivania Beatriz Ranzolin e aprovado parecer pelo indeferimento ao Processo nº 0523/09, de Ivone de Fátima Bonomini de Luna. 5) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0516/09, de Maria Márcia de Melo Barreto; Processo nº 0473/09, de Arilson Machado, aprovado parecer por maioria pelo indeferimento. Continuando, aprovado o parecer por unanimidade ao Ofício nº 183/2009/25ªPJ de 25/03/2009, encaminhado pelo Diretor Geral da ALESC "solicita lista das entidades do terceiro setor que tenham recebido recursos de origem pública". Também deu conhecimento do parecer exarado ao Ofício Interno CS/17/2009 de 07/04/2009, Interessado: Deputado Joares Ponticelli - Presidente da Comissão Especial, vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina "documentos comprobatórios dos requisitos constitucionais e prorrogação de prazo para apresentação dos mesmos". 6) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0557/09, de Marli Lima Barroso; Processo nº 0594/09, de Norma Priscila de Souza; Processo nº 0518/09, de Joyce dos Santos Alves e retirado de pauta com pedido de vista do Dr. José Carlos da Silveira, o Processo nº 0450/09, de Miriam Alice Athaide Furtado Krieger. 7) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0564/09, de Gilberto Luiz Helfenstein; Processo nº 0596/09, de Eder Alves Pereira; Consulta - Of. CL nº 098/2009 de 31/03/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Cooperação Técnica - Corpo de Bombeiros e ALESC" e Consulta - Of. CL nº 0104/2009 de 03/03/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Convênio-Fundação dos Administradores de Santa Catarina - FUNDASC". 8) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0563/09, de Sônia Regina da Silva Salum; Processo nº 0589/09, de Alba Lúcia Fontes Piazza e Processo nº 0512/09, de Rosvite Inês Machry. 9) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0559/09, de Ricardo Zanatta; Processo nº 0593/09, de Pedro Paulo Bento Carvalho Gonçalves; Consulta - Of. CL nº 097/2009 de 31/03/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão - aquisição de mobiliário para a ALESC", o relator colocou extra pauta o Processo nº 605/09, de Maria de Fátima S. R. da Silva que teve o parecer aprovado por unanimidade. Continuando, aprovado parecer pelo arquivamento a Consulta - Ofício DL/CD nº 013/2009 de 10/03/09, Interessado: Diretor de Recursos Humanos "insalubridade para o servidor Pedro Ideraldo Sampaio". 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0558/09, de Linete Braz Martins; Processo nº 0592/09, de Fábio de Magalhães Furlan, abstendo-se de votar neste último o mesmo; Processo nº 0526/09, de Rosane Cherem de Abreu; Consulta - Of. CL nº 099/2009 de 01/04/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - instalação e habilitação de 150 pontos por assinatura (TV Cabo), incluindo manutenção, cabeamento, assessórios, decoders e materiais por exceção do serviço para a ALESC". Retirado de pauta pelo relator o Processo nº 204314119/09 de 28/02/09, Interessado: Amador Alonso Rodriguez - Superintendente de Captação de Dados e Serviços a Clientes "atualização de informações cadastrais e financeiras". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia quinze (15) de abril, à mesma hora e local. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 08 de abril de 2009.

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

### ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezessete de março de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Herneus de Nadal, Pedro Baldissera substituindo Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann, Sargento Amauri Soares, e César Souza Júnior. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação as atas da primeira e segunda reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, que foram aprovadas por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O Deputado Jean Kuhlmann** relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0604.1/07, exarando parecer de voto vista favorável com emenda supressiva, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli e Marcos Vieira, e o Projeto de Lei nº 0631.4/07, exarando parecer favorável com emendas modificativa e supressiva, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Marcos Vieira** relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0244.8/08, exarando parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e o Projeto de Lei nº 0377.9/08, exarando parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0107.0/08, exarando parecer de voto vista contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, e o Projeto de Lei nº 0066.8/08, exarando parecer de voto vista favorável com emenda, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Jean Kuhlmann. **Deputado Herneus de Nadal**, relata as seguintes matérias: os Projeto de Lei nº 0061.3/09, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e a Mensagem de Veto nº 0852/09, exarando voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0058.8/08, exarando voto vista com parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0403.5/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0221.1/08, exarando parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0134.3/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e Projeto de Lei nº 0371.3/07, exarando pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0385.9/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Amauri Soares, Dirceu Dresch e Joares Ponticelli, o Projeto de Lei nº 0038.4/07, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli, o Projeto de Lei nº 0025.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0064.6/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Amauri Soares. **O Deputado Pedro Baldissera**, relata o Projeto de Lei nº 0001.2/09, exarou voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 17 de março de 2009

Deputado Romildo Titon  
Presidente  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e quatro de março de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Pedro Uczai, Marcos Vieira, Elizeu de Mattos substituindo Herneus de Nadal até às dez horas, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann substituído à partir das dez horas, por Elizeu de Mattos, Sargento Amauri Soares, e César Souza Júnior, a presente reunião foi suspensa às dez horas e trinta minutos, para reunião de líderes, e foi reaberta às onze horas e trinta minutos. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta.

**Deputado Elizeu de Mattos substituindo Herneus de Nadal**, relata o Projeto de Lei nº 0045.3/09, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch e Joares Ponticelli. **O Deputado Joares Ponticelli**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0590.1/07, exarando voto vista com parecer favorável à emenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0359.7/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0151.4/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Deputado Romildo Titon**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0238.0/08, exarando parecer favorável, com emenda substitutivo global que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei Complementar nº 004.0/09, exarando parecer favorável com emenda aditiva, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Herneus de Nadal, Dirceu Dresch e Joares Ponticelli. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0040.9/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0048.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0086.1/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0038.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0066.8/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi rejeitado por maioria, sendo aprovado também por maioria o parecer de voto vista dos Deputados Joares Ponticelli e Marcos Vieira, com emenda substitutivo global, o Projeto de Lei nº 0308.7/08, exarou voto vista pela diligência externa, ficou aguardando o relator que não se encontrava no momento, o Projeto de Lei nº 0314.5/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0331.6/08, exarou voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e a Mensagem de Veto nº 0857/09, exarou voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer favorável do Deputado Romildo Titon. **O Deputado Dirceu Dresch**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0137.6/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0027.1/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu de Mattos substituindo Jean Kuhlmann**, relata as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº 0031.3/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira, e o Projeto de Lei nº 0202.9/08, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 24 de março de 2009

Deputado Romildo Titon  
Presidente  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 25 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas do dia vinte e cinco do mês de março do ano de dois mil e nove, reuniram-se sob a Presidência da Deputada Ana Paula Lima, os senhores Deputados: Kennedy Nunes, José Natal Pereira (apresentou justificativa), Odete de Jesus, Ismael dos Santos, Genésio Goulart. (substituído pelo Deputado Aderbal Deba Cabral). A Presidente agradeceu a presença dos Deputados, e colocou em apreciação Ata da 1ª Reunião ordinária da Comissão, ocorrida no dia onze de março de dois mil e nove, que foi aprovada por unanimidade, em seguida saudou os vereadores Justino Pereira da Luz, Francisco Alves e a assessora de imprensa Rosana Ritta, todos da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul. Em seguida passou a palavra ao Senhor Deputado Ismael dos Santos que relata o PL./003.4/2009, manifestando-se pela aprovação que foi acompanhado por unanimidade dos presentes, os Of.0388.8/2008 e Of./0406.4/2008 que foram aprovados os pareceres para diligência externa. A Presidente convidou o Deputado Kennedy Nunes para relatar o PL./ 0134.3/2007, que foi aprovado por unanimidade, o PL./0297.0/2008 que foi aprovado e o Deputado Ismael dos Santos pediu vistas. Em seguida a senhora Presidente lembrou os Deputados da audiência pública que ocorrerá nesta quinta-feira, vinte e seis de março em Chapecó, após apresentou e convidou os senhores Deputados a assinarem a Moção encaminhada aos Diretores das emissoras de televisão com programação própria,

RECOMENDAÇÃO do Ministério Público Federal para veiculação de imagens inapropriadas degradantes à pessoa humana, que será encaminhada para aprovação do plenário. O Deputado Kennedy Nunes propôs que fosse encaminhada cópia também para as empresas patrocinadoras dos programas e a ACAERT, teceram considerações ainda os Deputados Ismael dos Santos e Deputado Aderbal Deba Cabral. Nada mais havendo a tratar a senhora Presidente encerrou a reunião, da qual eu, M<sup>º</sup> de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 25 de março de 2009.

Deputada Ana Paula Lima

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

Às onze horas do dia sete de abril de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Segunda Reunião Ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Manoel Mota, Jean Kuhlmann, Dirceu Dresch e Romildo Titon (substituindo o Deputado Elizeu Mattos), sendo que o Deputado Giancarlo Tomelin encaminhou ofício à Comissão, justificando sua ausência na reunião. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação os Projetos de Lei n<sup>º</sup>s: 0004.5/09; 0005.6/09; 0009.0/09; 0012.5/09, aprovado diligência interna; 0013.6/09, aprovado diligência interna; 0025.0/09; 0389.2/08, aprovado diligência interna, e 0392.8/08, todos aprovados por unanimidade, e os Ofícios n<sup>º</sup>s 0006.3/2009; 0007.4/09; 0010.0/09; 0018.7/09; 0019.8/09; 0020.1/09; 0035.8/09 e 0343.6/08. Ao final foram apresentados os seguintes requerimentos, de autoria do Deputado Jailson Lima da Silva, solicitando audiência pública no dia 29 de abril de 2009, para discorrer sobre os acidentes, mortes e as doenças provocadas pelo trabalho e requerimento também de autoria do Deputado Jailson Lima da Silva, que solicita realização de audiência pública no mês de maio de 2009, no Município de Rio do Sul, para discorrer sobre a terceirização do setor do vestuário e a organização faccionista. Ambos foram aprovados por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Manoel Mota

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia oito de abril de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: Manoel Mota, Giancarlo Tomelin, em substituição ao deputado José Natal Pereira, Darci de Matos, Décio Góes, Joares Ponticelli em substituição ao deputado Silvio Dreveck, Kennedy Nunes e a deputada Prof<sup>ª</sup> Odete de Jesus. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 5ª reunião ordinária, que, em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Ato Continuum, o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. O deputado Décio Góes relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei n<sup>º</sup> 0040.9/2009, exarando parecer favorável que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, PLC/004.0/2008, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão, foi cedido vista ao deputado Renato Hinnig e o PLC/0026.6/2008, exarando parecer pelo diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o voto do relator, levando o deputado Décio Góes a solicitar que constasse em ata a rejeição do pedido do diligenciamento, segundo ele, ato nunca registrado nesta Casa. O deputado Renato Hinnig relatou o PLC/0023.3/2008, exarando o parecer voto vista pelo arquivamento do projeto, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Marcos Vieira relatou o PLC/0006.2/2009, exarando o parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A deputada Prof<sup>ª</sup> Odete de Jesus relatou o PL/0066.8/2008, exarando parecer voto vista favorável ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em oito de abril de dois mil e nove.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS**

**OFÍCIO N<sup>º</sup> 053/09**

**ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DA REGIÃO DE CANOINHAS**

Canoinhas (SC), 01 de abril de 2009

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos  
Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Com cordiais cumprimentos, a Diretoria da Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA vem através do presente encaminhar a Vossa Senhoria o Relatório das Atividades Desenvolvidas e a Prestação de Contas 2008.

Sem mais para o momento agradecemos, e no ensejo, apresentamos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Andressa Allage  
Presidente da APOCA

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/04/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO N<sup>º</sup> 054/09**

**BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS CAMPO BELO DO SUL**

Ofício n<sup>º</sup> 052/09

Campo Belo do Sul, 31 de março de 2009

Ilmo. Sr.

Deputado Manoel Mota

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste encaminhar Relatório de Atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Campo Belo do Sul, Relatório referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, segundo Lei Estadual n<sup>º</sup> 14.187/2007.

Segue em anexo o Relatório de Atividades junto com os informativos mensais da Instituição, a Declaração de Funcionamento e a Cópia da alteração do estatuto autenticado junto com a ata de posse.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevo.

Luciana da Luz  
Presidente

Bombeiros Voluntários de Campo Belo do Sul

*Lido no Expediente*

*Sessão de 14/04/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO N<sup>º</sup> 055/09**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE SÃO JOAQUIM**

Ofício n<sup>º</sup> 12/2009

Da: APAE DE SÃO JOAQUIM

A: Assembléia Legislativa, do Estado de Santa Catarina

Assunto: Utilidade Pública Estadual

Prezado Senhor (a),

Com as nossas saudações, vimos à presença de Vossa Senhoria, apresentar o Relatório de Atividades de APAE de São Joaquim referente ao ano de 2008, com objetivo de manter o Título de Utilidade Pública Estadual conforme determina normativa advinda da Lei n<sup>º</sup> 14.182, de 2007.

Atenciosamente,

Luciane dos Santos Velho  
Diretora da APAE

*Lido no Expediente*

*Sessão de 13/04/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO N<sup>º</sup> 056/09**

**COMPLEXO ASSISTENCIAL LAR ESPÍRITA MARIA DE NAZARETH**

Araquari, 31 de março de 2009

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PALÁCIO BARRIGA-VERDE

DIRETORIA LEGISLATIVA - SALA 15

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88.020-900 - Florianópolis - SC

Ref. Alteração Estatuto Complexo Assistencial Lar Espirita Maria de Nazareth

Conforme contato telefônico, estamos enviando o estatuto com as devidas alterações.

Ficamos no aguardo de um pronunciamento.

Atenciosamente,

Valério Walber - Presidente

Teresinha de Jesus Martins - Secretária

*Lido no Expediente*

*Sessão de 07/04/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 726, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Edson Valdir Vieira	3450	6%	6%	01/02/09	0369/09
Manoel José Pedro	2969	6%	6%	01/01/09	0464/09
André Guesser	3956	3%	3%	09/02/09	0468/09
Marli Lima Barroso	1132	3%	36%	31/01/09	0557/09
Linete Braz Martins	2604	3%	15%	14/03/09	0558/09
Ricardo Zanatta Guidi	3200	3%	9%	11/12/08	0559/09
Sônia Regina da Silva Salum	1924	3%	30%	01/04/09	0563/09
Gilberto Luiz Helfenstein	1930	3%	30%	01/04/09	0564/09

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 727, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Alba Lucia Fontes Piazza	4210	3%	6%	17/03/09	0589/09
Marcia Rosane Chinasso	3460	3%	9%	31/03/09	0590/09
Fábio de Magalhães Furlan	1936	3%	30%	03/04/09	0592/09
Evandro Gonçalves Pereira	1879	3%	30%	20/12/08	0597/09
Maria de Fátima S. R. da Silva	2595	3%	18%	01/02/09	0605/09

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 728, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **SALETE ELLER**, matrícula nº 5443, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de abril de 2009 (Liderança do PSDB).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 729, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

**NOMEAR GRAZIELA DE FREITAS PORTO**, matrícula nº 3286, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PSDB).  
Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 730, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR LUCIANO FORMIGHIERI**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Professor Grandi).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 731, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **FERNANDA ALMEIDA KLAS**, matrícula nº 5996, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de abril de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 732, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR SALETE ELLER**, matrícula nº 5443 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de abril de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 733, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **JULIANA CLAUDIO**, matrícula nº 5203, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Decio Goes).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 734, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR JULIANA CLAUDIO**, matrícula nº 5203 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Décio Góes).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 735, de 14/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,



RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR LUIZ HENRIQUE FOGAÇA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Décio Góes).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 736, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR RONILDA DUARTE RODRIGUES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de abril de 2009 (Deputado Décio Góes).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 737, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ANTONIO MICHEL GRABOSKI LAUREANO**, matrícula nº 5686, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputada Ada de Luca).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 738, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MIRELLE GRABOSKI DOS PASSOS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputada Ada De Luca).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 739, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR KELLIN BORGES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputada Ada De Luca).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 740, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **JAIR ANTONIO MIOTTO**, matrícula nº 3094, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 741, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR JAIR ANTONIO MIOTTO**, matrícula nº 3094 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 742, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 3309, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 743, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 3309 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 744, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ANDRE RICARDO DE SOUZA**, matrícula nº 3430, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 745, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ANDRE RICARDO DE SOUZA**, matrícula nº 3430 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2009 (Deputado Narcizo Parisotto).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 746, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR CARLOS ALBERTO MAFRA TABALIPA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Narcizo Parisotto).

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 747, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 011/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	Equipe de
0947	Valter Euclides Damasco	apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 748, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 012/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	Equipe de
1998	Bernadete Albani Leiria	apoio
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 749, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

MATR	NOME DO SERVIDOR	QDE DIAS	INÍCIO EM	PROC. nº
1144	Raquel Teresinha Oliveira	60	24/03/09	0626/09
0975	André Luiz Pacheco Furtado	60	03/04/09	0627/09
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	60	03/04/09	0628/09

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 750, de 14/04/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
1202	Otaviano Eduardo Pamplona	24/02/04 23/02/09	0493/09
0753	Maria Dalva Stahelin	08/01/04 07/01/09	0494/09
0452	Hildo Tramontin	03/01/04 02/02/09	495/09
0787	Tobias Wagner Junior	19/01/04 18/01/09	0496/09
0994	Augusta Just Milanez	24/01/04 23/01/09	0497/09

1802	Jacob Tancredo Knabben	01/02/04	31/01/09	0498/09
1800	Hedvigues Maria Campregher Francisco	02/02/04	01/02/09	499/09
1801	Mabel Santos da Silva	03/02/04	02/02/09	0500/09
1799	Valci Antenor Manoel Dionísio	04/02/04	03/02/09	0501/09

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 102/09**

Declara de utilidade pública a Liga Vale Norte de Desportos - LVND, com sede no município de Ibirama.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Liga Vale Norte de Desportos - LVND, com sede no município de Ibirama.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente  
Sessão de 14/04/09

**JUSTIFICATIVA**

A Liga Vale Norte de Desportos - LVND, com sede no município de Ibirama, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter desportivo eclético, que tem como finalidade promover campanhas educacionais, principalmente para a juventude, incentivando por meio de trabalhos promocionais, ou outro meio possível, o futebol não profissional e outras modalidades esportivas.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 103/09**

Declara de utilidade pública a Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente  
Sessão de 14/04/09

**JUSTIFICATIVA**

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade institucional promover a preservação, conservação e defesa do patrimônio histórico e artístico, da cultura e do folclore da colonização ítalo-germânica no município de Blumenau; realizar estudos e pesquisas sobre a realidade econômica e social dos Clubes de Caça e Tiro e Clubes Culturais, bem como conferências, debates, currículos de capacitação social e esportiva; proporcionar atividades desportivas amadoras, entre as quais a prática do bolão, tiro, bocha e demais promoções sociais de natureza recreativa e cultural.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/09

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do Centro de Apoio às Câmaras Municipais.

Art. 1º - Fica instituído o Centro de Apoio às Câmaras Municipais no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, destinado à valorização do trabalho desenvolvido pelos legislativos municipais e buscando o fortalecimento, a integração e a qualificação dos poderes legislativos, que funcionará como espaço institucional de relacionamento com as Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Centro de Apoio às Câmaras Municipais é vinculado à Escola do Legislativo.

Art. 2º - O Centro de Apoio às Câmaras Municipais tem como objetivos:

I - estimular a integração da Assembléia Legislativa com as Câmaras Municipais;

II - oferecer aos Vereadores e assessores das câmaras municipais o atendimento de demandas institucionais e o compartilhamento de informações e experiências do Poder Legislativo;

III - manter conhecimento sistematizado relativo às câmaras municipais, a fim de subsidiar as ações da Assembléia Legislativa no interior do Estado.

IV - propiciar aos legislativos municipais um espaço físico dentro do Poder Legislativo Estadual com infra-estrutura para as ações dos Vereadores em missão na Capital;

V - integrar os legislativos municipais com a Assembléia Legislativa, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal através de projetos voltados à qualificação e à valorização do ato de legislar;

VI - incentivar o intercâmbio entre os legislativos municipais catarinenses visando à troca de experiências, à atualização e à formação de um banco de projetos e leis;

VII - oferecer aos legisladores municipais as informações pertinentes ao exercício do seu mandato parlamentar;

VIII - informar aos Vereadores sobre matérias que estão sendo discutidas no âmbito da Assembléia Legislativa e que digam respeito aos seus municípios, possibilitando o acompanhamento e a participação efetiva na discussão das mesmas;

IX - auxiliar na contextualização da realidade de seus municípios em uma legislação municipal que busque o desenvolvimento dos mesmos;

X - incentivar a função fiscalizadora dos Vereadores no âmbito municipal;

XI - oferecer aos legisladores municipais o suporte técnico, através da estrutura da Assembléia Legislativa, para que os mesmos possam exercer na totalidade de sua abrangência as suas prerrogativas e competências constitucionais;

XII - inserir os legisladores municipais no processo de discussão da gestão pública através de seminários regionais; e

XIII - fortalecer as instituições democráticas, respeitando as diferenças partidárias e regionais de nosso Estado.

Art. 3º - Incluem-se entre as atividades do Centro de Apoio às Câmaras Municipais - Ceac:

I - a proposição de ações institucionais no interior do Estado;

II - o compartilhamento de informações entre as câmaras municipais do Estado;

III - a coordenação de demandas referentes às câmaras municipais encaminhadas aos diversos setores da Assembléia Legislativa;

IV - a pesquisa, a sistematização de dados e a elaboração de diagnósticos;

V - o planejamento e a proposição de cursos de qualificação a Vereadores e servidores das Câmaras Municipais;

VI - a produção de material educativo para as câmaras municipais;

VII - a divulgação de iniciativas exemplares e inovadoras das Câmaras Municipais.

Art. 4º - O Ceac manterá página na internet, na página da Escola do Legislativo para facilitar o atendimento a Vereadores e servidores de Câmaras Municipais.

§ 1º - As demandas serão encaminhadas ao Ceac por vereador ou por servidor da área administrativa da câmara municipal e deverão se ater a assuntos relacionados com:

I - o processo legislativo;

II - a estrutura e o funcionamento da Assembléia Legislativa;

III - o exercício das funções do Poder Legislativo.

§ 2º - As demandas de atendimento a situações concretas serão respondidas em tese pelo Ceac.

Art. 5º - Constarão, entre outros assuntos, na página do Ceac na internet:

I - informações sobre as Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina;

II - as legislações federal e estadual sobre temas de interesse das Câmaras Municipais;

III - a tramitação de projetos e eventos institucionais relacionados com as Câmaras Municipais;

IV - um banco de jurisprudência, com decisões do Judiciário que tenham relação com as Câmaras Municipais, principalmente advindas do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e do Supremo Tribunal Federal;

V - uma seção de perguntas e respostas.

Art. 6º - O Ceac manterá registro específico de cada Câmara Municipal nos seus arquivos eletrônicos que conterà, entre outras informações:

I - o nome do vereador ou do servidor da câmara municipal solicitante;

II - a data de contato com o Ceac;

III - o tipo de serviço solicitado ou prestado.

Art. 7º - A Mesa da Assembléia Legislativa assegurará ao Centro de Apoio às Câmaras Municipais apoio físico, técnico e administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrão à conta de dotação orçamentária da Assembléia Legislativa.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, em

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 14/04/09

### JUSTIFICATIVA

A Escola do Legislativo de Santa Catarina vem estreitando através de suas ações de capacitação, as relações com as Câmaras Municipais, desde sua criação em 2000. No entanto faz-se necessário a criação de um espaço institucional que inclusive receba os Srs. Vereadores e servidores do legislativo municipal, quando de sua vinda a Capital do Estado.

O Centro de Apoio às Câmaras Municipais, já é realidade nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no Senado Federal, no Programa Interlegis.

Além disso o Centro manterá uma página na Internet, disponibilizando informações fundamentais para o exercício do mandato parlamentar, como matérias em tramitação, jurisprudência, decisões e pré-julgados dos Tribunais.

O Centro será referência para o parlamentar municipal e seus assessores quando necessitarem de algum atendimento na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

A Escola do Legislativo já mantém um Programa de Formação de Agentes Políticos e Públicos que congrega todas as ações de formação continuada que demandam as necessidades das Câmaras Municipais, além de um currículo básico mínimo para quem ingressa na vida parlamentar.

Sala das Sessões,

\*\*\* X X X \*\*\*